

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DA AMAZÔNIA

PEDRO ANTONIO DE BRITO NETO

**O CASO DE KLAUS KELLER: HOMOSSEXUALIDADES, NARRATIVAS
POPULARES E A MORTE PELA IMPRENSA PARAENSE
(BELÉM-PARÁ, 1983-1990).**

BELÉM-PA
2024

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DA AMAZÔNIA

PEDRO ANTONIO DE BRITO NETO

**O CASO DE KLAUS KELLER: HOMOSSEXUALIDADES, NARRATIVAS
POPULARES E MORTE PELA IMPRENSA PARAENSE
(BELÉM-PARÁ, 1983-1990).**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará, sob a orientação da Prof. Dra. Cristina Donza Cancela (PPHIST/UFPA), para obtenção do título de mestre em História Social da Amazônia.

Orientadora: Prof.^a Dra. Cristina Donza Cancela

BELÉM-PA
2024

PEDRO ANTONIO DE BRITO NETO

**O CASO DE KLAUS KELLER: HOMOSSEXUALIDADES, NARRATIVAS
POPULARES E MORTE PELA IMPRENSA PARAENSE
(BELÉM-PARÁ, 1983-1990).**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará, sob a orientação da Prof. Dra. Cristina Donza Cancela (PPHIST/UFPA), para obtenção do título de mestre em História Social da Amazônia.

Orientadora: Prof.^a Dra. Cristina Donza Cancela

DATA DA AVALIAÇÃO: *30 de Abril de 2024*

CONCEITO: *Aprovado*

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Cristina Donza Cancela
(Orientadora)

Prof. Dr. Ipojuacan Dias Campos
(Avaliador Interno)

Prof. Dra. Eli do Socorro Gonçalves Pinheiro
(Avaliadora Externa)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

B862c Brito Neto, Pedro Antonio de.
O caso de Klaus Keller : homossexualidades, narrativas populares e a morte pela imprensa paraense (Belém-Pará, 1983-1990). / Pedro Antonio de Brito Neto. — 2024.
138 f. : il.

Orientador(a): Prof^a. Dra. Cristina Donza Cancela
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de
PósGraduação em História, Belém, 2024.

1. homossexualidade. 2. Imprensa. 3. sexualidade. 4. morte.
5. narrativas. I. Título.

CDD 981.15092

AGRADECIMENTOS

Expressar minha gratidão não é uma tarefa tão fácil como muitos pensam. Ao longo desses quatro anos em que estive no Programa de pós-graduação em História, muitas pessoas apareceram, e muitas foram indispensáveis para que eu pudesse encaminhar esta dissertação e chegar a um resultado que não fosse perfeito, mas satisfatório em dado contexto.

Minha caminhada de reconhecimento dessas pessoas, se inicia antes de adentrar no programa, e aqui cito aqueles que estiveram comigo durante a graduação, amigos de faculdade, professores, orientadores. Primeiro, aqueles que no dia a dia estavam comigo nas aulas, discutindo teorias, criticando argumentos, e ensaiando apresentações, Maria Carolina, Luana Freitas, Nayriane Rodrigues, Janderson Brito e Eduarda César. Daqueles que me orientaram e orientam até hoje, cito o meu ex-orientador Alex Magalhães, e a minha amiga professora Sueli Weber, que sempre pegou no meu pé sobre quando seria minha defesa.

Ainda sobre os que vieram antes do programa, um agradecimento especial ao Prof. Décio Guzmán, pois nossos debates ajudaram a fortalecer a minha ideia sobre fazer o mestrado, e sua ajuda foi crucial para que eu pudesse seguir adiante na seleção.

Ao estar no programa, confesso que as trocas entre os integrantes foram poucas. Estávamos atuando durante uma pandemia e isso exigia distanciamento. Por mais que tivéssemos a tecnologia ao nosso dispor para nos aproximar, nem sempre ela fez isso com êxito.

Mesmo assim, a estas pessoas que se fizeram presentes, mesmo na distância, transmito meus sinceros agradecimentos, em especial a minha orientadora Prof.^a Cristina Donza Cancela, compreensível em todas as fases desse processo, e à amiga e colega de profissão Alana Albuquerque de Castro por ter me ajudado durante a fase final da pesquisa. Agradeço também a CAPES por financiar parte dessa caminhada e ao programa por acreditar na importância e a viabilidade desta pesquisa.

Sobre aqueles que estão desde sempre comigo coloco-os por último, mas isso não significa que sejam menos importantes. Meu reconhecimento vai, primeiramente, à minha trindade espiritual Taisa Duarte, Bruna Lobo, Dayanny Carvalho, que em meio às tribulações ajudaram-me a entrar em contato novamente com a paz e o bem-estar do espírito.

Aos parceiros e amigos, Paulo Morelli, Antonio Oliveira, Huber Lobato e Jamison Alves, presentes pelo afeto durante esses anos.

E, por fim, a minha família, meu pilar de sustentação. Sempre presente nos momentos mais felizes e difíceis de nossas vidas. Em especial, a minha mãe, que sempre acreditou em mim, e ao meu pai, não mais presente neste plano, mas que onde está, sei que intercede por todos nós.

EPÍGRAFE

*Nunca foi sobre mim, mas sobre ele,
e o que havia de fazer com sua história sobre minhas mãos.*

RESUMO

Em 1983, na cidade de Belém-PA, a morte de um homossexual conhecido pelo nome de Klaus Keller tomaria as páginas de jornal da imprensa paraense, uma morte que seria revisitada por toda a década de 80. Esta narrativa seria exposta nas páginas dos jornais durante o período da “segunda onda” do movimento homossexual brasileiro e no contexto do processo de redemocratização do Estado Brasileiro, após a Ditadura Civil-Militar (1964–1985). Disto, ficou observado uma imprensa mais crítica e com julgamentos que condenavam a ação da polícia diante do caso, como também o juízo explícito sobre a sexualidade da vítima. No entanto, em contrapartida, havia uma cobrança e para o caso ser solucionado, a considerar que Klaus era um homossexual de sexualidade explícita e conhecido em Belém. *A Província do Pará*, *O Liberal*, e o *Diário do Pará* foram os principais veículos de imprensa do Pará que redigiram sua história. Para entender essa veiculação, recorri aos conceitos de imprensa popular e/ou sensacionalista, seja para compreender as formas como disseminavam as notícias como o modo que as vendiam. Além disso, notou-se que nessa história poderia haver um debate sobre bio política e necropolítica, a considerar controle estatal e dos micros poderes sobre as identidades sexuais e raças presentes nas narrativas. Dito isso, este trabalho dissertativo, partiu do presente viajando ao passado, e nele encontrou semelhantes fins. Ou seja, as mortes dos homossexuais do presente se revelaram semelhantes às mortes ocorridas no passado. Nesse trabalho com as fontes da imprensa, foi constatado que o discurso pouco se modificou, e os homicídios, igualmente.

Palavras-Chave: homossexualidade; Imprensa; sexualidade; morte; sensacionalismo; narrativas.

ABSTRACT

In 1983, in the city of Belém-PA, the death of a homosexual known as Klaus Keller took over the pages of the Pará press, a death that would be revisited throughout the 80s. This narrative would be exposed in the pages of newspapers during the period of the "second wave" of the Brazilian homosexual movement and in the context of the process of re-democratization of the Brazilian state, after the Civil-Military Dictatorship (1964-1985). This led to a more critical press, with judgments condemning the actions of the police in the case, as well as explicit judgments about the victim's sexuality. However, on the other hand, there was a demand for the case to be solved, considering that Klaus was a homosexual of explicit sexuality and well-known in Belém. The *Província do Pará*, *O Liberal* and *Diário do Pará* were the main press outlets in Pará that wrote his story. In order to understand this publication, I used the concepts of popular and/or sensationalist press, both to understand the ways in which they disseminated news and the way in which they sold it. In addition, it was noted that this story could lead to a debate on bio-politics and necropolitics, considering state control and micro-powers over the sexual and racial identities present in the narratives. That said, this dissertation started from the present by traveling to the past, and found similar ends there. In other words, the deaths of homosexuals in the present turned out to be similar. In other words, the deaths of homosexuals in the present were similar to those in the past. In this work with press sources, it was found that the discourse has changed little, and the murders as well.

Keywords: homosexuality; Press; sexuality; death; sensationalism; narrative.

INDICE DE TABELAS

| | |
|--|-----|
| Tabela 1 - Notícias encontradas sobre o caso de Klaus no jornal A Província do Pará. | 134 |
| Tabela 2 - Notícias encontradas sobre o caso de Klaus no jornal O Liberal. | 135 |
| Tabela 3 - Notícias encontradas sobre o caso de Klaus no jornal Diário do Pará. | 137 |

ÍNDICE DE FIGURAS

| | |
|--|-----|
| Figura 1 - Foto de Klaus Keller no jornal A Província do Pará. | 30 |
| Figura 2 - Klaus Keller fantasiado de Pierrot. | 47 |
| Figura 3 - O adolescente Jacy protegido por uma tarja preta nos olhos pelo jornal A Província do Pará. | 53 |
| Figura 4 - Fotografia de perfil de Manoel Souza de Silva. | 62 |
| Figura 5 - Manchete sobre a morte do professor Klaus Keller no jornal a <i>Província do Pará</i> | 68 |
| Figura 6 - Manchete sobre a morte de Klaus Keller no O Liberal. | 70 |
| Figura 7 - O quarto de Klaus. | 77 |
| Figura 8 - Klaus e seu cachorro. | 79 |
| Figura 9 - O corpo de Klaus enrolado em uma rede sendo posto no carro do IML. | 80 |
| Figura 10 - Quarto desarrumado na casa de Klaus com sinais hipotéticos de luta. | 80 |
| Figura 11 - Fotografia (1) pessoas amontoadas na frente da casa do professor; fotografia (2) mulher arrumando a mobília da residência. | 82 |
| Figura 12 - Fotografia de “Silvinho” | 98 |
| Figura 13 - Fotografia de “Carlão”. | 98 |
| Figura 14 - Adarlindo Costa em foto 3x4 (à esquerda) e morto no banheiro (à direita). | 109 |
| Figura 15 - Manchete: “APOSENTADO MORRE COM DOZE FACADAS” | 110 |
| Figura 16 - Paulo Souza em decúbito ventral no chão do banheiro do Cinema Iracema. | 112 |

LISTA DE SIGLAS

AGB - Associação Gay de Belém

CFM - Conselho Federal de Medicina

CID - Classificação Internacional de Doenças

CRM - Centro de Recuperação Masculino

DCCP - Divisão de Crimes Contra o Patrimônio

DCCPE - Divisão de Crimes Contra a Pessoa

DVG - Divisão de Vigilância Geral

DSPM - Divisão Social de Proteção ao Menor

GGB - Grupo Gay da Bahia

CRE - Clube De Reunião das Entendidas

MGB - Movimento Gay de Belém

MHB - Movimento Homossexual Brasileiro

OMS - Organização Mundial de Saúde

INAMPS - Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social

SOMOS - Grupo de Afirmação Sexual

SUMÁRIO

| | |
|---|------------|
| INTRODUÇÃO | 14 |
| CAPÍTULO I - NA “SEGUNDA ONDA” DO MOVIMENTO HOMOSSEXUAL, UMA MANCHETE: “QUEM ASSASSINOU KLAUS KELLER?” | 30 |
| 1.1 Klaus e o movimento gay: um professor de homossexualidades | 37 |
| 1.2 Amigos e suspeitos primários: encontros casuais, adolescentes, prováveis homossexuais e a prisão de um homicida | 48 |
| CAPÍTULO II - A IMPRENSA NO CASO DE KLAUS: OS JORNAIS DA IMPRENSA PARAENSE | 66 |
| 1.1 O Jornalismo Popular e Sensacionalista: a morte em imagens | 73 |
| 1.2 O julgamento da sexualidade: Klaus na berlinda do sensacionalismo | 83 |
| CAPÍTULO III - A POLÍTICA DO DEIXAR VIVER, MORRER OU SILENCIAR: A VIOLÊNCIA NÃO SIMBÓLICA NA TENTATIVA DE DAR UM FIM AO CASO | 90 |
| 3.1 Nem “Silvinho” nem “Carlão”: o “matador de Klaus ficará impune” | 97 |
| 3.2 “Deixar morrer”: além de Klaus, outros casos no horizonte | 108 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 117 |
| FONTES | 120 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 125 |
| APÊNDICES | 134 |

INTRODUÇÃO

No dia 26 de março de 2023, quando eu ainda estava na escrita desta dissertação, me deparei com uma notícia no jornal *Diário Online* que não pude ignorar e deixar de citar na introdução desta pesquisa. Segundo contava a manchete, o corpo de um homem havia sido encontrado amordaçado num apartamento em Belém do Pará¹. E não diferente de outros casos que em tempos recentes haviam sido noticiados pela imprensa, este corpo estava em estado semelhante aos que serão citados nos próximos parágrafos: morto e em processo de decomposição.

Conforme o jornal *O Liberal*, o corpo pertencia a Jorge Luís Rodrigues Pereira, mais conhecido como “Jorginho”. Era servidor federal, tinha 64 anos, e fora morto dentro do seu apartamento, no conjunto Império Amazônico, no bairro do Souza. Ele “apresentava uma lesão na região da cabeça, possivelmente causada por uma paulada. Além disso, estava com os pés e mãos amarrados”².

Segundo a perícia, “Jorginho” havia sido morto por asfixia, pois um travesseiro estava cobrindo o seu rosto. E mais, apesar de não apontar suspeitos, a notícia deixava implícito que Jorge, dias antes, estava na companhia de outro homem que, para a polícia, seria um dos suspeitos, ao ser uma das últimas pessoas que esteve com ele ainda em vida. O jornal conta que o homem com quem a vítima estava era, possivelmente, o namorado dele, insinuando que Jorge era homossexual³.

Não tão distante no tempo, em 2022, Manoel Santana Freitas Costa, também foi encontrado morto, mas desta vez em sua casa na travessa 14 de Março, no bairro da Cremação. “O sumiço de Manoel só foi notado quando os vizinhos começaram a sentir [...] o forte odor vindo da casa dele. E ainda, observaram moscas rondando a janela da residência”⁴. Segundo o jornal, ele teria estado com um rapaz dias antes do crime, reforçando a possibilidade de Manoel também ser homossexual.

¹DOL. Corpo amordaçado é encontrado dentro de apartamento de Belém. **Diário Online**, Belém, Notícias/Polícia, 26 março 2023. Disponível em: <https://dol.com.br/noticias/policia/802030/corpo-amordacado-e-encontrado-dentro-de-apartamento-de-belem?d=1>. Acesso em: 26 mar. 2023.

² O Liberal. Servidor federal é encontrado morto dentro de apartamento em Belém. **Amazônia**, Belém, Polícia, 26 março 2023. Disponível em: <https://www.oliberal.com/policia/servidor-federal-e-encontrado-morto-dentro-de-apartamento-em-belem-1.661914>. Acesso em: 26 mar. 2023.

³ Ao longo dessa dissertação usarei o termo homossexual para tratar das homossexualidades aqui apresentadas, não para evocar a caracterização dada a ela no século XIX: patológica/criminosa, mas pelo fato de estar tratando de modo de vida, e não apenas uma predisposição sexual.

⁴ O Liberal. Vizinha percebe sumiço e idoso é encontrado morto dentro de casa. **Amazônia**, Belém, Polícia, 25 junho 2022. Disponível em: <https://www.oliberal.com/policia/vizinha-percebe-sumico-e-idoso-e-encontrado-morto-dentro-de-casa-1.553694>. Acesso em: 26 mar. 2023.

Em estado semelhante, no ano de 2021, Francinei Monteiro foi encontrado morto em seu apartamento localizado na Dr. Freiras, no bairro da Pedreira. “Segundo os vizinhos, o homem já estava desaparecido há dias. Ele só foi encontrado [...]”⁵, igualmente ao caso anterior, “[...] após moradores sentirem um odor forte vindo do apartamento da vítima”⁶. Francinei também esteve na companhia de um rapaz. Este foi preso pela polícia, confessando que “matou o professor porque precisava de dinheiro para quitar uma dívida”⁷. Conforme a polícia, ele era apenas amigo de Francinei e nada mais.

Até aqui, unindo os três casos, observamos o estado semelhante em que foram encontrados: mortos em casa ou em apartamento, encontrados por vizinhos ou familiares, em processo de decomposição, a insinuação sobre a sexualidade da vítima e o mistério inicial sobre quem seria os principais suspeitos. São casos que, pelas características apresentadas, eram homens homossexuais que levaram possíveis parceiros sexuais para suas casas, e lá, infelizmente, eram mortos.

Se comprovada a sexualidade das vítimas, eles entrariam no rol de mortes de agentes LGBT's no âmbito nacional. Pois, só no ano de 2023, conforme o relatório produzido anualmente pelo Grupo Gay da Bahia (GGB), 257 pessoas foram mortas ou morreram no ano passado. “Das 257 vítimas, 127 eram travestis e transgêneros, 118 eram gays, 9 lésbicas e 3 bissexuais”⁸.

O GGB faz essa contagem desde a década de 1960, quando os primeiros números mostravam a morte de 30 pessoas, seguido de 41 na década de 1970; 369 na década de 1980; 1256 na década de 1990; 1429 nos anos 2000; 3029 nos anos de 2010, e 793 entre 2020 e 2022⁹. De acordo com isso, observamos que os números aumentam à medida que o trabalho se torna abrangente e minucioso, mas também pode significar uma escalada na violência e no desamparo desses agentes históricos. Os dados

⁵ G1 PA. Polícia Civil prende homem suspeito de assassinar professor em Belém. **G1 Pará**, Belém, 12 fevereiro 2021. <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2021/02/12/policia-civil-prende-homem-suspeito-de-assassinar-professor-em-belem.ghtml>. Acesso em: 26 mar. 2023.

⁶ G1 PA. Homem é encontrado morto e com as mãos amarradas dentro de apartamento na Pedreira, em Belém. **G1 Pará**, Belém, 11 janeiro 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2021/01/11/homem-e-encontrado-morto-e-com-as-maos-amarradas-dentro-de-apartamento-na-pedreira-em-belem.ghtml>. Acesso em: 26 mar. 2023.

⁷ G1 PA. Polícia Civil prende homem suspeito de assassinar professor em Belém. **G1 Pará**, Belém, 12 fevereiro 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2021/02/12/policia-civil-prende-homem-suspeito-de-assassinar-professor-em-belem.ghtml>. Acesso em: 26 mar. 2023.

⁸ Correio Brasiliense. Brasil registra 257 mortes violentas de pessoas LGBTQIA+ em 2023. **Correio Brasiliense**, 23 de janeiro 2024. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2024/01/6791647-brasil-registra-257-mortes-violentas-de-pessoas-lgbtqia-em-2023.html#:~:text=O%20Brasil%20registrou%20257%20mortes,mais%20antiga%20da%20Am%C3%A9rica%20Latina>. Acesso em: 24 jan. 2024.

⁹ Schmitz, Alberto. Mortes violentas de LGBT+ Brasil: Observatório do Grupo Gay da Bahia, 2022 – Centro de Documentação Prof. Dr. Luiz Mott, **CEDOC**, Curitiba, jan. 2023. Disponível em: <https://cedoc.grupodignidade.org.br/2023/01/19/mortes-violentas-de-lgbt-brasil-observatorio-do-grupo-gay-da-bahia-2022/>. Acesso em: 26 mar. 2023.

se baseiam no que os veículos de comunicação noticiam, produzindo “Um trabalho ininterrupto de divulgação dessas dramáticas estatísticas, sempre cobrando e, diga-se de passagem, sem sucesso, por políticas públicas que erradiquem essa mortandade”¹⁰.

Das décadas apresentadas, a que me interessou na origem da minha pesquisa acadêmica foi a de 1980. A morte dos homens tratados no início desta introdução chegou até mim de forma análoga, a partir de outro caso que, eu como pesquisador, venho trabalhando ao longo dos últimos cinco anos. Dizem que as inquietações do presente nos levam maquinalmente para o resgate do passado. E de fato, a recente morte desses homens mostradas no início desta introdução rechearam o meu presente, me fazendo recuperar o passado.

O passado é a morte de Klaus Keller, um professor de inglês muito conhecido na cidade de Belém, com mais de cinquenta anos, e que teve sua vida interrompida pela violência da década de 80. Este homem era para a sociedade belenense uma personalidade homossexual das boêmias noites oitentistas. Viveu em um período em que os muitos pesquisadores de gênero, sexualidade, e orientação sexual definiram a década de 80 como a “segunda onda”¹¹ do Movimento Homossexual Brasileiro (MHB)¹², que, à época, ainda não se identificava ou se organizava pela sigla LGBTQIA+¹³.

Embora o início desta década tenha, enganosamente, dado a entender que a democracia havia se restabelecido, e os direitos homossexuais estavam sendo progressivamente concretizados, o que se explica pela abertura dada a alguns integrantes do movimento pelos principais meios de comunicação¹⁴. Contrariamente, a abertura política e a censura branda possibilitou o fortalecimento do discurso de “negativação” da sexualidade, esta que, desde o final da década de 1970, já recebia manifestações públicas de repúdio do

¹⁰ Ibid.

¹¹ O termo “onda” é uma forma de periodizar fases do movimento homossexual no Brasil. Esta divisão foi proposta pela socióloga e antropóloga Regina Facchini, estando a “primeira onda” estabelecida na década de 1970, em meados de 78 e 79 com a criação do Grupo Somos em São Paulo e do jornal *Lampião da Esquina* no Rio de Janeiro; a segunda onda, a partir da primeira metade da década de 80, com o advento e diminuição de grupos homossexuais, bem como a epidemia de HIV/Aids; e a terceira onda, na década de 90. “A terceira deu-se a partir dos anos 1990 quando o movimento encontra-se em parceria com o Estado e com o mercado segmentado” (Oliveira, 2010, p. 374).

¹² Green, James. “Mais amor e mais tesão”: a construção de um movimento brasileiro de gays, lésbicas e travestis. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 15, p. 271–295, 2000 e Simões, Júlio.; Facchini, Regina. *Na Trilha do Arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

¹³ A sigla LGBTIAP+ é considerada hoje a abreviação mais apropriada para ser utilizada, por incluir amplamente a população lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros, intersexuais, assexuais, pansexuais, entre outros. No entanto, ela pode variar, entre apenas LGBT, LGBTQ, LGBTQI, LGBTQIA ou LGBTQIA+, entre outros.

¹⁴ Green, op. cit.

movimento, direcionadas especificamente pelos jornais da “imprensa marrom”¹⁵. Dentre eles, o jornal *Notícias Populares*, de São Paulo, que se destacava por expor uma visão preconceituosa, que excluía e marginalizava os sujeitos homossexuais, colocando-os em posição de criminosos, mesmo sendo eles isentos de qualquer culpa¹⁶.

Quando comecei a pesquisar os periódicos da citada década no Pará, pude observar que o jornal *Diário do Pará*, fundado em 1982, concordava com o periódico paulistano, veiculando práticas estigmatizadoras e condenatórias, julgando os indivíduos pela sexualidade e pelas práticas sexuais, principalmente nas notícias de gênero policial. O *Diário do Pará* foi analisado de 1982 até 1986, e nesse período, o discurso pouco mudou em relação ao que se já percebia em outros periódicos da década de 1970, em que a representação negativa de homossexuais e travestis estava ligada à ação, neste sentido, implementada pelo Regime Militar em aliança com a sociedade conservadora¹⁷.

Percebendo isso, me dediquei a expandir meu alcance para outros periódicos da imprensa paraense a fim de compreender se esta prática era intrínseca a um jornal ou se era percebida em outros, e fazendo isso cheguei à conclusão de que, nos outros, encontrei semelhantes características.

Reuni um número considerável de fontes, e estendendo a minha mão sobre a capital paraense e seus distritos, encontrei mais de 550 notícias¹⁸ ligadas as narrativas violentas sobre indivíduos que a sociedade condena como “desviantes sexuais”, estes eram: homossexuais masculinos, tratados pelo epíteto de “gay”, “homossexual”, “pederasta” ou “bicha”; homossexuais femininos: “lésbicas”, “sapatão” e “sapatona”; e as pessoas transexuais, referidas como “travestis” e “bonecas”¹⁹.

Em determinado momento, percebi que não poderia dar conta de todas as sexualidades e identidades de gêneros, bem como das narrativas que se apresentaram para mim nessa pesquisa. Considerei esse raciocínio, pois para uma pesquisa de mestrado, o tempo que eu

¹⁵ Fry, Peter.; MacRae, Edward. **O que é homossexualidade**. São Paulo: Abril Cultural, Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, v. 26, 1985.

¹⁶ Agrimani Sobrinho, Danilo. *Espreme que sai sangue: um estudo do sensacionalismo na imprensa*. 1. ed. São Paulo: Summus, 1995.

¹⁷ Castro, Alana. **Arco-íris em Prosa: representações das homossexualidades e de travestis na Ditadura Civil-Militar em reportagens do jornal A Província do Pará na década de 1970**. 2022. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) — Universidade Federal do Pará, Belém, 2022.

¹⁸ Apresento a catalogação dessas notícias nos apêndices desta dissertação.

¹⁹ Os termos aqui apresentados são os mesmos utilizados pela imprensa paraense no período.

dispunha, questões familiares e outros empecilhos relacionados a pandemia, eu deveria fazer do macro o micro, e assim, após a defesa de qualificação, foi acordado com a banca que a história da morte de Klaus Keller deveria ser o objeto central desta dissertação, um agente da história que teve sua vida reduzida as perspectivas de outros. Um sujeito fixado em narrativas que pré-julgavam sua identidade e sexualidade, utilizando dos marcadores sociais para construir o texto jornalístico policial, e, disseminar as histórias para aqueles cujo anseio era punir as práticas dele e de outros indivíduos antagonistas transgressores.

E nesses relatos recentes acontecidos há quarenta anos, os textos, subtextos, e posicionamentos que pude extrair foram múltiplos, variáveis e inconstantes, pois outras perspectivas surgiram nesse emaranhado de palavras que, por ora, beiravam a linguagem culta, ora a linguagem coloquial, destilando preconceito e estigma entranhado em cada fragmento de tinta e letra impressa.

Enquanto historiador e homem homossexual, este campo relvado de palavras mofadas se apresentou complexo e doloroso. Me deparei com inverdades, inconsistências, mas utilizei das habilidades do ofício para facilitar o imaginar e reimaginar os acontecimentos, possibilidades e circunstâncias escritas nas tênues páginas de jornais. Me desfiz de testemunhos orais diretos, pois acreditei que o campo jornalístico estava me dando declarações indiretas o suficiente para reinventar e construir uma verdade, que necessariamente não é concreta, mas substancial em dado momento.

Apesar de afirmarem que para o estudo da história recente muitos historiadores tendem a recorrer aos testemunhos orais, como bem fizeram os policiais e jornalistas na investigação desses fatos, os tratando como documentos privilegiados na pesquisa do tempo presente. Ocasionalmente, os historiadores (me incluindo nessa categoria) apelam para outras fontes de informação, afinal, a historiografia exige a análise sob diversas perspectivas, pois isto serve para “[...] distinguir os acontecimentos, diferenciar as redes e os níveis a que pertencem e reconstituir os fios que os ligam e que fazem com que se engendrem, uns a partir dos outros”²⁰.

Protesto pela utilização das fontes da imprensa, pois na década de 80 e, até recentemente, criticada por um governo de extrema-direita, uma parcela desse meio de comunicação continuam a batalhar pelos nossos direitos à informação e pelo dever em

²⁰ Foucault, Michel. **Microfísica do poder**. São Paulo: Graal, 2012a. p. 41.

informar o cidadão, garantindo o seu espaço na sociedade de forma séria e comprometida com a história à medida que os fatos acontecem. A imprensa acompanha os processos históricos e redigem as opiniões consoante a mentalidade da época. É certo que há críticas do historiador em analisar tudo o que é recente, mas o seu trabalhar é justamente esmiuçar, aproximar a lupa, ler, e refletir sobre as disposições que ora se apresentam como reflexo do público-leitor, e em outros como interesses de seus donos de produção.

Mesmo com as inconsistências, distorções, e informações parciais, e manipulação das notícias, as fontes da imprensa obtiveram espaço na fundamentação dos eventos históricos de história recente, se tornando em pesquisas contemporâneas uma das fontes principais do trabalho histórico. Inclusive o meu. A partir dela pude reconstruir o contexto de violência do período e ter uma noção de como se encontrava a cidade de Belém nesse período. Parti dos três principais periódicos do período, três jornais de maior tiragem da década de 80 no Pará, os responsáveis por editar essas histórias, estes são: *A Província do Pará*, *O Liberal* e, quem primou essa pesquisa histórica, o *Diário do Pará*.

Com os três sob análise pude apreender a capacidade de cada um defender e emitir seus posicionamentos diante de notórios acontecimentos. São jornais que surgiram em contextos distintos, com objetivos e determinadas finalidades, sendo uma das principais a político-partidária; na década de 80 se tornaram contemporâneos, promovendo uma competição mercadológica. Por consequência, efetivaram a manipulação das massas, aproveitando do poder de compra e da manobrável consciência social para operar as opiniões e gerar mais lucro ao seu negócio.

De tal modo, isso definiu o cenário da década: três jornais de destaque, um mercado competitivo, e a manipulação das opiniões pela venda de narrativas de comoção pública. E para entender as aproximações e diferenças existentes entre os três jornais, o trabalho analítico se fez necessário para chegar a um argumento ilativo. Assim iniciada a tarefa, discriminei o todo e selecionei uma seção específica dos periódicos: a seção Polícia²¹.

Ao longo desse processo de análise e pesquisa das fontes da imprensa, derivada do meu Trabalho de Conclusão de Curso²² de 2018, as notícias da seção Polícia foram as que

²¹ As notícias da seção, caderno ou editoria Polícia fundamentam as narrativas, raras são às vezes que uso como base fontes de outras seções dos jornais.

²² Brito Neto, Pedro Antonio. **A homossexualidade nas notícias policiais do Diário do Pará: um jornal da Planície (1982–1986)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Faculdade Estácio de Castanhal, 2018.

mais me intrigaram. O que no início era mera curiosidade do historiador, se tornou um ávido caminho para desvendar as causas dos escritos.

Compartilhada pelos três periódicos, a seção dedicada aos casos policiais apresentava acontecimentos violentos ocorridos na metrópole belenense, como também do território nacional. A razão pela escolha da seção Polícia se deu, pois, esse gênero de notícia cresceu durante o período da década de 1980 e 1990, visto que, segundo a jornalista Viviane Melém foi “[...] quando o gênero caiu no gosto popular em programas de rádio e televisão, como “A Patrulha da Cidade”, “TV Cidade” e “Barra Pesada”, onde repórteres de rádio que não tinham formação profissional migraram para as telas, e se tornaram repórteres de televisão”²³. No entanto, a autora afirma que “[...] o trabalho de reportagem na área criminal se revelava [...]”²⁴ desde o final da década de 70, “[...] quando o jornalista Paulo Ronaldo — repórter de rádio do programa “A Patrulha da Cidade” — introduziu o estilo no jornal *O Liberal*. Naquela época, apenas uma página era dedicada às notícias de crimes”²⁵.

Posso também afirmar que o jornalismo policial surgiu em razão do avanço do crime e da violência urbana nesse período, havendo uma escalada no aumento da violência pelas “[...] instituições policiais (polícia civil e polícia militar) responsáveis pelo controle do crime e da violência”²⁶. O aumento da violência se concentrou principalmente nas metrópoles, locais em que a urbanização difusa propiciou que os atos violentos acontecessem, sobretudo os homicídios nas regiões periféricas²⁷ dessas grandes cidades²⁸.

E me dedicando a reconstruir o cenário da minha investigação; melhor dizendo, reconstruir a cidade de Belém e as narrativas sobre a morte de Klaus, transpondo-as para uma pesquisa acadêmica, iniciei a exploração, catalogação e interpretação das fontes. E nesse emaranhado de páginas de jornal pude entender a dinâmica da cidade na década.

Se o Brasil vivia um período crescente de violência, mesmo passando por um estado de redemocratização que deveria significar um processo gradual de civilidade e harmonia, na

²³ Melém, Viviane. *Jornalismo Policial: uma análise dos critérios de noticiabilidade do caderno Polícia*, do jornal *Diário do Pará*. **Puçá**: Revista de Comunicação e Cultura da Amazônia, Belém, v. 1, n. 1, p. 26–50, jan./jun. 2011. p.31.

²⁴ *Ibid.*

²⁵ *Ibid.*

²⁶ Peres, Maria Fernanda Tourinho *et al.* Homicídios, desenvolvimento socioeconômico e violência policial no Município de São Paulo, Brasil. **Revista Panam Salud Publica**, v. 23, n. 4, abr. p. 268–76, 2008. p. 269.

²⁷ Áreas em que há maior incidência de homicídios, em que existe maior superposição de carências, onde a população não tem acesso a direitos fundamentais e onde as polícias se mostram incapazes de controlar o crime e a violência também registram uma maior incidência de violência policial (PERES *et al.*, 2008, p. 269).

²⁸ Saporì, L. F. **Segurança Pública no Brasil: desafios e perspectivas**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

realidade, a sociedade experimentava uma extensão do autoritarismo e da violência institucional dos governos anteriores, e isso se estendeu para a região norte.

No começo da década, Belém havia se transformado para a imprensa na “cidade do medo”²⁹, e esse medo, perdurou por praticamente todo o decênio. Como parte da violência não provinha apenas da população, mas também era exercida pelos agentes da lei, ou seja, os próprios policiais, posso afirmar que, o que era escrito pelos jornais proveio do contexto de violência que reforçava a denúncia contra o despreparo da segurança pública.

Em 1981, o jornal *O Liberal* declarava em manchete alta que, Belém havia se tornado uma cidade “cada vez mais assaltada”³⁰. Isto significava que só nos seis primeiros meses de 1981, aconteceram trinta assaltos por dia³¹. Aliado aos assaltos, aconteciam homicídios, estes, a cada dois dias havia uma tentativa, e a cada três acontecia um assassinato³². Em 1983, mais violência, “aconteceram nada menos que 142 assassinatos, a maioria deles praticada com arma de fogo. O que estabelece uma média de um crime a cada 60 horas, ou um assassinato a cada dois dias e meio”³³. No final da década isso se manteve, Belém estava para *O Liberal*, “uma cidade sob o signo da violência”³⁴.

Já para o *Diário do Pará*, a violência imperava em todos os bairros³⁵. A falta de organização e qualificação da Polícia metropolitana era vergonhosa, pois estes eram “[...] mal formados e despreparados para agir no combate ao crime [...]”³⁶ e no tratamento de qualquer ser humano, não poupando nem mesmo as crianças que circulavam pelas ruas da cidade nesse período. “Belém, quanta violência”, “Belém, a polícia de lá não livra nem as crianças!”³⁷, era o que diriam os turistas que visitavam a cidade e testemunhavam as atitudes bárbaras da polícia, segundo o texto do jornalista Roberto Barbosa. Este autor tratava da violência como um acontecimento que estampava os jornais todos os dias. “São assassinatos para todos os

²⁹ Belém se transforma em cidade do medo. **O Liberal: jornal da Amazônia**, Belém, ano 35, n. 20.457, 27 ago. 1981. 1º Caderno/Polícia, p. 20.

³⁰ Belém cada vez mais assaltada. **O Liberal: jornal da Amazônia**, Belém, ano 36, n. 20.481, 20 nov. 1981. 1º Caderno/Polícia, p. 20.

³¹ Ibid.

³² Ibid.

³³ Cresce a violência. Mais polícia? **O Liberal: Jornal da Amazônia**, Belém, ano 37, n. 20.787, 2 jan. 1983, p. 17.

³⁴ Pimentel Junior, Antonio Carlos. Belém, uma cidade sob o signo da violência. **O Liberal: Jornal da Amazônia**, Belém, ano 43, n. 22.171, domingo, 01 jan. 1980, p. 21.

³⁵ Cabo do exército morto a facadas. **Diário do Pará**, Belém, ano 113, n. 2320, segunda-feira, 04 dez. 1989, Polícia. n/p.

³⁶ Caçaram espancaram e atiraram nas crianças. **Diário do Pará**, Belém, sexta-feira, 24 mar. 1989, p. B-7.

³⁷ Ibid.

ladados, roubos, estupros, assaltos, sem falar nos crimes de encomenda, cujas desovas são constantes”³⁸.

Deste modo, pude perceber que o subgênero policial com o cenário de violência e crime que ocorria em Belém teve um impulso para a sua reverberação. Mas não somente isso. Com a redemocratização e abrandamento da repressão no fim da ditadura com a Lei da Anistia (n.º 6.683, de 28 de agosto de 1979), superada pelo inciso IX do artigo 5º da Constituição de 1988, que determinava a livre “expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença”, e também a revogação do AI-5, a partir da Emenda Constitucional n.º 11, de 13 de agosto de 1978, que deu início a abertura política, os impressos passaram a ter liberdade de escrever de uma forma mais crítica, não só desaprovando a atuação da polícia, mas também, expondo a violência e as pessoas que vivenciavam e praticavam diariamente atos atrozes.

E nessa conjectura, as pessoas com identidades e sexualidades dissidentes, não-heteronormativas, transviados e desviados eram, circunstancialmente, devido ao julgamento e condenação dos seus corpos e comportamentos sexuais e identitários, suscetíveis ao cenário de violência, que poderia incluir a associação a venda de tóxico (drogas) e a negociação do corpo através da prostituição, que provocava a proliferação do discurso jornalístico “[...] preconceituoso, marginalizante, ofensivo e retrógrado”³⁹. Através de seus prospectos, esses jornais atribuíram uma percepção social aos sujeitos homossexuais baseada em uma prática jornalística altamente disseminada naquela década: o popular e/ou sensacionalista. Estando esta prática intimamente ligada a um gênero de notícia, neste caso, o jornalismo policial.

Partindo disso, minha identificação com os sujeitos e minhas tendências políticas me levaram a trabalhar com tais indivíduos subalternizados, me situando em mundo social e político mais abrangente⁴⁰. Ao me embrenhar nesse campo dissidente da história social, caminho proposto pelo programa de pós-graduação, pude me compreender enquanto agente homossexual e reconstituído da história, e entender os sujeitos das narrativas como um só organismo, integral, mas marginalizado. Esse ponto de vista parte da ideia de Sidney Chalhoub sobre o campo da história social no Brasil, pois esta

³⁸ Ibid.

³⁹ Agrimani Sobrinho, op. cit., p. 66.

⁴⁰ Hunt, Lynn. Apresentação: história, cultura e texto. In: _____. **A Nova História Cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 27.

[...] formou-se [...] basicamente como uma área de estudos que visava contrabalançar a tendência habitual da historiografia de contar, enfatizar, a história da política institucional, das elites políticas, com fontes oficiais lidas sob o filtro do Estado e do controle social; uma ótica da organização da sociedade para a fruição da exploração, do trabalho escravo, da predominância da hegemonia do Capital e de seus interesses⁴¹.

A nova história social brasileira veio para questionar a tradicional historiografia da exclusão, que jogava para escanteio os outros, os explorados, a massa. Uma historiografia que não se responsabiliza em incluir os que estavam abaixo na história de cima. Era uma história que provinha dos documentos oficiais, dos arquivos produzidos por aqueles que detinham o poder.

Mas com o advento da nova historiografia, e com a ideia propalada pelo historiador social Eric Hobsbawm de que qualquer período é “um bom momento para ser historiador social”⁴², outros profissionais da história, na reconstrução e integralização do passado histórico, e na “[...] multiplicação de sujeitos coletivos [...]”⁴³ advindos do movimento social “[...] forçou os historiadores a redirecionarem muito do que faziam e à necessidade de contar a história brasileira desde perspectivas outras que não as que eram tradicionalmente utilizadas”⁴⁴.

Influenciado por isso, inicialmente, parti dos arquivos de jornais disponíveis na Hemeroteca Digital Brasileira⁴⁵, como também da seção de jornais e microfilmes do Centro Cultural e Turístico Tancredo Neves (CENTUR)⁴⁶, pois o arquivo além de um lugar físico e

⁴¹ Chalhoub, Sidney. O conhecimento da História, o direito à memória e os arquivos judiciais. In: **Curso de formação de multiplicadores em políticas de resgate, preservação, conservação e restauração do patrimônio histórico da eJustiça do Trabalho no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Memorial do TRT 4ª Região, 2005. p. 1.

⁴² Fala proferida por Eric Hobsbawm em HOBSBAWM. Eric. Entre historiadores. In: _____. **Tempos interessantes**. Uma vida no século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 311–327.

⁴³ Chalhoub, op. cit., p. 2.

⁴⁴ Ibid.

⁴⁵ Na Hemeroteca pesquisei as fontes no jornal *Diário do Pará* (1982–1990). Sobre este jornal e os seus anos, em relação às fontes encontradas, já havia finalizado a sua catalogação antes mesmo do início das aulas do mestrado, pois elas se encontravam disponíveis online; nos anos de 1982 e 1983 encontrei pouquíssimas notícias, isso se deu, pois muitas páginas e edições do referido jornal se perderam ao longo do tempo. Cheguei a buscar outras edições no CENTUR, mas de igual modo, fui informado que essas edições continuavam perdidas. Pesquisei também no mesmo arquivo digital *O Liberal* os anos de 1946, 1989 e 1990). Sendo estes anos os únicos disponíveis no acervo digital. O outros foram no CENTUR.

⁴⁶ No CENTUR pesquisei os jornais *A Província do Pará* (1982–1989) e *O Liberal* (1980–1988). No jornal *A Província do Pará* de 1982 até ano 1986 a pesquisa se realizou por meio de jornal impresso, a partir de 1987 até 1989 foi através dos microfilmes. Infelizmente, não pude dispor de todos os anos do citado jornal para fechar o recorte cronológico da década. Os anos de 1980 e 1981 não estavam disponíveis para pesquisa, pois, encontravam-se isolados do público, visto que estavam sendo organizados para o processo de digitalização e microfilmagem. Sobre *O Liberal* no CENTUR, toda a pesquisa se realizou mediante rolos de microfilme. Em nenhum momento tive acesso ao jornal impresso. Cheguei à conclusão no final que dos três jornais pesquisados, se tratando das edições encontradas, o que estava mais bem conservado era *O Liberal*, enquanto *A Província do Pará* e o *Diário do Pará* careceram de uma melhor conservação.

espacial, é também social. Sendo nos documentos de arquivos que encontro os rastros escritos do passado, que nem sempre vão significar um testemunho escrito, mas estarão lá os fragmentos de um passado social histórico? Ou testemunhos fabricados, práticos, impessoais? Tais questionamentos partem da discussão que, na escrita da história, existem muito mais testemunhos a contragosto do que testemunhos voluntários⁴⁷.

E sendo a documentação histórica um testemunho histórico arquivado⁴⁸, como leitor crítico das fontes passadas, atentei em manusear as fontes fazendo-as testemunhar por si, avançando pelas descrições irregulares e duvidosas das dinâmicas sociais vividas pelos homossexuais, as mulheres, homens heteronormativos e outros indivíduos que presenciaram as narrativas e atuaram nelas em razão das circunstâncias impostas aos seus corpos, identidades de gênero e sexualidades.

Em vista disso, esta pesquisa não poderia deixar de abordar as análises de gêneros e sexualidades existentes, e reconhecer que primeiros trabalhos dedicados a investigação da mulher (os estudos de gênero) de meados dos anos 50 foram primordiais para os pesquisadores entenderem a opressão dessas pessoas na sociedade. Tais estudos encaminharam análises que antes era apenas entendidas como o exame da “mulher” na sociedade. Posteriormente, entenderíamos que essa exploração era mais profunda, pois não havia apenas “mulher”, mas sim, “mulheres”, seres múltiplos, de regiões e contextos diferentes, mas com opressões em comum.

Na década de 1980 para a década de 1990 perceberíamos como categoria de análise, e não tema de pesquisa. Neste período, gênero seria entendido como uma categoria relacional, ou seja, se o estudo se dedicava a analisar as mulheres, automaticamente, os homens também entravam nas percepções das “relações de gênero”⁴⁹. Uma análise relacional que permanecia em um campo limitado, pois não contemplava as identidades que transcendiam a dicotomia tradicional. As homossexualidades e travestilidades⁵⁰ e outras identidades/sexualidades estavam invisibilizadas e somente seriam realmente visualizadas quando teóricos passaram a

⁴⁷ Ricoeur, Paul. Fase Documental: A Memória Arquivada. In: RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

⁴⁸ Ibid.

⁴⁹ Pedro, Joana. “Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea”. **Topoi**, v. 12, n. 22, p. 270–283, jan./jun. 2011.

⁵⁰ “O termo “travestilidade” não evoca aspecto patológico da identidade/expressão de gênero, do mesmo modo ele não produz ideia generalizante sobre as travestis, uma vez que estas possuem desqelhantes processos de expressão e constituição da sua identidade. Portanto, não adotar termos com sufixo “ismo” é “uma importante estratégia político-conceitual a ser incorporada pelas pesquisas acadêmicas” (Amaral et al., 2014, p. 307).

pensar a constituição do gênero e da sexualidade não de uma forma relacional, mas por meio de um processo de social. Ou seja, a constituição do gênero e da sexualidade como resultado das experiências e dos processos de trocas e de interdependência social, cultural, geográfica e contextual em que vive o indivíduo. Podemos dizer que quem melhor trabalha com essa percepção são os pesquisadores da Teoria Queer, teoria que será melhor explanada ao longo da dissertação.

Sobre o recorte cronológico, é justificado, pois as narrativas de Klaus aconteceram principalmente no ano de 1983 (período em que ele foi encontrado morto e iniciado o processo de investigação pela imprensa e pela polícia); 1984 (período em que o caso já estava com alguns suspeitos, porém não havia sido solucionado concretamente), prosseguindo para os anos seguintes, até 1990, quando o nome do professor e a citação ao homicídio eram sempre lembrados quando casos semelhantes tornavam a acontecer, roubando edições e páginas, inclusive de outras seções desses anos subsequentes.

Além disso, este é o período da “segunda onda” do movimento homossexual, e a década do século XX em que a homossexualidade esteve em maior evidência no Brasil, não tanto pelos seus feitos e conquistas sociais e políticas, mas pela triste epidemia de HIV-AIDS, que marcou os homossexuais como principais e únicos transmissores e vítimas. É um decênio que se encerra com a retirada da homossexualidade do rol de doenças da Classificação Internacional de Doenças da Organização Mundial em Saúde (OMS), que abriu portas para a manifestação política e social de outras identidades e sexualidades de fazerem o mesmo. Tais fatos corroboraram para questionar se a abertura política, as mudanças do CID, e outras circunstâncias intrínsecas refletiram em uma mudança nas narrativas sobre os sujeitos dissidentes ou não.

Homossexuais e outras identidades sexuais e performáticas de gênero que desviam da dicotomia homem e mulher estiveram mascarados no grande espetáculo teatral a qual é a história, mas principalmente da história de nações construídas sobre a insígnia da cruz da crucificação, em que os sodomitas eram condenados. Tal fato distingue-se de outros por sua unicidade, onde os que detinham o poder, ou seja, os que organizavam e manipulavam os documentos, selecionavam o que deveria ser deixado para a posterioridade, e disso valia velar a sexualidade de grandes personalidades da narrativa histórica, eles tornaram latente um fato que poderia visitar um dia, de forma proposital ou despropositadamente.

Caberia aqueles que detêm o conhecimento histórico, os responsáveis pelo revisionismo não só perceber “como os homens, os povos, os Estados se desenvolvem, em geral, mas, ao contrário, como este homem, este povo, este Estado veio a ser o que é: como todas essas coisas puderam acontecer e encontrar-se aí”⁵¹. Isto é, o papel do historiador seria compreender quem, quando e por que tais fatos históricos foram ocultados nos escritos, negados do interesse público, deixando a história desses indivíduos, e das nações cheias de abismos e desfiladeiros documentais.

Muitos sujeitos mascarados, até recentemente, foram revisitados por uma nova geração de historiadores que se responsabilizaram em descobrir que, suas biografias, foram forjadas conforme os interesses e julgamentos dos que acreditavam que a demonstração da sexualidade “anormal” era um sinal de fraqueza e degeneração para as futuras gerações. Por mais que muitos documentos não comprovassem a sexualidade desses indivíduos censurados, o historiador haveria de recorrer a técnicas em que “detalhes aparentemente marginais e irrelevantes” seriam “formas essenciais de acesso a uma determinada realidade”⁵². Nesse caso, a realidade de pessoas sem sexualidade aparente, porque lhes foi retirada. Assim, o profissional da história agiria como Zadig, reescreveria a história “a partir dos rastros ou dos vestígios deixados”, chegando o mais próximo possível do factual, descrevendo os ocorridos relativamente preciso, “dependendo da acuidade do observador”⁵³.

Partindo disso, expressei que meu Objetivo Geral é narrar os fatos, como quem conta uma história, e disso, apresentar e incluir esses agentes da história paraense como pessoas com importância, e não apenas indivíduos isolados marcados pela sexualidade e vítimas de crimes hediondos, mas personagens⁵⁴ principais de suas próprias narrativas. Meu intuito é memorar um homem que foi esquecido, e sua imagem, assim como a de outros, usada degradante, desumanizada. Pois mesmo dissidente(s) conhecido(s) na cidade, ele(s) era(m) tratado(s) de forma incisiva e desrespeitosa.

A análise das fontes conversará com conceitos que busquem complementar e tornar esse exame de documentos mais acadêmico, e científico, logicamente. No entanto, não é meu

⁵¹ Gadamer, Hans-Georg. “Problemas epistemológicos das ciências humanas”. In: **O problema da consciência histórica**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2003, p. 17–25. p. 23–24.

⁵² Chalhoub, Sidney. “Introdução: Zadig e a história”. In: _____. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 17.

⁵³ *Ibid.*, p. 17.

⁵⁴ Ao longo da dissertação usarei esse termo não por concordar com seu significado, mas porque a imprensa transformou os agentes dessas narrativas em personagens de suas notícias. A representação deles não obedece inteiramente os fatos, é apenas um fragmento que o jornal usou para criar uma história vendável.

intuito aprofundar as reflexões científicas, pois estas, em sua maioria, derivadas de discussões eurocêtricas poderiam responder por acontecimentos que ocorreram em dado espaço e tempo que diferem de suas teorias? A meu ver, não totalmente. Por isso, pensando na crítica da descrição excessiva das fontes, prática que muitos historiadores experimentam em seus momentos de labor, farei o trabalho de análise muito mais baseada nas minhas percepções em torno das narrativas do que na de outros pensadores e historiadores, com suas teorias trazidas do além-mar. Este posicionamento está ligado não só a princípios decoloniais, mas também a percepção de que os conteúdos das fontes expressam seus próprios sentidos e significados.

Dito isso, em específico, analiso a partir dos conceitos de imprensa popular e sensacionalista, como estes sujeitos foram apresentados. Perceber se a imprensa e os testemunhos dos outros puderam construir uma realidade concreta e crível. Atentar para o modo como a polícia e a imprensa investigava esses casos. E, por fim, construir e contribuir para a história das sexualidades e identidades no território da Amazônia paraense, de modo que, essas histórias são, entre tantas outras pesquisadas e lidas, merecedoras de igual atenção, e um trabalho minucioso de análise, escrita e crítica.

Organizei esta dissertação dedicado o primeiro capítulo para abordar o caso de Klaus Keller, no contexto social e histórico sobre a sexualidade, apresentando as homossexualidades presentes nessa história, bem como o entendimento da sexualidade homossexual pela sociedade no período em que Klaus fora assassinado, expondo o contexto de luta e percepção individual dos agentes homossexuais, entre os principais estudiosos utilizados nessa discussão são Michel Foucault (1984; 1985; 2005; 2012a), Peter Fry (1982; 1983), Philippe Ariès (1986; 2012), e os paraenses, Milton Silva Filho (2014) e Alana Albuquerque de Castro (2022).

No segundo capítulo, apresento os impressos utilizados na pesquisa, bem como as imagens que edificam a narrativa e funcionaram como testemunhos oculares do fato, abordando os conceitos de imprensa popular e sensacionalista apoiado nas teorizações de Rosa Nívea Pedroso (2001), Danilo Agrimani Sobrinho (1995), e Márcia Franz Amaral (2006), bem como os conceitos de Indústria Cultural e Cultura de Massa, aqui apoiados em Theodor Adorno (1975) e Umberto Eco (2008) e como eles foram trabalhados nas narrativas dos jornais.

No terceiro e último capítulo apresentarei o desenrolar do caso, a cobrança da imprensa para solucionar o assassinato e como a polícia utilizou da violência para acusar pessoas inocentes, finalizando com citação a outros casos com semelhantes fins, e que, em

futuras pesquisas, merecem a mesma dedicação e labor. Trabalhei com os conceitos de bio política de Foucault (2008) e as críticas de Achille Mbembe (2016) através da necropolítica, para analisar a política do “deixar viver ou deixar morrer”, cruzando com as teorizações de Pierre Bourdieu (2003) sobre poder e violência simbólica na atuação do controle e naturalização dos dominantes sobre as classes dominadas.

Como o foco é na narrativa de Klaus, este caso se mostrou relevante nesses jornais devido o número de reportagens e notícias produzidas sobre ele. A morte e as investigações comentadas por dias, meses e anos, não só no jornal *A Província do Pará*, que ao todo somou 12 (doze) notícias; teve seu nome citado em outras 23 (vinte e três) notificações no jornal *O Liberal*, sendo este o periódico com o maior número. E, no *Diário do Pará*, seu nome seria citado em mais 19 (dezenove) notícias, totalizando 54 registros do nome de Klaus nesses jornais.

Isto primou as razões metodológicas para que esse caso recebesse a devida atenção nesta dissertação, de modo que o explanarei extensamente neste trabalho, discutindo parte por parte o andamento do caso, e analisando os discursos que tinham por intenção competir por uma verdade. Esta não estava apoiada sempre no discurso oficial, mas se afirmava com depoimentos de hipotéticos envolvidos, suspeitos, amigos e familiares da vítima. Pessoas que ao longo das narrativas se viram representadas, e construíram, igualmente, a sua verdade.

Olhando para esses discursos, essas “verdades” frutos das fontes do passado, vi, reli, vislumbrei, e conjecturei a dinâmica existente. Analisei o que provavelmente era falso, ou que se constituiu como verdadeiro, e o que foi superdimensionado ao ponto de se tornar ficção, um sinal sensacionalista, um gosto para o popular. Através dessas fontes, que se alimentaram dos testemunhos dos outros, ou seja, aqueles que presenciaram o fato, os agentes da lei envolvidos na investigação, ou até mesmo aqueles acompanharam de forma ábdita, pude compreender como se desenhou esta história, que independente do tempo em que seja revisitada, sempre vai se abastecer dos testemunhos dos outros. Isto fez com que a minha interpretação não se tornasse melhor, muito menos pior do que aquele que a “historiografou”⁵⁵ no passado⁵⁶, pois acredito que a distância que estabeleci em relação à fonte não determinou a qualidade da minha acepção, mas o número de perspectivas sobre ela, sim. Por isso, não prezei apenas um jornal. *A Província do Pará* é apenas um que expôs

⁵⁵ Neologismo do autor.

⁵⁶ Bloch, Marc. **Apologia da História, ou, O Ofício de historiador**. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

determinada perspectiva. *O Liberal* complementou. E o *Diário do Pará*, rememorou. Se em determinado momento os pontos de vista cruzaram, há de considerar que a verdade se constrói a partir dessa interceptação. Afinal, são as semelhanças que aproximam, não as diferenças. E isso veremos nos próximos subitens. Começando com o dia 16 de junho de 1983, quando uma notícia⁵⁷ do jornal *A Província do Pará* faria a seguinte pergunta: “QUEM ASSASSINOU KLAUS KELLER?”.

⁵⁷ Quem assassinou Klaus Keller? *A Província do Pará*, Belém, ano 107, n. 27.613, quinta-feira, 16 jun. 1983, 2º Caderno/Polícia. p. 8.

CAPÍTULO I - NA “SEGUNDA ONDA” DO MOVIMENTO HOMOSSEXUAL, UMA MANCHETE: “QUEM ASSASSINOU KLAUS KELLER?”

O título se refere ao assassinato do professor Caetano Nunes Reis, mais conhecido pelo nome social: Klaus Keller. Um homem que, para jornal *O Liberal*, iria completar 54 anos na mesma data em que foi publicado. Na descrição do jornal, Klaus era um homem que falava

[...] fluentemente a língua inglesa e a alemã era professor, tendo lecionado no colégio Abrahan Levy e fundado a escola de inglês para crianças Baby Talk [...]. Era contabilista e comissário de bordo da marinha mercante, profissões que não exercia. Trabalhou na TV-Guajará, TV Marajoara, na rádio Marajoara e colaborou no jornal “O Estado do Pará”. [...] apresentava “O Santo do Dia” na Rádio Clube do Pará, às 6:00 horas e [...] participou do Programa J. Silvestre, na TV Bandeirantes, falando sobre a vida e obra de Santo Agostinho⁵⁸.

Figura 1 - Foto de Klaus Keller no jornal A Província do Pará.



Fonte: A Província do Pará (1983).

As primeiras notícias que se tem conhecimento sobre Klaus na década de 1980, falam da sua fatídica morte ocorrida dias antes de completar idade. Ele que, além de professor, era para uma notícia do jornal *A Província do Pará* um “conhecido homossexual”⁵⁹, havia sido morto entre a noite de sexta-feira ou madrugada de sábado, de um dia de junho, do ano de 1983, em razão da sua vida de extravagâncias homossexuais⁶⁰.

Essa fala consubstancia o que já era propagado internacional e sobre nacionalmente a homossexualidade, pois nesse período, quando uma repórter perguntava as pessoas o que elas achavam sobre os homossexuais e o assassinato destes, as respostas eram diversas, porém intencionadas em atribuir a morte como punição. Uma mulher branca respondia: “Eu acho

⁵⁸ Klaus Keller morto com duas facadas. *O Liberal*, Belém, ano 37, n. 20949, quarta-feira, 15 jun. 1983, 1º Caderno/Polícia. p. 16.

⁵⁹ Quem, op. cit. p.8.

⁶⁰ Ibid.

que tem mais é que assassinar mesmo”⁶¹. Um segundo entrevistado, um jovem rapaz negro, diria: “Tem que matar!”⁶², e um terceiro entrevistado corroborava, justificando que “homem nasceu para ser homem”⁶³. Para outro entrevistado, os homossexuais estavam poluindo os centros das cidades, e tinha quem dissesse que “não deveria existir homossexual”⁶⁴.

Essa entrevista com pessoas comuns, ocorreu nas ruas de São Paulo, e era um retrato do que boa parte da população paulista pensava sobre a homossexualidade, e sobre os assassinatos cometidos por Fortunato Botton Neto, o Maníaco do Trianon, que brutalmente cometeu crime de homicídio de pelo menos 13 pessoas no Parque Trianon — conhecido espaço de sociabilidade homossexual na época dos ocorridos.

No Rio de Janeiro, a morte de homossexuais também era um fato recorrente. Conforme a pesquisa desenvolvida por Sérgio Carrara e Adriana Vianna, de 200 casos sobre violência letal no município carioca nas décadas da 1980 e 1990, 48% correspondiam a morte de homens gays, equivalendo a 96 em números. Destes, 65% foram crimes de homicídio, 28% latrocínio, e 7% mortes suspeitas, estas “[...] que, ao final das investigações policiais, acabam em alguns casos sendo reclassificadas como suicídios ou mortes naturais”⁶⁵.

No mesmo trabalho, Carrara e Vianna abordaram o local onde essas mortes aconteceram, e geralmente, elas ocorreram na própria casa da vítima, com 63%. Do número total, 31% aconteceram na rua, e os outros 7% em locais fechados, “[...] como hotéis (2 casos), local de trabalho (1 caso), boate (1 caso), presídio (2 casos)”⁶⁶.

Klaus, na contramão da região sudeste, sua morte representava a região norte, e unido a outros do mesmo período⁶⁷, foram assassinados durante a “segunda onda” do movimento homossexual, contexto este que, além de ser marcado pelo fim de uma ditadura “lenta, gradual e segura”⁶⁸ se visualizou neste mesmo espaço de tempo a redemocratização do Estado

⁶¹ Moreira, Rita. **Hunting Season** (Temporada de Caça), You Tube. 1988. 24 min. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=rjan_Yd0C5g. Acesso em: 12. Out. 2022.

⁶² Ibid.

⁶³ Ibid.

⁶⁴ Ibid.

⁶⁵ Carrara, Sérgio.; Vianna, Adriana. **A Violência Letal contra Homossexuais no Município do Rio de Janeiro: Características gerais**. Disponível em: <https://sxpolitics.org/ptbr/wp-content/uploads/sites/2/2009/05/a-violencia-letal-carrara-e-vianna.pdf>. Acesso em: 08 out. 2022.

⁶⁶ Ibid.

⁶⁷ Citações a esses casos foram feitas no Capítulo 3, item **3.2 “Deixar morrer”: além de Klaus, outros casos no horizonte**.

⁶⁸ Tal de forma de caracterizar o processo de redemocratização é utilizada por Francisco Teixeira Filho na Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974–1985, capítulo do livro *O Tempo da Ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX* (2007).

brasileiro, os movimentos em torno da Assembleia Constituinte, que elaboraria a Constituição de 1988, e a explosão da epidemia de HIV-Aids, que resultou na articulação da institucionalização do movimento homossexual⁶⁹. Este que, durante o período, não poupou esforços para reivindicar a naturalidade da homossexualidade e a sua retirada da Categoria 302.0, como Desvio e Transtorno Sexual, que em anos anteriores, havia sido inserida na subcategoria específica 302.0 — Homossexualismo.

O GGB, fundado em 1980, mobilizou uma campanha para que o Conselho Federal de Medicina (CFM) desconsiderasse a sua qualificação na Classificação Internacional de Doenças (CID), copiada nos mesmos termos para o agora extinto “Código de Saúde” do Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social (INAMPS).

Essa classificação da homossexualidade como uma doença derivava de uma construção clínica e patológica sobre a sexualidade. Segundo Phillippe Ariès a “medicina, desde o final do século XVIII, tomou emprestada a concepção clerical de homossexualidade, tornando-a uma doença, ou melhor, uma enfermidade que um exame clínico podia diagnosticar”⁷⁰. Para Michel Foucault essa marca foi estabelecida com os estudos sobre a sexualidade humana durante o século XIX, em que “[...] por volta de 1870 que os psiquiatras começaram a constituí-la (a homossexualidade) como objeto de análise médica: ponto de partida, certamente, de toda uma série de intervenções e de controles novos”⁷¹.

Foram indagados sem escrúpulos, sendo vítimas de definições tais como “uranistas” e/ou o “terceiro sexo”, no caso de Karl-Heinrich Ulrichs, recebendo posteriormente uma definição mais genérica como o (a) de “homossexual”, prescrita pelo jornalista alemão Karol-Maria Benkert em 1869 — o mesmo que mudaria seu nome para Károli Maria Benkert. Tanto o alemão Ulrichs, quanto o húngaro Berkent, “acreditavam que a homossexualidade era uma condição inata que se manifestava através de impulsos e desejos”⁷². O homossexual herdaria uma “espécie de maldição, era um só tempo um anormal e um perverso”⁷³.

⁶⁹ Faoro, Raymundo. **Assembleia Constituinte: a legitimidade recuperada**. 3. ed., São Paulo: Brasiliense, 1985 e Simões; Facchini, op. cit.

⁷⁰ Ariès, Phillippe. "Reflexões sobre a história da homossexualidade". In: Ariès, Philippe; BÉJIN, André (Org.). **Sexualidades ocidentais: contribuições para a história e para a sociologia da sexualidade**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 81.

⁷¹ Foucault, 2012a. p. 233

⁷² Nunan, A. **Homossexualidade: do preconceito aos padrões de consumo**. Rio de Janeiro: Caravansarai, 2003. p. 22.

⁷³ Ariès, 1986, p. 81.

Antes disso, de acordo com Adriana Nunan, o termo mais generalizado, “[...] para designar homossexuais era a palavra “invertido”, termo que sugeria que todo homossexual era ‘feminino’ e conseqüente portador de alguma inversão sexual”⁷⁴. No Brasil, além de invertido sexual e homossexual, outro termo que seria difundido seria o termo “viado”, recorrente no discurso do jornal, por exemplo, quando a notícia fala sobre “os viados da Praça”⁷⁵, tal como o “bicha” em “as bichas à beira do igarapé do Tucunduba”⁷⁶.

Considerando o trabalho antropológico realizado por Peter Fry em 1974, as “bichas” na periferia de Belém, seriam as que desempenham um papel feminino, uma ótica apoiada no patriarcalismo, que faz elas serem retratadas como passivas na relação sexual, ou seja, as que são penetradas e atestadas, de certo modo, como o “homem desviante” por “exercer” o papel de gênero feminino e se submeter ao “homem” no ato sexual, o que as caracterizariam como os “verdadeiros homossexuais”. Isto, nada mais é do que uma desqualificação do gênero feminino e do comportamento sexual da homossexualidade. Fry completa que o homossexual chamado de “bicha”, em Belém, “pouco ou nada tem em comum com um outro personagem social chamado de “homossexual” ou “entendido”⁷⁷ ou gay⁷⁸ em certas áreas das classes médias das grandes metrópoles brasileiras”⁷⁹.

No entanto, seriam as definições iniciais que influenciariam uma série de outros trabalhos médicos e psiquiátricos que atribuíram a “homossexualidade” como “inversão sexual” decorrente, sobretudo, de causas biológicas, tais como degeneração hereditária, patologia congênita ou defeitos anormais”⁸⁰. Tais definições e classificações do homossexual por esses estudiosos foram posteriormente compreendidas como contribuição ao desenvolvimento de uma nova identidade sexual e social para as pessoas assim classificadas. Contudo, esta “nova identidade” estaria marcada pelo sentido clínico e patológico, ou mesmo doença sexual.

⁷⁴ Ibid.

⁷⁵ Gay agrediu moleque com um cano de ferro. **Diário do Pará**: um Jornal da Planície. Belém, 18 fev. 1986. p. 7.

⁷⁶ Bacanal de lésbicas terminou em sangue. **Diário do Pará**: um Jornal da Planície. Belém, 10 nov. 1985. p. 7.

⁷⁷ Fry (1982) diz que o “entendido” é um personagem que possui mais liberdade, no que tange ao seu comportamento sexual, podendo ele ser ativo ou passivo. Possui mais abertura também ao seu papel de gênero, assumindo tanto o papel masculino, quanto o feminino.

⁷⁸ Proveniente dos Estados Unidos, seria uma denominação que surgiria a partir dos anos de 1950. Como demonstram Simões e Facchini (2009), e apoiados no estudo do historiador George Chauncey, o termo serviu para fazer referência “a qualquer homem que tivesse experiências sexuais com outros homens, independentemente da afeminação ou do papel desempenhado no ato sexual” (Simões; Facchini, 2009, p. 44). O termo surge no Brasil com o mesmo intuito de determinar o homossexual, sem fazer distinção sobre o seu comportamento sexual.

⁷⁹ Fry, 1982, p. 88

⁸⁰ Simões; Facchini, op. cit., p. 38

Em 1948, na 6ª Revisão da CID, a Organização Mundial em Saúde (OMS) acrescentou a homossexualidade no seu catálogo de doenças. A orientação sexual foi incluída na Categoria 320 — Personalidade Patológica, enquanto termo da subcategoria 320.6 — Desvio Sexual. Permaneceu igual na 7ª Revisão (1955), e na 8ª Revisão, de 1965, migrou de Personalidade Patológica para a Categoria 302–7 Desvio e Transtorno Sexual, sendo inserida na subcategoria específica 302.0, como Homossexualismo⁸¹. Em 1975, na 9ª Revisão, manteve-se estática, porém a OMS acrescentou uma observação: seguindo as opiniões divergentes da psiquiatria a respeito da homossexualidade, deixou a especificação como "codifique a homossexualidade, aqui seja ou não a mesma considerada transtorno mental"⁸².

Mas além do estabelecimento do discurso médico-legal, homossexuais eram considerados “inimigos internos” da nação, carregando além do estigma doentio, o pecaminoso e criminoso, sendo um estabelecido pelo discurso bíblico o outro pelo Estado-polícia. Dissidentes de gênero e sexuais fugiam à regra. Pelos olhos das religiões cristãs eram pecadores. E por perverterem seus corpos e mentes deveriam ser punidos.

Com fundamento nisso, na segunda metade do século XX, durante autoritário processo histórico-político-social que se iniciou com a Ditadura Civil-militar de 1964, apoiados no Ato Constitucional n.º 5 (AI-5), em todo o Brasil, os agentes oficiais sob ordens superiores e em obediência às leis que condenavam a imoralidade e a indecência, nas ruas e praças de todo o país foram realizadas campanhas de cunho moralizante para limpar o centro das cidades.

Peter Fry e Edward MacRae, contam no livro *O que é homossexualidade* de 1985 que os principais alvos dessas diligências eram

[...] prostitutas e homossexuais. Os métodos eram os de sempre: batidas relâmpagos nos locais de reunião, a prisão ilegal para averiguação de antecedentes, mesmo no caso de pessoas com seus documentos em ordem, e o emprego de uma brutalidade extrema, especialmente no caso de prostitutas e travestis⁸³.

Em Belém, na mesma década, tais “batidas” policiais também aconteceram. A Divisão de Vigilância Geral, mais conhecida pela sigla DVG foi a principal instituição de segurança pública responsável por realizar as campanhas que tinham como objetivo expurgar e

⁸¹ Homossexualismo é um termo incorreto para referir-se a sexualidade homossexual, pois o sufixo “ismo” tem conotação de doença. Era corriqueiramente utilizado pelo discurso médico, psiquiátrico e psicológico até os anos 1980, dando continuidade à prática médica que definiu o homossexual na Europa como uma “nova espécie clínica” em meados do século XIX.

⁸² Laurenti, Ruy. Homossexualismo e Classificação Internacional de Doenças. Saúde Pública. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 18, n. 5, p. 344-345, 1984. p. 344.

⁸³ Fry; MacRae, op. cit., p. 28–29

moralizar os espaços públicos. Em 1984, o delegado Rafael Bezerra iniciou um trabalho de expulsão contra o “Gay power”⁸⁴ da Praça da República em Belém do Pará. O intuito era livrar a praça dos travestis, homossexuais, gays, mariposas e viciados, “para que, depois de sua breve inauguração pelo Governo do Estado, ela [...]” pudesse [...] voltar a ser utilizada pelo povo”⁸⁵. Pois o discurso era que a “praça do povo” havia se tornado a “praça do medo” a partir da presença desses agentes que frequentavam o logradouro para o comércio sexual e a venda de tóxico (drogas);

“Expurgar” da praça todos os que cometeram tais atos de desordem, e que “transformaram-na” em um campo nada “aprazível [...] para as famílias paraenses”⁸⁶, promovendo a expulsão e devolvendo-a para o “povo” era a meta, sendo este o discurso que o *Diário do Pará* disseminou em suas páginas em 1984.

De tal modo, esse discurso se apoiava no que Renan Quinalha falou como uma

[...] reação indignada das camadas médias, que cresciam e assumiam uma importância política cada vez maior, passando a cobrar medidas mais enérgicas de limpeza moral das cidades [...] ajudando a concretizar o ideal de moralidade sexual propagado pelos segmentos mais conservadores e com cada vez mais eco dentro do Estado⁸⁷.

Contudo, a moralidade almejada pelos conservadores era impossível a considerar a resistência da população dissidente que buscava se desvencilhar da imagem de seres criminosos, relegados à margem por seu estigma. Mas a década de 80 impulsionou um momento de mudança na história da homossexualidade no país, pois “[...] surgiram também manifestações homossexuais interessadas em expor sua realidade, a verdade a partir do seu ponto de vista. Os homossexuais percebem esta dissecação de seus desejos como um desafio, produzindo como resistência outros discursos sobre si”⁸⁸, a começar pela despatologização.

Na primeira metade da década de 1980, a campanha em torno da desclassificação da homossexualidade como doença viria acompanhada de um certo declínio do movimento homossexual, que veria ser lançada a última publicação do jornal O Lampião da Esquina, em

⁸⁴ DVG encerra campanha de repressão do Gay Power. *Diário do Pará — um Jornal da Planície*, Belém, ano 2, n. 548, quarta-feira, 15 ago. 1984, Polícia, p. 7.

⁸⁵ Expurgo dos viciados. *Diário do Pará*, Belém, ano 2, n. 535, 01 ago. 1984. p. 8.

⁸⁶ *Ibidem*.

⁸⁷ Quinalha, Renan. Uma ditadura hétero-militar: notas sobre a política sexual do regime autoritário brasileiro. In: **História do Movimento LGBT no Brasil**. Orgs. James N. Green, Renan Quinalha, Márcio Caetano, Marisa Fernandes. 1. Ed. São Paulo: Alameda, 2018. p. 36

⁸⁸ Madlener, Francis. DINIS, Nilson Fernandes. A homossexualidade e a perspectiva foucaultiana A homossexualidade e a perspectiva foucaultiana **Revista do Departamento de Psicologia — UFF**, v. 19, n. 1, p. 49–60, jan./jun. 2007. p. 51.

junho de 1981, e o fim do Grupo de Afirmação Sexual (SOMOS), em 1983, ambos pioneiros da “primeira onda” do movimento homossexual brasileiro⁸⁹. Aliado a esses fatos, a epidemia de HIV/Aids assolava a comunidade, com os primeiros casos oficiais no Brasil descobertos em 1982.

Henrique Santos⁹⁰ atesta que no Pará, a doença foi diagnosticada em outubro de 1985, a partir do cabeleireiro e homossexual Agenor. Sua fonte partiu de notícias veiculadas no jornal *Diário do Pará*, o mesmo que divulgaria manchetes policiais com os títulos *Vítima da Peste Gay se joga do 17º andar*⁹¹ e *Vítimas da peste gay voaram para a morte*⁹². Este fato marcaria, não somente homossexuais paraenses, mas nacionais e internacionais — por continuidade do estigma — como “grupo de risco” da doença.

Em 1985, a situação mudaria institucionalmente após pressão estabelecida pelo GGB, que conseguiu o apoio de diversos políticos brasileiros, associações e mais de 16 mil assinaturas de aprovação, fazendo com que o CFM desclassificasse a homossexualidade do parágrafo 302.0, enquanto “Desvio e Transtorno Sexual”, encaixando-a na Categoria V 62: “Outras Circunstâncias Psicossociais”⁹³.

Por mais que a luta em torno desta nova classificação tenha produzido a imagem de homossexuais como seres políticos e dotados de protagonismo, este fato era subjugado por outras notícias que representavam homossexuais de outra maneira. Portanto, se aceitarmos a ideia de que as representações, definidas por Chartier⁹⁴ como criações e determinações de grupos interessados em manipulá-las com objetivo de exercer o poder e controle sociais, então poderíamos dizer que a grande imprensa paraense agiu por meio do discurso da representação no campo jornalístico sobre as relações de poder com a homossexualidade da década de 1980.

Logo, a história de Klaus entra nessa manipulação, assim como o seu assassinato, e a persona construída nas páginas de jornal: um homem, culto, de homossexualidades e virilidades, um ser religioso e filantropo, lúdico, consciente da morte, mas também, por

⁸⁹ MacRae, Edward. **A construção da igualdade: Identidade sexual e política no Brasil da “abertura”**. Salvador: EDUFBA, 2018.

⁹⁰ Santos, Henrique. **As construções discursivas sobre Aids no jornal Diário do Pará (1985–1996)**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) — Universidade Federal do Pará, 2019.

⁹¹ Vítima da peste gay se joga do 7º andar. **Diário do Pará: um jornal da Planície**, Belém, 2 nov. 1985, p. 7.

⁹² Vítima da peste gay voaram para a morte. **Diário do Pará: um jornal da Planície**, Belém, 27 out. 1985, p. 7.

⁹³ Carneiro, Ailton. A morte da clínica: Movimento Homossexual e luta pela despatologização da homossexualidade no Brasil (1978–1990). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 28., 2015, Florianópolis. **Anais [...]** Florianópolis: ANPUH, 2015. p. 1-15

⁹⁴ Chartier, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Tradução de Maria Manuela Galhardo. 2. ed. Algés: DIFEL, 1988.

carregar o estigma da homossexualidade, um ser perigoso. E não dissociando a persona e a sua morte das lutas do movimento homossexual, apresento como este homem visualizava a questão homossexual, enquanto contemporâneo das vivências anteriormente apresentadas.

1.1 Klaus e o movimento gay: um professor de homossexualidades

Segundo a dissertação da historiadora Alana Albuquerque de Castro, Klaus Keller era “[...] um professor conhecido por sua “autenticidade” e que não tinha problemas para falar abertamente sobre sua sexualidade”⁹⁵. As descrições setentistas do jornal *A Província do Pará* sobre Klaus eram que, continuamente, o professor demonstrava a

[...] sua autenticidade por esta freguesia e arredores. Se “assumiu” muito antes que o termo fosse criado. Jamais, em tempo algum, procurou negar ou ocultar sua condição de homossexual, muito pelo contrário. Curtiu sempre, muito na dele lançou bossas, bagunçou o coreto. Em se tratando de vestuário usou peças que à época escandalizavam a Tradicional Família Paraense e que, atualmente, são aceitas e (até usadas também) pelos machões mais pudicos⁹⁶.

O gosto por indumentárias excêntricas é citado na legenda de uma imagem do *O Liberal*. Este jornal, que teve acesso exclusivo a sua casa quando foi encontrado morto, fotografou o seu guarda-roupa e conforme a legenda apresentada, o homem tinha “gosto por roupas extravagantes”⁹⁷. A vestimenta refletia a sexualidade do professor, mas não somente isso, suas roupas eram personificação da sua personalidade. Ele performava suas identidades e não tinha barreiras quanto ao que iria vestir, ao ponto de influenciar outros a fazerem igual, mesmo que estes não compartilhassem dos mesmos desejos sexuais.

Um amigo de Klaus, chamado José Vasconcelos Paiva, conta em seu blog que:

A homossexualidade de Klaus era muito pública e era visto como um bicho raro. Caetano, que ele não gostava do nome, havia morado na Europa. [...] gostava de orquídeas, de papoulas, tinha um pavão,⁹⁸ o Denner e mantinha nos fundos de sua casa uma escolinha de idiomas. Um grande barração que Klaus em eventos especiais decorava maravilhosamente⁹⁹.

⁹⁵ Castro, op. cit., p. 111–112.

⁹⁶ Klaus Keller e o Movimento Gay. *A Província do Pará*, Belém, 25 mai. 1979, jornaleco. n.p.

⁹⁷ Klaus, 1983, p. 16.

⁹⁸ O pavão Denner foi doado pela família de Klaus ao museu Emílio Goeldi após a morte do professor, se tornando o único pavão até o ano de 1985, quando em junho do mesmo ano, um empresário do Recife doou para o mesmo museu uma pava. “A partir da doação, o pavão que vivia solitário e livremente pela imensa área do Museu, passou a ter à sua disposição uma fêmea para acasalar e procriar.” (Pavão, 1985, p. 6).

⁹⁹ Paiva, José Vasconcelos. PROFESSOR KLAUS KELLER. Belém, 19 mai. 2011. Disponível em: <http://paivaalfa1.blogspot.com/2011/05/professor-klaus-keller.html>. Acesso em 23 mar. 2023.

Não gostar do seu nome, nos leva a interpretar que foi essa a razão que levou o professor a se autobotizar de Klaus Keller. Um nome que ficaria marcado na imprensa de Belém, mais pelo seu assassinato do que pelos seus feitos em vida.

Além da escolinha de idiomas, chamada *Baby Talking*, citada no início deste capítulo, Klaus Keller era benfeitor, pois conforme o jornal *A Província do Pará*, quando a polícia fazia perícias em sua casa, foram encontradas “sacas com mantimentos, produto que Klaus doava as pessoas necessitadas”¹⁰⁰. Esses “vários pacotes de gêneros alimentícios [...] deveriam ser entregues na Festa de Santo Antonio, que não chegou a ser promovida”¹⁰¹.

Klaus também era conhecido pela personalidade festiva e por emitir opiniões controversas. Tais opiniões causavam certas inimizades. Castro¹⁰² conta que em uma crítica feita à Associação Gay de Belém (AGB) e ao seu dirigente, Klaus acabou tendo uma desavença com líder dessa associação no ano de 1979, pois o professor considerava a organização uma “seita” e o porta-voz uma pessoa sem capacidade cultural e social para o cargo¹⁰³.

Até a leitura da dissertação da pesquisadora paraense, eu não tinha conhecimento de um movimento homossexual organizado na cidade. As únicas referências sobre a existência de uma organização ou origem do movimento homossexual no Pará, criado em Belém, foi através das manifestações artísticas e culturais que assumiriam forma a partir da década de 1970, quando ocorreu o surgimento de um grupo de artistas, jornalistas e intelectuais, que foram às ruas fazer-se perceptíveis à sociedade. Estas manifestações, que hoje em dia se tornaram vigentes durante o período que antecede o Círio de Nossa Senhora de Nazaré, se caracterizaria pela Festa da Maria Chiquita, ou Festa da Chiquita Bacana.

Este movimento, trabalhado de modo mais atenuante por Silva Filho¹⁰⁴, forneceria a Rozário¹⁰⁵ um complemento a sua pesquisa, que diria que a festa “foi fomentada pelos grupos de gays da associação carnavalesca de Belém com posicionamento de enfrentamento à

¹⁰⁰ Mistério pode ser desvendado. *A Província do Pará*, Belém, ano 107, n. 27.614, sexta-feira, 17 jun. 1983, 2º Caderno/Polícia. p. 8.

¹⁰¹ Queixa e nervosismo incriminam o menor. *O Liberal*, Belém, ano 37, n. 20951, sexta-feira, 17 jun. 1983, 1º Caderno/Polícia. p. 20.

¹⁰² Castro, op. cit.

¹⁰³ Klaus, 1979, n.p.

¹⁰⁴ Silva Filho, Milton. “Eu sou a filha da Chiquita Bacana...” notas antropológicas sobre a Festa da Chiquita em Belém do Pará. *Gênero na Amazônia*, Belém, n. 6, p. 183–212, jul./dez., 2014.

¹⁰⁵ Rozário, Elton. “**Para além das plumas e paetês**”: a atuação do movimento LGBT de Belém-PA no enfrentamento à LGBTfobia. 2016. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) — Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

intolerância da igreja e Estado repressor”¹⁰⁶. Isto fez com que ela permanecesse, depois de 40 anos, ainda em conflito com a festividade católica, pois em suas manifestações

[...] os símbolos sagrados para os cristãos viram alvo de deboche e escárnio dos partícipes das duas manifestações. Também não é incomum vermos figuras demoníacas, representações do “mal”, através de outros seres, ou representações que disputam a hegemonia do cristianismo, como o candomblé, a umbanda, a mina serem encenadas pelas ruas, durante o Auto do Círio, ou no palco da Chiquita¹⁰⁷.

Assim, a festa, de acordo com Silva Filho, ganha características pecaminosas e vergonhosas, enquanto a festividade de Nossa Senhora de Nazaré mantém os seus atributos de uma festa católica que exalta a inocência, o encanto e a beleza, causando uma oposição entre às duas comemorações.

Esta oposição também recai sobre a homossexualidade de Klaus, por vezes vista com agrado, mas também uma ameaça. O mesmo afirmo sobre a sua opinião direcionada ao movimento gay e a quem estava a frente dessa organização. Uma crítica que poderia vir para o bem, mas também para o desagrado. O parecer redigido no jornal *A Província do Pará* atingiu Mário Sergio Franco negativamente. O líder, que seria, num futuro próximo, acusado de “estelionato e homicídio, e teria tentado fugir pela mata, na companhia de escoteiros”¹⁰⁸, acabaria sendo exposto pela imprensa na ocorrência do delito.

A Província do Pará diria:

O articulador do movimento “Gay” em Belém, Mário Sérgio Franco, está todo bronqueado, pois além de responder pelo processo de estelionato e entorpecentes, também responde por tentativa de homicídio. Ele tentou contra a vida do professor Klaus Keller há cerca de dois meses. Inclusive Mário Franco, tentando prejudicar Klaus, enviou uma carta para o diretor do curso Inglês Yankis, dizendo que o mesmo era comunista e que já havia sido preso político devido suas atividades subversivas. Carta com mesmo teor também foi encaminhada para a Universidade Federal do Pará, onde Klaus leciona. A intenção era acabar com a carreira de Klaus, e como não conseguiu com mentiras, tentou matá-lo. Mario Franco, depois que teve a informação em que estava decretada sua prisão preventiva e que havia um mandado de prisão contra a sua pessoa, usando uma farda de escoteiro, conseguiu sair de Belém, fugindo para o interior do Estado. O investigador Sandoval Sousa, da Delegacia de Entorpecentes, teve a informação e conseguiu prendê-lo. Mario Franco quando recebeu voz de prisão não esboçou nenhuma reação, entregando-se sem qualquer problema, e na polícia ainda pediu para ir rapidamente para o São José¹⁰⁹.

¹⁰⁶ Ibid. p. 72.

¹⁰⁷ Silva Filho, op. cit, p. 195.

¹⁰⁸ Castro, op. cit. p. 116.

¹⁰⁹ “Gay” virou escoteiro. *A Província do Pará*, Belém, 14 jul. 1979, p. 15.

A atitude de Mário ajudou a reforçar as palavras de Klaus, pois além de não ser apto para presidir a “seita”, epíteto dado pelo professor ao movimento, o líder ainda era criminoso, não só aplicando golpes, mas também atentando contra a vida de seu opositor.

Isso me levou a constatar que não foi só na década de 1980 que a vida de Klaus foi colocada em risco, com a concretização da sua morte em 1983. Mas de acordo com essa notícia, percebi que o professor, de certo modo, tinha conhecimento do perigo que corria, pois, a cerca de um mês antes do fatídico destino, havia mandado “[...] preparar a sepultura, revistando-a com novas pedras de mármore e um novo crucifixo”¹¹⁰.

Questiono se, teria o professor muitos inimigos? Logo, estaria ele sob ameaça de morte, e prevendo que algo poderia lhe acontecer, se prontificou em mandar alguém reformar a sepultura? Ou será que Klaus tinha consciência da expectativa de vida para um homem gay de 54 anos?¹¹¹ Preparou a sua sepultura já especulando qual seria o seu destino, considerando que a morte de homossexuais era um fato recorrente na cidade? As razões são especulativas, pois até o fim da investigação não se descobriu a causa, muito menos quem o matou.

A morte, costume dizer, é para os desavisados, um espanto. Para os egoístas, um membro sendo retirado do corpo. Para os intolerantes, um alívio. Mas, para Ariès “antigamente, a morte era uma tragédia — muitas vezes cômica — na qual se representava o papel “daquele que vai morrer”. Hoje, a morte é uma comédia — muitas vezes dramática — onde se representa o papel “daquele que não sabe que vai morrer”¹¹². No entanto, considerando a classe, o local, e a identidade do sujeito alvo da morte, ele sabe que pode correr esse risco, e por estar na iminência tende a se defender.

E sobre se defender diante de uma ameaça, isso as narrativas apresentam como um conhecimento ágil da parte de Klaus. É revelado que o professor, quando teve a sua casa depredada por um garoto chamado Jacy (e aqui nessa notícia há o envolvimento de outros amigos na depredação), Klaus Keller, enfurecido, foi a casa do menino e o ameaçou de morte com um revólver, mas não chegou a disparar. Esse depoimento foi confirmado pelo pai do

¹¹⁰ Klaus, 1983, p. 16.

¹¹¹ Não encontrei dados prévios sobre morte de homossexuais nesse período no Estado do Pará, mas para conduzir um comparativo, segundo a pesquisa de Carrara e Vianna (2009), a morte de homossexuais acima dos 50 anos na cidade do Rio de Janeiro representava 20% dos casos totais. O maior número se concentrava na casa dos 21 aos 30 anos, com 27%, seguido da casa dos 31 aos 40 anos, com 23%, e em terceiro os da casa dos cinquenta anos.

¹¹² Ariès, Phillippe. **História da morte no ocidente**. Rio de Janeiro: Saraiva, 2012. p. 222.

menino, Almerindo, que o acompanhou na delegacia, alegando considerar que o filho era inocente das acusações.

Klaus Keller, nessa notícia, se iguala ao garoto ao nível de ameaça. Em *O Liberal* ele é despido de sua armadura de homem que quer resolver seus problemas justamente, ao decidir agir por si próprio ao invés de esperar a ação da polícia. Logo, ele não é mais um cidadão que confia somente nas forças oficiais, mas alguém que tem um signo de força nas mãos, e usou dela para ameaçar e causar medo, para exercer poder, subjugando outro pela intimidação da arma de fogo.

Pensando nessa ocasião e na citação de Philippe Ariès, podemos chegar a uma hipotética preocupação que Klaus tinha em relação à morte. Era um homem sábio, bilíngue, professor universitário, consciente de que sua posição intelectual, superior a outros ao nível de conhecimento e, provavelmente, tinha consciência do que poderia causar quando emitisse notas ferrenhas a certas organizações ou pessoas. O desdém ao movimento homossexual de Belém carregava a bagagem da divergência. Klaus não concordava e não parecia amigável com os seus integrantes.

O homem dizia que Belém era uma cidade da permissão, uma cidade que comportava que a comunidade homossexual pudesse viver sua sexualidade. Em suas próprias palavras, não existia “no Brasil inteiro uma cidade que dê tanta liberdade para o gay power como Belém do Pará. Naturalmente que é uma liberdade sem excessos¹¹³. Mas isso era de fato a realidade? Klaus transitava no meio o suficiente para poder afirmar essa liberdade sexual?

De acordo com Castro, as associações e organizações homossexuais de Belém viviam na iminência da repressão. Três se destacavam, além da AGB, tínhamos o Clube De Reunião das Entendidas (CRE) e o Movimento Gay de Belém (MGB), ambos fundados no ano de 1979. Mas a primeira era mais relevante. Sobre as outras duas, segundo a pesquisadora, não foram encontrados dados o suficiente para discorrer a respeito da sua atuação naquele contexto.

A AGB, pelo contrário, era mais ativa, e esteve nos holofotes da imprensa em algumas ocasiões, principalmente na divergente declaração do professor Klaus. É claro que ele tinha certa preocupação sobre quem deveria comandar o movimento gay na cidade de Belém. Isso, baseado em um fragmento de jornal. Sua opinião, apesar de não ter agradado o

¹¹³ Klaus, 1979, n.p.

líder do grupo, expuseram a capacidade crítica do professor e considerações que demonstravam como o movimento deveria ser guiado na sua visão de homem que burlava a imagem heteronormativa. Apesar dele não se despir dela totalmente. Fato comprovado pela sua fama de lutador e “machão” quando necessitava agir diante de determinadas situações.

A fluidez da identidade de Klaus eram boa parte derivadas de suas vestimentas, um julgamento que a imprensa fazia. Mas poderia ser derivada de outra questão, e aqui evoco a religião, pois em dado momento da narrativa feita pela imprensa sobre o seu caso, é revelado que Klaus possuía certas crenças, e estas eram utilizadas para que ele fazer certos trabalhos espirituais.

Quando a imprensa teve acesso a sua agenda particular, descobriu-se que um tal de Fernando fora colocado na sua caderneta com um propósito. Conforme a notícia *Uma lista de nomes na agenda de Keller*¹¹⁴, o nome dele estava em um texto com “o desenho de uma caveira e um “ponto” de macumba¹¹⁵. Em torno do círculo, as inscrições “Morte” e “Fernando”¹¹⁶. Na mesma folha, mas do outro lado, havia um testículo com os seguintes dizeres:

“Pena branca vai dar um jeito no teu filho Fernando que vai recebê o primeiro castigo que eu vou lhe mandar.

Teu filho está brincando com coisa séria. Tudo que tu fizé vai dá pra traz. Já prepararei três trabalho cum nome dele. Fogo e atraso na vida dele e na tua. Assim cumo teu filho perseguiu os ôtros também ele vai ser perseguido pelo exuns.

Fogo, Fogo, Fogo na vida do desgraçado Fernando. Sofre perseguido pelo diabo”¹¹⁷.

Um trabalho para Fernando, que por alguma razão havia feito mal para o professor Klaus. Pelo ponto cantado, ele já tinha feito três rituais para Fernando, pois este estava brincando com coisa séria. Até este momento, nada havia sido mencionado nos jornais sobre o fato de Klaus ser praticante de uma religião de matriz africana.

É certo que ele tinha ligação com o catolicismo através do seu programa no rádio, igualmente, por uma imagem de Nossa Senhora da Conceição em marfim, mencionada por Paiva em seu blog, e, por último, um cruxifixo que ficava no seu quarto e que foi fotografado

¹¹⁴ Uma, op. cit., p. 22.

¹¹⁵ Pontos de macumba é um termo pejorativo, o mais adequado seria Pontos Cantados, este seriam “músicas entoadas durante esses trabalhos — trabalho é o mesmo que cerimônia, ritual, tal como os próprios umbandistas definem.” Possuem “[...] múltiplas finalidades, entre elas, invocar entidades, abrir e fechar as celebrações, servir como componente para pedir forças espirituais, para afastar espíritos sem luz e/ou sem esclarecimento, entre outros desígnios” (Silva; Prates, 2020. p. 34).

¹¹⁶ Uma, op. cit., p. 22.

¹¹⁷ Ibid.

pelo jornal *O Liberal*. Mas estes signos do catolicismo afirmavam a sua religião? E quanto ao ponto cantando? Este era determinante para que o professor fosse associado as religiões de matriz africana? Afirmativo ou não, esta era a primeira e única vez em que o professor estaria relacionado às práticas da Umbanda.

Este fato me remeteu à citação Leacock de que na década de 1970 existia "[...] uma crença difundida, dentro ou fora da religião do batuque, de que os homens que [...]" usam vestimentas rituais e dançam em cerimônias públicas são efeminados ou, geralmente, homossexuais ativos. Em parte, esta crença estava baseada no fato de alguns homens serem de fato homossexuais¹¹⁸. Peter Fry, na mesma década, se baseou nessa citação para vir à Belém pesquisar sobre a presença de homossexuais nessas religiões, as razões eram que:

Em primeiro lugar, porque já se tinha a excelente e abrangente monografia sobre os cultos [...] E em segundo lugar, devido à ajuda que os professores Napoleão Figueiredo e Anaíza Vergolino eram capazes de [...] oferecer em termos do trabalho realizado por eles¹¹⁹ [...] e pelo acesso aos líderes de culto com quem esses dois pesquisadores haviam estabelecido relações das mais amigáveis numa pesquisa que se estendeu por um período de uns oito anos¹²⁰.

A argumentação de Fry era que os homossexuais se sentiam

“[...] atraídos aos cultos não somente porque estes são popularmente definidos como nichos de homossexualidade masculina, mas por duas outras razões importantes. Primeiro, tanto a homossexualidade masculina quanto os cultos de possessão são definidos como comportamentos desviantes em relação aos valores dominantes brasileiros Segundo, [...] que ser definido pela sociedade como sujo e perigoso é frequentemente uma vantagem positiva para aqueles que exercem uma profissão ligada aos poderes mágicos. Pessoas que são definidas e se definem a si mesmas como "homossexuais" encontram-se classificadas como "pervertidas" e "desviantes", e, portanto, permanecem nas margens da estrutura social formal¹²¹.

Apresento esses argumentos de Fry para explicar as razões que associam Klaus às religiões de matriz africana. Um homem gay, mas que não escondia ou velava sua sexualidade. Ele, provavelmente, se sentia atraído pelos terreiros por ser um local no qual os homossexuais poderiam se sentir realizados, à vontade, sem medo de ser julgados por seus desejos. Poderiam ser livres nos trejeitos e na personificação da figura feminina, seja por meio da personalidade fluida ou da possessão, fato corroborado no artigo de Milton Santos que,

¹¹⁸Leacock, Seth and Ruth. **Spirits of the Deep: a Study of an Afro-Brazilian Cult**. New York: Double-day Natural History Press, 1972. p. 104.

¹¹⁹ Figueiredo, Napoleão; Vergolino e Silva, Anaíza. **Alguns elementos novos para o estudo dos batuques de Belém**. Conselho Nacional de Pesquisas, Rio de Janeiro, Atas do Simpósio sobre a Biota Amazônica, (vol. 2, Antropologia), p. 101–122, 1967.

¹²⁰ Fry, 1982. p. 55.

¹²¹ Ibid., p. 56.

baseado na pesquisa de Fry afirmou que “[...] alguns homens recebiam espíritos femininos, pois queriam deixar de ser homens, mas não tinham coragem de fazê-lo”¹²².

Decerto, isso entra num aspecto estereotipado sobre as sexualidades masculinas. Ser gay, ser um indivíduo que foge as regras heteronormativas não o transforma ou personifica em um sujeito dúbio, que pode vir a se tornar e representar uma personalidade/sexualidade/gênero pertencente à representação do feminino, pois este é fruto de um constructo social. O gênero, o sexo e a sexualidade não são fixos e imutáveis.

A Teoria Queer explica isso, ela consegue dar visibilidade aqueles cuja identidade ou sexualidade são oprimidas pela normatividade de gênero¹²³. O conceito não tem o apego as categorizações, considerando que o Queer sustenta a fluidez humana, portanto, é indiferente as identidades fixas e imutáveis. Guacira Lopes Louro resgata que o termo “faz pensar no estranho, no esquisito, no excêntrico. Queer parece ser algo que incomoda que escapa das definições”¹²⁴. De fato, o termo em inglês no passado possuía cunho pejorativo, significava todas as coisas que não eram heterossexuais, mas foi ressignificado e positivado por militantes e acadêmicos, hoje o queer é usado “por homens e mulheres que recusam a normalização e a integração condescendente”¹²⁵.

A americana Judith Butler em seus estudos de gênero, de igual maneira, caminhou para os argumentos da Teoria Queer. A teórica afirmou que as identidades de gênero não se desenvolvem para serem únicas, isto é, o gênero não define os desejos e comportamentos do indivíduo, em sua trajetória, existem encruzilhadas sociais, espaciais, culturais e políticas que formarão o sujeito, o transformando em múltiplo e variável. Gênero é, além disso, uma performance, não sendo intrínseco ao ser humano, mas, sim, algo que se consubstancia ao longo do tempo e recebe a condição “natural” e “imutável”¹²⁶.

Forma-se uma representação que será exteriorizada no meio social. Mas essa performance não corresponderá eternamente as convenções tradicionais de gênero, pois a pessoa pode vir a se reorientar para gêneros ininteligíveis, e independer do sexo do nascimento. Ou seja, apesar da predeterminação do gênero pelo sexo, o indivíduo pode

¹²² Santos, Milton. Retrospectiva antropológica sobre a Homossexualidade nas religiões afro-brasileiras. **Interações: Cultura e Comunidade**, v. 4, n.5, p. 65–80, 2009. p. 74.

¹²³ Miskolci, Richard. **Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, Universidade Federal de Ouro Preto, 2020.

¹²⁴ Louro, Guacira Lopes. **Um corpo estranho**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. p. 83.

¹²⁵ *Ibid.*

¹²⁶ Butler, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

manifestar uma performance oposta, mista ou neutra. E aqui não nos referimos apenas ao gênero, mas também as sexualidades, logo, e exclusivamente, os indivíduos proprietários desta dissertação.

Mas o fato de Klaus e outro homossexual¹²⁷, estarem presentes nas religiões de matriz africana, de receberem, serem e estar nessa fluidez de gênero através da incorporação de uma entidade feminina, de acordo com Mary Douglas categoriza (ou categorizava) eles como sujeitos marginalizados, debandados, os fazendo permanecer em constante risco, o que conseqüentemente lhe davam acesso diretamente a “fonte de poder”¹²⁸. Tal interpretação colocam Klaus em condição de ser excluído e distanciado por conta da sexualidade, o que proporcionaria a ele, na lógica da autora, a capacidade para exercer rituais e magias contra seus inimigos. Ele detém a força e a exerce com o intuito de castigar Fernando que, por alguma razão, era o seu alvo.

No entanto, podemos considerar que a representação de Klaus enquanto um homossexual que exerce rituais contra prováveis inimigos seja uma manipulação, o manejo de uma história que não existe, mas foi exacerbada para justamente vender uma ideia, e assim comprarem uma narrativa que não corresponde a realidade, uma narrativa que caminha para o sobrenatural, e logo, uma narrativa que despertará preconceitos sobre as religiões de matriz africana, e, principalmente, sobre um homossexual que provavelmente frequentava terreiros, e nele recebia entidades.

Todavia, Klaus não era o único, outro ponto a ressaltar nessa associação da homossexualidade às religiões de matriz africana é o estereótipo de “macumbeiro” estabelecido sobre “Carlão”. Este seria acusado futuramente de ter assassinado o professor, no entanto, detalhes dessa parte da história se encontram no terceiro capítulo.

Se anteriormente isso foi enfatizada a relação de Klaus com o umbandismo através do ponto cantado, na notícia em que “Carlão” é citado, a marca se fixou pela sua afirmação como frequentador de terreiro, e assim ele foi chamado de “macumbeiro” quatro vezes ao longo de uma notícia veiculada no dia 15 de outubro de 1983¹²⁹. Logo, se Klaus hipoteticamente

¹²⁷ Ao longo da narrativa apresentarei “Carlão” como o segundo homossexual com ligação a religião de matriz afro.

¹²⁸ Douglas, M. Pureza e perigo: ensaio sobre a noção de poluição e tabu. Tradução de Artur Lopes Cardoso, Rio de Janeiro: Edições 70, 1966. p. 74.

¹²⁹ Acusados da morte de Keller depõem. **O Liberal**: jornal da Amazônia, Belém, Ano 37, n. 21071, sábado, 15 out. 1983, 1º Caderno/Polícia. p. 19.

pertencia, e “Carlão”, afirmativamente, pela imprensa periódica, havia a possibilidade de ambos se conhecerem?

Infelizmente esta é uma resposta que não poderei apresentar no momento. Mas é certo que por serem umbandistas, esses homens esperavam não ser discriminados, pois “[...] não se faz diferença entre o homossexual e o heterossexual. Todos vestem branco, todos batem a cabeça no chão em sinal de humildade, todos são dignos de respeito”¹³⁰. Mas esse respeito não se faz fora do terreiro, Klaus é tratado como um umbandista que cogita fazer o mal através dos seus pontos cantados, e “Carlão”, pejorativamente, é representado como um “macumbeiro”, que mente, que pode ser assassino, que culpabiliza pessoas inocentes; um gigolô, e talvez a pior das definições para a sociedade da época, um homossexual.

Como não viam a oportunidade de terem a sua sexualidade e o seu comportamento respeitado e tratado com verdadeiro estima, ao adentrarem os terreiros das religiões de matriz africana, pois estas “[...] fazem com que homossexuais [...] visualizem nesses espaços, a possibilidade de serem reconhecidos socialmente, terem possibilidades de ser líder de uma comunidade, terem proximidades e relações com personalidades do poder público”¹³¹.

As religiões afro-brasileiras são, inegavelmente, mais abertas aos homossexuais. Embora não sejam o “paraíso” das minorias sexuais, dada a impossibilidade de se abolir todas as formas de preconceito observadas na sociedade extramuros, ao se converterem, sobretudo, ao candomblé, significa dizer que os homossexuais visualizam as manifestações afro-religiosas como caminho para o poder. Lá podem criar laços, estabelecer diálogos com outros âmbitos da sociedade, ter proximidades com intelectuais, políticos, etc., e vir a público reivindicar seus direitos¹³².

Direito que lhe são retirados em vida, e em morte. “Carlão”, preso, provavelmente acusado injustamente, e detido sob ameaça. E Klaus, um homossexual que não teve a oportunidade no pós-morte de condenar o seu assassino.

Ainda tratando dessa correlação, é sabido ainda que o professor tinha um lado lúdico e artístico, que corroborava com o argumento trazido por Santos na sua pesquisa. Apoiado nos trabalhos de Carneiro¹³³, Landes¹³⁴, Birman¹³⁵, e do próprio Peter Fry. Santos diria que os

¹³⁰ Vital, Ana Clara Dias. **Gênero e Homossexualidade nas Religiões de Matriz Africana**: O papel do homossexual dentro das comunidades culturais tradicionais e religiosas de matriz africana. 2020. Monografia (Bacharelado em Relações Internacionais) — Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais (FAJS), Centro Universitário de Brasília (UniCEUB), 2020. p. 42.

¹³¹ Ibid. p. 41.

¹³² Ibid. p. 40.

¹³³ Carneiro, Edson. Uma ‘falseta’ de Arthur Ramos. In: _____. **Ladinos e crioulos**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1964. p. 223–227 e _____. **Candomblés da Bahia**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1978.

pais-de-santos homossexuais, eram atribuídas de forma “natural” certas habilidades, entre elas:

[...] a criatividade, a alegria e a sensibilidade artística. Os aspectos estéticos, lúdicos e festivos inerentes às festas rituais, de fato, são apreciados e cultivados pelos participantes das comunidades-terreiro. Entre outros fatores, são esses atrativos que conduzem muitos indivíduos para as crenças afro-brasileiras¹³⁶.

Mas isso não significava, necessariamente, que só o fato do indivíduo ser homossexual o transformava em alguém criativo e festeiro, sendo esta uma percepção generalizada e repleta de estereótipos sobre a sexualidade que recaía sobre os praticantes do culto, que segundo o autor possuía pré-disposição em gostar e serem atraídos para as festas de terreiro. No mais, não tive conhecimento de Klaus ser um pai-de-santo, mas de uma coisa era sabido, o professor “era folclórico e de uma criatividade imensa”¹³⁷.

Figura 2 - Klaus Keller fantasiado de Pierrot.



Fonte: Diário do Pará (1988).

A imagem acima atesta isso, extraída do jornal *Diário do Pará*, ela mostra o professor fantasiado de Pierrot para um concurso. Não há dados sobre quando ele foi realizado, muito menos sobre quem realizou a fotografia. Ela se tornou apenas um registro da gama de possibilidades que Klaus Keller poderia ser enquanto homossexual. E, pensando nesse leque de probabilidades sobre a homossexualidade a partir da persona de Klaus, reflito sobre a teorizações de Foucault sobre como devemos nos portar enquanto seres sexualizados, para ele

¹³⁴ Landes, Ruth. Matriarcado cultural e homossexualidade masculina. In: _____. **A cidade das mulheres**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967. p. 283–296

¹³⁵ Birman, Patrícia. **Identidade social e homossexualismo no candomblé**. *Religião & Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 2-21, ago. 1985.

¹³⁶ Santos, 2009, p. 74.

¹³⁷ Paiva, op. cit.

“temos que nos esforçar em nos tornar homossexuais e não nos obstinarmos em reconhecer que o somos”¹³⁸.

No entanto, não devemos nos definir apenas como indivíduos sexualizados, a homossexualidade não se define pela prática, apesar de ser. Homossexualidade é uma cultura, é literatura, arte, são as relações interpessoais, as amizades, um modo de vida. O processo de consciência enquanto seres homossexuais não é o de “[...] descobrir "quem se é", "como se é" ou "por que se é" [...], mas sim como fazer da vida uma experiência transformadora e renovada a cada experiência, libertando-se de valores morais socialmente impostos e regulados”¹³⁹. E qualquer falácia que venha na contramão dessa percepção, “[...] deve ser combatida, mesmo que às custas da resistência daqueles que não a aceitam enquanto existência válida”¹⁴⁰.

1.2 Amigos e suspeitos primários: encontros casuais, adolescentes, prováveis homossexuais e a prisão de um homicida

Um dos pontos mais discutidos sobre a vida de Klaus eram as suas amizades com outros homossexuais. Amizades que despertavam percepções de que todas elas tinham um cunho sexual. No entanto, a homossexualidade expansiva não lhe dava garantias de uma sexualidade ativa. De acordo com Foucault, na busca de novos meios e possibilidades da vivência homossexual, a amizade é interpretada como uma ascese individual, em outras palavras, uma disciplina da natureza da sexualidade, de modo a sobrepujar a ideia dominante de que a comunidade gay é em sua essência sexualizada¹⁴¹.

Não posso afirmar, muito menos criar hipóteses sobre qual era a relação que Klaus possuía com seus amigos. No entanto, a imprensa, baseada na investigação policial, e nos relatos que o professor estava sempre recebendo visitas, estas confirmadas a partir da sua agenda, supuseram serem prováveis encontros casuais, sendo o casarão onde o professor morava, o “antro desta perdição”, já que na visão bíblica, “[...] um homem dormir com outro homem como se fosse uma mulher” é abominável, pois contradiz a ordem natural prevista pelo Criador, ao dividir os seres vivos em machos e fêmeas”¹⁴².

¹³⁸ Foucault, Michel. **Da amizade como modo de vida. De l'amitié comme mode de vie.** Entrevista de Michel Foucault a R. de Ceccaty, J. Danet e J. le Bitoux. Tradução: Wanderson Flor do Nascimento. Gai Pied, [S.l.], n. 25, p. 38–39, abr. 1985. p. 1

¹³⁹ Madlener; Dinis, op. cit., p. 55.

¹⁴⁰ Ibid.

¹⁴¹ Foucault, 1985.

¹⁴² Mott, 2001, p. 45

Portanto, expulsos do jardim do Éden, e habitando o “local do pecado” que, de certo modo, se caracterizava como um local que ia contra a ordem divina. Entre quatro paredes escondiam do resto da sociedade o incômodo, o repulsivo, já que o faz da homossexualidade, algo mais inquietante, nas palavras do próprio Foucault, é a possibilidade que dois homens possam se amar, e demonstrar isso publicamente como um casal heteronormativo, “[...] é isto o que torna “perturbadora” a homossexualidade: o modo de vida homossexual muito mais que o ato sexual mesmo”¹⁴³, ou seja, o ato sexual, por mais que condenado, ainda é tolerado, por ser apenas uma satisfação momentânea dos desejos sexuais. Porém, dois homens vivendo, e tendo os mesmos direitos que um casamento hétero, com direitos civis garantidos em lei, assusta e revolta.

Para o filósofo Francisco Ortega¹⁴⁴, influenciado pelos trabalhos de Foucault, homossexuais não deveriam buscar direitos iguais aos heterossexuais, pois “isto significaria a ampliação a círculos homossexuais das formas de comunidade e relacionamento reduzidas na atualidade aos heterossexuais, em vez de inventar novas formas de existência não institucionalizáveis”¹⁴⁵. Isto é, a tentativa de igualar sua realidade a dos heterossexuais seria uma forma de limitar a homossexualidade, estabelecer o controle sobre uma identidade/sexualidade em constante mutação.

Klaus era um indivíduo que expunha uma homossexualidade fluída, que transitava; era viril quando necessário, e seu comportamento em outras situações não entravam de acordo com regras heterossexuais. Não parecia ser um homem que estava em busca de direitos iguais. Estava a favor da liberdade e não da institucionalização do seu modo de viver. Mas ele não era único.

Durante a investigação do seu assassinato, muitos personagens apareceram como antagonistas na história. Pessoas que, poderiam ou não ser homossexuais, homens que tinha vivências semelhantes, e foram essenciais para a investigação. Quando a perícia trabalhava na divulgação dos resultados do laudo dos exames, se constatou que “[...] um homem baixo, possivelmente canhoto, sangue tipo O positivo, com pouca experiência no uso de arma branca, munido de um punhal ou faca especial de lâmina estreita, mas muito calmo [...]”¹⁴⁶ foi o possível assassino de Klaus Keller.

¹⁴³ Ibid., p. 2.

¹⁴⁴ Ortega, Francisco. **Amizade e estética da existência em Foucault**. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

¹⁴⁵ Ibid., p. 169

¹⁴⁶ Ibid.

Tal descrição daria andamento para que a investigação prosseguisse, e logo começasse a recolher os testemunhos e apontar os primeiros suspeitos: estes eram amigos do professor, que o visitavam, bebiam com ele nos bares da cidade, pediam dinheiro, e passavam horas dialogando. Amigos que, pelo discurso construído nas páginas de jornal, provavelmente, foram responsáveis pelo homicídio.

Segundo a perícia, a inexperiência do assassino no manejo de objeto perfurocortante foi o que ocasionou um ferimento responsável por espalhar seu sangue pela casa do professor. Como o sangue de Klaus era de outro tipo, a perícia concluiu que ele pertencia ao assassino, e mais, este tentou lavar o ferimento, espalhando mais e mais provas pela casa: “[...] manchas de sangue nos ladrilhos da cozinha, nos janelões do corredor (onde deve ter-se amparado) e na porta da rua. Todos O positivo, diferente do sangue do professor [...]”¹⁴⁷. O que explicou as manchas encontradas pela casa. Como naquela época não havia um laboratório forense que realizasse teste de DNA no Brasil, e a tecnologia só seria criada em 1985, não tinha como saber a quem o sangue pertencia.

Porém, mesmo antes da divulgação da perícia, os suspeitos já eram muitos. Em um texto curto, que não estava na seção Polícia, mas na capa do jornal *Diário do Pará* no dia de 16 de junho de 1983, se revelava que a Polícia estava na caça pelos matadores do professor. O jornal adjetivou o caso como um “bárbaro crime”¹⁴⁸, e que, até aquele momento, fizera três suspeitos. Nesse primeiro momento, o jornal não cita quem são, diferente do que fizeram os jornais *O Liberal* e *A Província do Pará*.

O caso já estava sob investigação há mais de duas semanas, sob o comando da delegada investigativa Rosa Navegantes, e três suspeitos detidos para depoimento, pois estiveram circulando pela frente da casa de Klaus no domingo do dia 12 de junho de 1983, quando o corpo do professor ainda se encontrava morto na casa. Os suspeitos haviam sido recolhidos pela Divisão de Crimes Contra o Patrimônio (DCCP), prestando depoimento para o delegado José Bertolino de Oliveira, que atentou para o choque de versões apresentadas sobre a presença em frente a casa da vítima. Eles eram:

“Bel”, um amigo de Klaus, que tinha como nome de registro Edmilson Nonato de Souza, paraense, casado, 36 anos, que segundo a notícia demonstrou nervosismo durante o

¹⁴⁷ Ibid.

¹⁴⁸ Polícia caça matadores de Klaus Keller. *Diário do Pará*, Belém, ano 1, n. 237, quinta-feira, 16 jun. 1983, capa. p. 1.

depoimento prestado na DCCP, e posteriormente na Divisão de Crimes Contra a Pessoa (DCCPE). Ele foi detido com Manoel Erlito Coutinho Gonçalves, estudante, solteiro, 21 anos. E se juntando a eles “José de tal” ou “Pexé” que também estava domingo de manhã na casa de Klaus a sua procura.

Conforme a imprensa, a Polícia apontou como suspeitos Paulo Cézár Nascimento (ou Cézár com “s”); Otávio dos Santos Pinheiro; Sebastião Dias e Guizo Barros (ou Quizo Barros), pessoas que constavam na agenda de Klaus como os últimos que estiveram com ele no sábado. Nada foi citado sobre a sexualidade dos suspeitos, no entanto, conforme o informado, a polícia não descartou a possibilidade de eles terem se relacionado com Klaus. Não se sabe se esta informação foi especulativa ou se os jornalistas haviam conseguido essa fonte com alguém, mas *O Liberal* diria que a polícia não havia dado explicações sobre a razão da escolha¹⁴⁹.

“Bel”, o primeiro, conforme notícia do jornal *A Província do Pará*, declarou que não tinha relação amorosa com o professor, apenas negócios, e que eram amigos, considerando Klaus como um familiar. O segundo suspeito, Manoel, um rapaz que segundo o jornal “tinha cabelos loiros e um jeito de “gato”¹⁵⁰, declarou um depoimento contrário. Disse que foi convidado por “Pexé” para tomar cerveja. Saíram os dois para se encontrar com “Bel”, declarando que não o conhecia, e que, portanto, foram apresentados neste dia. O declarante disse que foi “Bel” que os chamou para ir beber licor na casa de Klaus, aceitando o convite, naquela que seria a primeira visita que faria na casa do professor. Mesmo com a inconsistência foram liberados, mas proibidos de deixar o “distrito de culpa”¹⁵¹. Ficando disponíveis para atender o chamado a qualquer momento dos investigadores do caso.

“Pexé”, que atendia pelo nome de registro José Alair Balieiro, também prestou depoimento. E do mesmo modo que os suspeitos anteriores, apresentou contradições, mas estas não foram suficientes para incriminá-lo. Do mesmo modo, ficou proibido de sair do distrito até que as investigações fossem finalizadas.

¹⁴⁹ Ibid.

¹⁵⁰ Quem, op. cit., p. 8.

¹⁵¹ “O lugar do delito, perante o qual o acusado deve ser julgado.” **Vade Mecum Brasil**. Disponível em: [https://vadecumbrasil.com.br/palavra/distrito-da-culpa#:~:text=O%20lugar%20do%20delito%2C%20perante,o%20acusado%20deve%20ser%20julgado](https://vadecumbrasil.com.br/palavra/distrito-da-culpa#:~:text=O%20lugar%20do%20delito%2C%20perante,o%20acusado%20deve%20ser%20julgado.). Acesso em: 23 mar. 2023.

Dos três suspeitos “Bel” seria acusado muitas vezes pela irmã de Klaus, Clarisse. Em depoimento prestado ao jornal *A Província do Pará* na seção *Família mantém acusação*¹⁵², ela afirmou que o verdadeiro culpado da morte de Klaus era o indivíduo “Bel”. Mesmo sem provas para o incriminar, a irmã disse à época que só o fato de frequentar muitas vezes sozinho a casa do seu irmão era suficiente para declará-lo culpado. Suas desconfianças seriam corroboradas num futuro próximo por uma depoente chamada “Silvinha”, que seria decisiva para culpabilizar ou livrar alguns acusados da prisão.

Para o segundo delegado do caso, no jornal *O Liberal*, “Bel” seria o principal suspeito, embora não houvesse provas o suficiente que o incriminassem naquele momento, apenas algumas marcas e lesões pelo corpo, cujo suspeito “não soube explicar com consistência”¹⁵³.

Segundo o blog de Paiva¹⁵⁴, este declara que Klaus Keller havia sido

[...] assassinado brutalmente a facadas por um casal de falsos amigos que ele tinha. A mulher chamada Bell, usava longos cabelos e tinha um restaurante naturalista, ele que não lembro o nome era bissexual e parecia meio lerdo. Andavam os dois pelas boites gays e pelos locais de consumo de maconha¹⁵⁵.

Ao longo dessa pesquisa, não encontrei nenhuma referência a uma amiga de Klaus que se chamava “Bell”, muito menos que ela seria culpada pelo crime com seu parceiro, que não teve o nome citado. O único “Bel” que tive conhecimento foi Edmilson Souza, e nada mais. Caso esse casal foi condenado após os anos oitenta, apenas as fontes da próxima década poderiam me dar essa resposta. Infelizmente, essa é uma questão que responderei em pesquisas posteriores.

Ainda no seu blog, ele conta da vez que foi convidado pelo próprio professor para ir em sua casa:

Um dia Klaus me ligou e disse que deveria ir aquela noite a sua casa, fui e a surpresa, ele havia comprado uma nova e rara na época televisão colorida. Assistimos e inauguramos a televisão vendo o Miss Pará a cores, que estava sendo transmitida pela primeira vez com as cores do arco-íris¹⁵⁶.

Neste relato sobre a visita ele prossegue com o momento em que percebeu que Klaus não lhe serviria nada para beber. O professor foi categórico em dizer que sua casa não era um bar, e que, caso José Paiva quisesse beber algo, que ele trouxesse sua própria garrafa. Em

¹⁵² Mistério, op. cit.

¹⁵³ Delegado inocenta o suspeito apontado no caso Keller. *O Liberal*: jornal da Amazônia, Belém, Ano 37, n. 20959, sábado, 25 jun. 1983, 1º Caderno/Polícia. p. 18.

¹⁵⁴ Paiva, op. cit.

¹⁵⁵ Ibid.

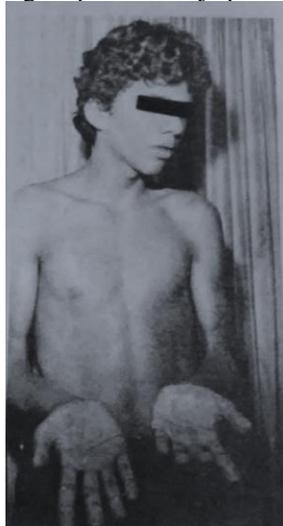
¹⁵⁶ Ibid.

nenhum momento do relato, Klaus disse que beberia com ele, mas que guardaria a garrafa, para lhe servir em outros momentos. Percebe-se que Klaus tinha um cuidado curioso com relação a si, não se fazia vulnerável diante de outros, mantendo-se sóbrio e atento as possibilidades maléficas que poderiam ocorrer consigo. Segundo Paiva, ele tinha “um cuidado extremado com a chave da casa”, o que o fazia pensar que Klaus não confiava nele. E pelo visto, em mais ninguém.

Anotar quem vinha lhe visitar seria um sinal de cuidado com relação a própria vida? De deixar para a posteridade os seus prováveis algozes? Não beber em casa seria uma forma de proteger a si e seus bens de serem surrupiados? Se de fato ele não confiava em ninguém, Klaus tomava muitas medidas, entre elas denunciar quem atentava contra si.

Após os primeiros suspeitos, outro personagem surgiria nessa história, o adolescente¹⁵⁷ Jacy, citado no item anterior. Ele tinha 17 anos e havia sido denunciado por Klaus um mês antes da sua morte, pois o garoto havia jogado pedras na sua casa. Segundo o depoimento prestado, ele fez isso em revolta por Klaus ter lhe chamado de “maconheiro”¹⁵⁸.

Figura 3 - O adolescente Jacy protegido por uma tarja preta nos olhos pelo jornal A Província do Pará.



Fonte: A Província do Pará (1983).

O menino se tornou suspeito do homicídio, pois não só recaiu sobre ele a queixa de apedrejamento da residência, mas também o fato de ter parado de frequentar a escola, o que fez os investigadores do caso pensar que o garoto estava se escondendo. Por essa razão, foi

¹⁵⁷ Apesar de ser tratado como “menor” e “delinquente” pela imprensa, após a defesa desta dissertação foi concordado com a banca que Jacy deveria ser adjetivado como um “adolescente”. As exceções ocorrem quando tais termos se encontrarem nas citações de outros autores ou nas citações da própria imprensa paraense. Esta mudança se adequa a não utilização de termos estigmatizadores pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a Lei Nº 8.069, de 13 de Julho de 1990.

¹⁵⁸ Mistério, op. cit.

então procurado e preso pela polícia para prestar depoimento na DCCPE. Lá, disse: “Eu não sei quem matou o professor. Não fui eu”¹⁵⁹.

Mas *O Liberal* revelaria na notícia *ALGUÉM anda oferecendo as jóias roubadas de Keller*¹⁶⁰, detalhes de como o garoto conhecia Klaus. Aparentemente, ele tinha um amigo que morava atrás da casa do professor, e das visitas que fazia ao amigo “Rama”, acabou conhecendo Klaus, pois a polícia desconfiava que o garoto lhe visitava, e passava muito tempo com ele, apesar do adolescente negar tais afirmações.

Até aqui, estavam como suspeitos principais “Bel”, Jacy (e seus amigos “Rama e Zeca”)¹⁶¹, e o Fernando citado na agenda através do ponto cantado. Sebastião, que também havia sido citado na agenda, procurou a polícia para prestar depoimento de livre e espontânea vontade, livrado de suspeitas. Dos quatro mencionados, o garoto foi o único que teve a prisão preventiva decretada na Unidade de Polícia Central, sendo o primeiro a ficar detido com sérias suspeitas. Quando foi noticiada a prisão dele, a partir de informações obtidas, o jornal disse que “[...] Jacy seria pivete, um garoto cheio de problemas [...] um indesejável de presença ameaçadora [...] envolvido em casos de violência”¹⁶².

Esse discurso deriva do número de adolescentes que habitavam as ruas, e viam nelas uma oportunidade de obtenção da sua liberdade juvenil, fugindo das responsabilidades escolares, se tornado “delinquentes”¹⁶³ derivados “[...] de um contexto social carente de autocontroles e de controles sociais, especialmente aqueles exercidos pelos pais”¹⁶⁴. Isso permitia “[...] um envolvimento crescente e inexorável desses jovens com o crime, principalmente daqueles procedentes dos setores mais pauperizados das classes trabalhadoras”¹⁶⁵.

Com o envolvimento no crime, e o número crescente de notificações, não era esperado que as mídias se abstivessem de criticar e avaliar o comportamento desses adolescentes, elaborando levantamento de dados, e até mesmo os defendendo, quando necessário, em caso

¹⁵⁹ Ibid.

¹⁶⁰ *Alguém anda oferecendo as jóias roubadas de Keller. O Liberal*: jornal da Amazônia, Belém, ano 37, n. 20953, qdomingo, 19 jun. 1983, 1º Caderno/Polícia. p. 24.

¹⁶¹ Ibidem.

¹⁶² Mistério, op. cit.

¹⁶³ Este termo é utilizado pela imprensa em alguns momentos para definir adolescentes que cometiam delitos ou moravam nas ruas, é um adjetivo que vai se fazer presente ao longo da narrativa.

¹⁶⁴ Adorno, Sérgio. A violência na sociedade brasileira. Juventude e delinquência como problemas sociais. *Revista Brasileira*: adolescência e conflitualidade, v. 2, n. 2, p. 01–11, 2010. p. 4.

¹⁶⁵ Ibid. p. 6.

de violência policial. Seja ela impressa ou eletrônica, a imprensa se tornou responsável por construir “[...] cenários cada vez mais dramáticos: adolescentes audaciosos e violentos, destituídos de quaisquer freios morais, frios e insensíveis que não hesitam em matar”¹⁶⁶. Para Dominique Kalifa

Tais retratos emanam com frequência de fontes hostis, jornalísticas ou policiais, mas sabe-se também que se desconfia, na zona, desses jovens terrores malignos e nervosos que não têm nem a estabilidade, nem o sangue-frio de um homem. É o caso dos autênticos homossexuais que, fora da experiência carcerária, não encontram o seu lugar no meio delinquente¹⁶⁷.

Em 1981, *O Liberal* divulgava um registro da violência em Belém, e nesse ano haviam sido registrados “[...] um total 596 ocorrências envolvendo menores delinquentes de 18 anos, de ambos os sexos”¹⁶⁸. Nessa contabilidade, se constatou que alguns adolescentes se relacionavam com pessoas do mesmo sexo, a porcentagem era considerada baixa, em torno de 0,3%, e acontecia mais entre garotas¹⁶⁹. O tópico da homossexualidade ainda era referido como “homossexualismo” no jornal, incluso na seção que tratava o texto sobre doenças mentais, uso de drogas, deficiência alimentar, problemas congênitos, etc. que alimentavam a imagem da homossexualidade ainda como um crime, uma perversão ou doença mental.

Homossexualidade, crime e doença eram sinônimos, lados de uma mesma moeda. Klaus e Jacy poderiam representar os três, mesmo que o menino declarasse não ser homossexual e não ter tido relações com o professor, ele seria colocado e representado dessa forma, pois quem incorre no crime, tem predisposição para a doença, e logo, para a homossexualidade.

No mesmo depoimento ao jornal, contou das desavenças que levaram Klaus a chamá-lo de maconheiro duas vezes, completando que provavelmente o professor tenha feito isso, pois o menino se recusou a entrar na sua casa. O entendimento que discurso do jornal transmite é que o xingamento e a denúncia feita à polícia por Klaus foi porque ele ficou com raiva de Jacy por não ceder a uma possível investida sexual. Passando a impressão de que o professor, quando recebia homens em sua casa, também intentava com adolescentes. Isso o classificava, no contexto do período, como um pederasta, ou seja, um homem gay, de certa idade, que se relacionava sexualmente com rapazes mais novos.

¹⁶⁶ Adorno, Sérgio.; Bordini, Eliana.; Lima, Sergio. O adolescente e as mudanças na criminalidade urbana. **São Paulo Em Perspectiva**, v. 13, n. 4, p. 62–74, 1999. p. 65.

¹⁶⁷ Kalifa, Dominique. Virilidades criminosas? In: Corbin, Alain.; Courtine, Jean-Jacques; Vigarello, Georges. **História da virilidade**. O triunfo da virilidade: o século XIX. Vol. II. Rio de Janeiro: Vozes, 2013, p. 328.

¹⁶⁸ Belém, op. cit., p. 20.

¹⁶⁹ Ibid.

No início do século XX, o médico José Pires de Almeida, baseado na interpretação que sexualidades não normativas remetiam a um tipo de transtorno mental, ele associava homossexualidade e prostituição, dizendo

O indivíduo que se entrega à pederastia deve, em geral, ser considerado um degenerado; e digo — um degenerado - porque o instinto sexual não o impele, como nos casos normais, para o sexo oposto, mas para a que ele pertence. Nestas circunstâncias, ele só encontra excitações, não na contemplação dos órgãos pudendos da mulher, mas na dos do homem. E isto, quer se trate de pederasta ativo quer de pederasta passivo¹⁷⁰.

Posto isso, se percebe que a interpretação do autor está atrelada a construção médico-patológica sobre a sexualidade. O homossexual é tratado como “degenerado”, ou seja, um ser inferiorizado, sendo corrompido pelos desejos que violam as regras pré-estabelecidas, tratadas como naturais, em que o homem deve sentir atraído pelo sexo oposto. Na não ocorrência do ato, e nas “excitações” pelo órgão masculino, o homossexual passa a ser “[...] descrito com toda a precisão como medíocre, sádico, paranoico, esquizoide [...]”¹⁷¹. Pederasta é aquele que usa da sexualidade apenas para o ato sexual, para a satisfação dos seus desejos, das suas excitações, somente contempladas quando diante do órgão sexual masculino.

Na Grécia antiga, a pederastia era uma prática em que “[...] gregos tinham gosto pelos rapazes, [...] por que, em torno desse gosto, eles elaboraram uma prática e corte, uma reflexão moral e [...] um ascetismo filosófico”¹⁷². Ou seja, a convivência com os garotos eram a ponte para o desenvolvimento espiritual desses homens, pois renunciavam das necessidades primárias do ser humano ao conviverem e dialogarem intimamente com esses meninos.

De acordo com Luana Neres Sousa:

“os atenienses clássicos praticantes da pederastia não tinham uma sexualidade dividida, não se tratavam por “homossexuais”, muito menos se sentiam parte de um grupo à parte da sociedade — assim como muitas vezes ocorre com a homossexualidade moderna. O termo pederastia não pode ser traduzido por homossexualidade, pois para o ateniense desse período esse vocábulo possuía caráter simbólico muito mais amplo, que abrangia status, moral, poder”¹⁷³.

Isto é, a homossexualidade, hoje mais um modo de vida do que propriamente uma sexualidade, antes tratada como uma doença, foi ressignificada e a pederastia, antes uma

¹⁷⁰ Almeida, José. **Homossexualismo: a libertinagem no Rio de Janeiro**. 1. ed. Rio de Janeiro: Lalmert e C. Eds., 1906. p. 164.

¹⁷¹ Fry, op. cit.

¹⁷² Foucault, Michel; **História da sexualidade 2: o uso dos prazeres**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque; revisão técnica de José Augusto Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984. p. 189.

¹⁷³ Sousa, Luana Neres. **A Pederastia em Atenas no Período Clássico: relendo as obras de Platão E Aristóteles**. 2008. 113f. Dissertação (Mestrado em História) — Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Goiás, 2008. p. 12.

prática cultural grega, mudaria seu o conceito com o passar dos séculos, considerada posteriormente uma profanação. Nas palavras de Luiz Mott, a pederastia é a “relação sexual de um adulto com adolescente — também chamada de efebo filia”¹⁷⁴, e essa sexualização da adolescência era alvo de punição para quem a cometesse. Hoje o Código Penal define à “Pena - reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos”¹⁷⁵ caso alguém venha “Induzir alguém menor de 14 (catorze) anos a satisfazer a lascívia de outrem”¹⁷⁶ consoante o Art. 218.

Jacy possuía 17 anos, mas pelo Código Penal da década de 1980, quem o corrompesse ou facilitasse a corrupção, praticando ato de libidinagem ou induzir ele a praticar, ou presenciar, poderia ser penalizado há quatro anos de reclusão. Não foi comprovado se Klaus teve alguma relação sexual com o rapaz, mas pelos jornais, Jacy foi, sim, seviciado na delegacia, maltratado pelos policiais que investigavam o caso, crime passível de penalizações, porém desprezado.

Após as sevícias, Jacy conseguiu a liberdade por intermédio do seu advogado, que demonstrou preocupação com o relato do garoto. De acordo com notícia do jornal *A Província do Pará*, no primeiro momento, a defesa ficou em dúvida de como reagir, pois quando entrou em contato com o delegado responsável pela soltura, este disse que “contra Jacy havia indícios veementes de autoria”¹⁷⁷.

Mesmo assim, o advogado não se absteve de criticar a ação da Polícia Civil do Estado do Pará para com o garoto. Considerou uma “conduta insensata”¹⁷⁸ o fato de terem utilizado da violência para extrair dele uma confissão, pois expor um “menor” a um “vexame”¹⁷⁹ desse grau só colabora para a fabricação de “delinquentes”¹⁸⁰ — completou Freitas. Essa violência perpetrada pela polícia, resquícios de tempos bárbaros, se originou dos séculos em que a escravidão se fez presente na sociedade, e durante as disputas territoriais e agrárias,

¹⁷⁴Tal termo foi citado no texto de Mott, Luiz. Cupido na sala de aula: pedofilia e pederastia no Brasil Antigo. **Caderno de Pesquisas**, São Paulo, n. 69, p. 32-39, mai. 1989, a partir do livro de Wayne R. Dynes denominado *Homolexis: A Historical and Cultural Lexicon of Homosexuality (1985)*. De acordo com outra autora “a efebofilia é a atração e excitação sexual que adultos sentem por menores pós-purberes ou adolescentes, com idades que variam de 14 a 17 anos [...] é considerada tanto uma falha moral quanto, na maioria das legislações de países ocidentais, um delito legal” (Sperry *apud* Silva, 2008. p. 16).

¹⁷⁵ BRASIL. **Código Penal**. Capítulo II: Dos Crimes Sexuais Contra Vulnerável. Lei n.º 12.015, de 7 de agosto de 2009. [2009]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112015.htm#:~:text=crian%C3%A7a%20ou%20adolescente-,Art.,4%20\(quatro\)%20anos.%E2%80%9D](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112015.htm#:~:text=crian%C3%A7a%20ou%20adolescente-,Art.,4%20(quatro)%20anos.%E2%80%9D).

¹⁷⁶ Ibid.

¹⁷⁷ Morte, op. cit., p. 8.

¹⁷⁸ Ibid.

¹⁷⁹ Ibid.

¹⁸⁰ Ibid.

promovendo “[...] uma tradição nacional multissecular de controle dos miseráveis pela força [...], fortalecida por duas décadas de ditadura militar, quando a luta contra a “subversão interna” se disfarçou em repressão aos delinquentes¹⁸¹.

Delinquente parece ser até aqui uma palavra preterida, pois até o momento foram citadas cinco vezes, contando com esta. Delinquente (pela sétima vez) é para o dicionário jurídico a “Pessoa que cometeu delito. Sujeito ativo do crime”¹⁸². Elas são perseguidas e emparelhadas. Historicamente se constituem como os que estão embaixo, à margem, sem assistência. São as criaturas que se voltam contra o seu criador (o Estado). Cidadãos, mas, ao mesmo tempo, desprovidos desse título, pois não respondem às expectativas do sistema. E por não corresponderem as necessidades tradicionais são postergados à marginalidade, e conseqüentemente, à violência. Os sujeitos se tornam vítimas das circunstâncias sociais, e igualmente processo acontece com os indivíduos de sexualidades e identidades dissidentes, que tiveram suas vidas marcadas pelo preconceito, pelas drogas, a violência e a prostituição.

Cesare Lombroso, um psiquiatra italiano e higienista, no século XIX discordava dessa versão, ele afirmava que “o criminoso não é totalmente vítima das circunstâncias sociais e educacionais desfavoráveis, mas sofre pela tendência atávica, hereditária para o mal. Enfim, o delinquente é doente; a delinquência é uma doença”¹⁸³. Ou seja, para ele a delinquência seria uma predisposição ao crime. O criminoso, e, logo, o indivíduo dissidente, seria mal por natureza. O mal já existiria nele por herdar esse sentimento. Ele nasceu condenado, e se condenou ao longo das eventualidades da vida. Assim, tornou-se doente ou já nasceu doente.

Jacy, baseado nas palavras de Lombroso, se configurava como o “menor delinquente”, provido de um mal que até dado momento demonstrou ser inofensivo. Klaus, pelo contrário, se caracteriza como o homossexual, o pederasta

Frequentemente de elevada cultura e talento (funcionários, mestres) [...]. Os uniformes e a postura ornada de bijuterias, com os ombros descobertos e com cabelos encaracolados, se ligam aos maus hábitos. Também gestos esquisitos pela arte fazem recolher quadros, flores, estátuas, perfumes, quase extraindo por atavismo, junto com vícios e gostos da antiga Grécia¹⁸⁴.

Klaus trazia algumas dessas características, pois além de ser professor universitário e falar muitas línguas, andava sempre bem-arrumado. Quando suas roupas não conseguiam

¹⁸¹ Wacquant, Loïc. Marginalidade, etnicidade e penalidade na cidade neoliberal Uma cartografia analítica. Trad. Sérgio Lamarão. **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, v. 26, n. 2, 2013. p. 11.

¹⁸² Delinquente. **Vade Mecum Brasil**. Disponível em: <https://vademecumbrasil.com.br/palavra/delinquente>.

¹⁸³ Lombroso, Cesare. **O Homem Delinquente**. Tradução de Sebastião José Roque. São Paulo: Ícone, 2007. p. 7.

¹⁸⁴ *Ibid.*, p. 141.

refletir a sua identidade, as ornava com brilhos, e para ser mais expressivo perante a sociedade, uma vez desfilou “[...] quase nu em cima de um carro alegórico, só com tapa sexo [...]”. Sempre repleto de jóias e com “[...] um gosto um pouco exagerado por flores de plástico [...]”¹⁸⁵. Conta Paiva, que “na escadaria que dava acesso a sua casa, colocava arranjos enormes de variados tipos de flores artificiais, coisa de 1,5 m de altura. [...] Gostava de manter sempre pétalas de rosas num pires para passar na mão e também dos amigos”¹⁸⁶. A sua casa era repleta de artefatos, peças em marfim, terracota, manequins bem vestidos, todos detalhados por Paiva em seu blog.

Para a imprensa era um sujeito de sexualidade dissidente. Provido de maldade? Talvez. Mas não ao ponto de cometer assassinato ou tirar a vida de alguém. Foi um homem que recorreu à religião para fazer o mal, e que na insensatez usou do seu porte de arma para fazer ameaça. Homens assim, “[...] são muitas vezes honestos ao menos, e cômicos de serem culpados até ante si mesmos, lutam longamente com infames inclinações, lamentam-nas, deploram-nas e as escondem. [...] são o instrumento dos furtos mais vulgares, mais atrozes assassinatos e chantagens”¹⁸⁷. Como o que lhe vitimou no conforto da sua casa.

Mas nessa narrativa há aquele que para a imprensa nasceu com mal, e que ao longo da sua vida foi realizando uma série de malfetorias que passaram longe da punição judicial. Alguém que se tornaria o principal suspeito da morte do professor.

A partir daqui apresento um novo personagem dessa narrativa, falo de Manoel de Souza Silva, suspeito que acumulava uma série de crimes em sua ficha, entre elas: a morte de um homem. Manoel chegou aos ouvidos da polícia mediante um depoente que pediu anonimato. Em *MISTÉRIO pode ser desvendado*¹⁸⁸, foi revelado que um amigo íntimo de Klaus (homossexual, conforme o jornal), viu um tal de Manoel de Souza Silva em frente à casa do professor na noite de sábado. E que este suspeito era, na época, acusado de latrocínio e da morte de outro homem, o bancário Eldon Manoel Azevedo da Costa.

O amigo depoente havia pedido segredo sobre a identidade para não sofrer represálias, e afirmara que não tinha dúvidas sobre Manoel, pois considerava ele um ser “violento” e “marginal”. Testemunhando que este já havia extorquido o professor e frequentado a casa dele.

¹⁸⁵ Paiva, op. cit.

¹⁸⁶ Ibid.

¹⁸⁷ Lombroso, op. cit., p. 141.

¹⁸⁸ Mistério, op. cit.

O suspeito Manoel de Souza Silva ainda não havia sido contactado para recolher depoimento, pois estaria em São Paulo. Portanto, para o jornal “as perspectivas em torno do desvendamento do crime [...] eram “desanimadoras”¹⁸⁹. Conforme a imprensa, o delegado ignorava a denúncia feita contra Manoel, e partindo disso pude questionar cinco pontos que o discurso do jornal deixa implícito para pensar nas razões do desprezo do delegado:

(1) a denúncia fora feita por alguém que não quis se identificar; aqui podemos notar uma falta de credibilidade quando denúncias anônimas eram feitas, pois estas, obviamente, não eram ou são consideradas seguras, já que não se conhece a identidade do sujeito, e o fato de existir a possibilidade da denúncia se revelar um trote.

(2) o declarante era para o jornal um homossexual, que no olhar no delegado, pode ser uma pessoa não digna de confiança; ele era o depoimento “não ideal” para o caso, pois o estigma em torno da homossexualidade instigava desconfiança.

(3) estaria o delegado dando pouco relevância ao caso por se tratar de uma vítima homossexual? Podemos considerar, pois, em atenção as estatísticas do período, como o caso estava sendo investigado, e a falta provas e aparelhamentos para a resolução do caso, bem como a homofobia¹⁹⁰ existente, poderiam estimular o comportamento indiferente.

(4) o delegado não queria se ver envolvido no nome de Manoel, pois este já havia sido suspeito de um caso anteriormente sob sua responsabilidade, que não o culpabilizou. Esta questão parte do discurso de jornal que cita diretamente a morosidade do delegado.

(5) assim como fez o advogado de Manoel com o juiz Jaime Rocha, teria ele, no passado, entrado em contato com o delegado através do tráfico de influência para livrar o seu cliente dos dois casos. Pois a troca de favores era um constante conforme a imprensa, citada especificamente pelo jornal *O Liberal*.

Este último item faz relação com uma revelação na seção *A proposta indecorosa* da notícia em questão. Nela, o advogado defensor dos direitos da família do suspeito Manoel Souza, após ver que o juiz Jaime Rocha deferiu a custódia do seu cliente pelo crime de homicídio do bancário, pediu “[...] para que o referido juiz “mordiscasse” a preventiva, deixando-a de lado”¹⁹¹. Isso era para o jornal um sinal de “autêntico desrespeito à Justiça”¹⁹².

¹⁸⁹ Ibid.

¹⁹⁰ A menção ao termo “homofobia” é observada pela primeira vez na imprensa no jornal O Globo, em 1992, e de acordo com Paula Lacerda foi usado para caracterizar o “horror ao homossexual”, (Lacerda, 2006. p. 107).

¹⁹¹ Ibid.

Para o advogado Freitas Leite, defensor do garoto Jacy, isso era “uma vil agressão ao poder Judiciário”¹⁹³.

A notícia delata que Manoel tenha desaparecido após saber da decisão do juiz, no entanto, existia a possibilidade de ele ainda estar em Belém, sendo de conhecimento do delegado Otacílio o seu paradeiro. Para o jornal *A Província do Pará*, o delegado não havia atendido a denúncia devido uma questão pessoal, esta não revelada. No entanto, não privou de falar da proximidade do advogado de Manoel com o delegado, hipótese já levantada em parágrafo anterior, pois o advogado estava com a documentação previamente preparada e o discurso treinado para defender o seu cliente das suspeitas, inclusive dizendo que Manoel não se encontrava em Belém na noite do crime, mas, sim, em São Paulo. O que levou o jornal a pensar que entre o delegado e o advogado havia uma troca de informações recorrentes. Naquele “contexto, esse poder estaria como uma marionete nas mãos de interessados em afastar um criminoso e assaltante das penas da Justiça”¹⁹⁴, completou o jornal, em crítica a proximidade dos agentes.

A intenção do advogado era que Manoel fosse chamado para depor, mas que não fosse detido. Ou seja, ele seria liberado após prestar o seu depoimento sobre a morte do bancário. Já, sobre Klaus Keller, nenhuma acusação formal havia sido feita até então. Estando o provável culpado livre desses dois crimes, e de mais outros dois: uma tentativa de estupro contra a própria amante e o atropelamento de dois jovens na Vila de Icoaraci, sendo este o fato que levou o delegado Nelson Marques a apontá-lo como suspeito da morte de Eldom, já que o veículo que ele dirigia no acidente, e causara a morte dos dois jovens, havia sido roubado do bancário após o assassinato.

Isto se comprova com a notícia do dia 24 de junho, quando uma manchete anunciava que *Matador já está preso*. Mas seria o matador de Klaus Keller? Hipoteticamente, sim. Comprovadamente, não. No subtítulo da manchete foi declarado que Manoel de Souza Silva havia sido preso por outra morte, cujo qual já vinha sendo acusado: o assassinato do bancário Eldom Manoel. Na mesma notícia são listados crimes que Manoel cometeu, além de

¹⁹² Ibid.

¹⁹³ Ibid.

¹⁹⁴ Ibid.

discorrerem sobre a sua “personalidade criminosa”¹⁹⁵. O acusado é descrito como um “elemento altamente perigoso, capaz de levar a própria amante para uma “curra”¹⁹⁶.

O jornal continua descrevendo o indivíduo Manoel que naquela época era acusado de “[...] ter baleado um rapaz só pelo prazer de fazê-lo, isso sem contar outros delitos”¹⁹⁷. Revelam detalhes da morte do bancário Eldom, no qual Manoel teria levado o cadáver no próprio carro roubado, abandonando o corpo no Bairro do Guamá, em março de 1982, em frente a uma residência, na rua Silva Castro. O que corrobora com teoria que assassinos tem como principal habilidade a “[...] repetição de uma mesma série de atos”¹⁹⁸. Primeiro, o estupro da sua ex-namorada, seguindo do baleamento de um rapaz, depois, a morte do bancário e, por fim, os atropelamentos de outros dois rapazes. Todas informações extraídas e obtidas através das reportagens e manchetes sobre o caso.

Figura 4 - Fotografia de perfil de Manoel Souza de Silva.



Fonte: A Província do Pará (1983).

Em determinado momento do texto se encontra a seguinte afirmação, que a comunidade tomou conhecimento de ser, Manoel, “[...] o matador do bancário através de nosso noticiário, altamente exclusivo”¹⁹⁹. E, concomitantemente, o provável “matador” de Klaus Keller.

¹⁹⁵ Matador já está preso. **A Província do Pará**, Belém, Ano 107, n. 27.621, sexta-feira, 24 jun. 1983, 2º Caderno/Polícia. p. 8.

¹⁹⁶ O termo “curra” é encontrado em algumas notificações ao longo desse trabalho de pesquisa, e seu significado varia, mas na sua etimologia, “curra” pode ser interpretado como um espancamento, uma violação sexual, estupro, e no pior dos casos, seria um estupro coletivo. O termo é popular, uma gíria fácil de ser assimilada pela população, eis uma das razões pela qual o jornal faz uso dela.

¹⁹⁷ Matador. 1983. p. 8.

¹⁹⁸ Lombroso, op. cit., p. 143.

¹⁹⁹ Matador, 1983., p. 8.

Essa afirmação carrega uma responsabilidade, a da veiculação e o dever de informar o cidadão com a verdade a medida em que é divulgada. Mas de diminuir igualmente o trabalho da polícia cada vez mais desprovida de recursos e preparação para o exercício da investigação. Esse mesmo discurso foi observado nos outros casos, como veremos mais adiante.

Como a imprensa trabalha com a divulgação dos fatos conforme eles chegam na redação, nesse processo, algumas inconstâncias podem acontecer, reformulando a notícia à medida que novos fatos vão aparecendo. Uma dessas demonstrações é o fato do caso de Klaus estar sendo presidido pela delegada Rosa Navegantes, e não por Otacílio Mota, este daria apenas as ordens sem sair do gabinete, “[...] talvez sendo esta a razão do trabalho estar emperrado [...]”²⁰⁰, uma certa adjetivação de comodismo do delegado se encontra nesse discurso. Este trabalha mandando outros trazerem as informações e os depoentes para investigação, enquanto a delegada se mostra mais ativa, inclusive estando presente durante o recolhimento do corpo de Klaus. Rosa, apesar de presidente do caso, é posta em papel secundário, pois Otacílio e sua polêmicas decisões e metodologias obscurecem o trabalho da anterior, dando força para que jornal diga que a delegada era uma “policia inexperiente”²⁰¹ que se esforçava para ter uma boa atuação no caso.

Mesmo com essa comparativa relacional de gênero e de funções no trabalho, o jornal não deixou de tecer críticas ao tratamento que Otacílio deu às suspeitas de que Manoel era o assassino de Klaus. O trabalho da imprensa nessa questão era cobrar por resultados, independente de quem estivesse à frente das investigações. Pude considerar que o delegado tinha um histórico recente entre os jornalistas devido os outros casos sob o seu comando em estado de inércia. *A Província do Pará* disse à época que: “Em nenhum momento Otacílio Motta deu importância à denúncia publicada em nossa edição de 17 de junho passado [...]”²⁰². A denúncia, que estava envolta em mistério por seu declarante ter pedido sigilo em torno da sua identidade, mesmo com a prisão de Manoel, e este ter prestado depoimento sobre o caso Klaus, nada em sua apresentação verbal foi acrescentado ou considerado suspeito para incriminá-lo, deixando a resolução da morte de Klaus na estaca zero.

No jornal *O Liberal*, na notícia intitulada *Estudante é suspeito de ter matado Keller*²⁰³, novos detalhes foram apresentados como a personalidade e estilo de vida do rapaz. Este seria

²⁰⁰ Ibid.

²⁰¹ Ibid.

²⁰² Ibid.

²⁰³ d é suspeito de ter matado Keller. **O Liberal**: jornal da Amazônia, Belém, Ano 37, n. 20958, sexta-feira, 24 jun. 1983, 1º Caderno/Polícia. p. 17.

estudante, sustentado pelos pais, e que “talvez em razão do intenso calor da proteção paterna, sempre trilhou por caminhos duvidosos, adotando procedimentos em que a violência sempre foi a tônica, agindo como autêntico “filhinho de papai”²⁰⁴. Usando da reflexão de Lombroso sobre o homem “delinquente”, os assassinos se “apresentam, com estranhos, modos doces e compassivos, ar calmo.[...] Mostram-se audazes entre eles, arrogantes, soberbos dos próprios delitos, nos quais despende mais audácia e força muscular do que a inteligência”²⁰⁵.

O Liberal corrobora ainda com *A Província do Pará* ao relatar a denúncia feita pela ex-namorada de Manoel que o denunciou por tentar espancá-la em Icoaraci no dia 08 de agosto de 1982, expondo mais uma vez o seu lado violento, e igualmente o lado de “homem viril”, que deve “ter” mulheres, deve “possuí-las”, no sentido pleno das palavras, ou seja, ele deve “gozar” e “usufruir” delas, mantê-las “na sua mão”²⁰⁶. Ademais, expõe a imagem rapaz que não pensa nas consequências dos seus feitos, sempre a acreditar que o fato de provir de uma família abastada e influente seria suficiente para lhe livrar da penalização por seus atos transgressores.

A notícia sem encerra com a hipótese de que Manoel tenha se entregado a polícia para que não recaísse mais sobre ele as suspeitas da morte de Klaus. No entanto, havia testemunhas oculares da presença dele na casa do professor, inclusive saindo dela, e dias antes, sendo visto com Klaus próximo da Igreja São João²⁰⁷. Mas as suspeitas seriam descartadas, pois consoante o depoimento prestado por Manoel, corroborado por seu advogado, Otacílio diria que o assassino do bancário estava fora da cidade nos dias em que hipoteticamente Klaus tenha sido assassinado. Manoel, então, assim como foi relatado em *A Província do Pará*, continuaria livre das acusações. Mas para a imprensa, a culpa recaía sobre ele.

Os jornais, sempre que aprovadas, emitiam opiniões sobre o caso, às vezes baseadas nos depoimentos de outros, mas também assentados em suas próprias convicções e interpretações que vinham a medida que novos detalhes surgiam e os depoimentos iam se

²⁰⁴ Esta não é uma fala propriamente do jornal, foi proferida pelo juiz Jaime Rocha, citado anteriormente. Se observa que, por mais que não seja uma opinião advinda dos redatores e da própria linha editorial do jornal, usar da opinião de outra pessoa é válida para transpor a ideia que quer ser passada, e da mesma forma administrá-la na mente daquele que vai ler a notícia.

²⁰⁵ Lombroso, op. cit., p. 142-143.

²⁰⁶ Corbin, Alain. “A necessária manifestação da energia sexual”. In: CORBIN, Alain.; Courtine, Jean-Jacques; Vigarello, Georges. **História da virilidade**. O triunfo da virilidade: o século XIX. Vol. II. Rio de Janeiro: Vozes, 2013, p. 154.

²⁰⁷ Acredito que o jornal estava se referindo a Igreja de São João Batista, localizada no bairro da Cidade Velha, em Belém do Pará.

cruzando. E, até mesmo, quando os agentes oficiais do Estado demonstravam certo desinteresse ou marcas de irresponsabilidade.

Mas para entendermos essas percepções críticas dos jornais diante da investigação, devemos nos debruçar sobre essa imprensa. Em que contexto esses três periódicos estavam inseridas? Baseado em quais preceitos, fórmulas, teorias eles estavam apoiados. E mais, devemos acima de tudo questionar: a quem ela servia e com quais objetivos? O capítulo seguinte irá discorrer sobre essas questões, abordando outros aspectos da vida e morte de Klaus pela ótica de uma imprensa que apelou para o popular e o sensacionalista na construção das narrativas.

CAPÍTULO II - A IMPRENSA NO CASO DE KLAUS: OS JORNAIS DA IMPRENSA PARAENSE.

Para reconstruir essa história, é certo que a imprensa serviu de principal fonte, foi a partir das notícias de jornal (fontes diretas e indiretas)²⁰⁸ que adentrei no contexto, mente, e sociabilidade das pessoas envolvidas no caso. Mas, principalmente, compreendi a imprensa do período e os conceitos empregados na escrita, formato da notícia, as imagens que eram utilizadas e qual o objetivo em trabalhar extensamente esse caso, o rememorando anualmente.

Os três jornais tratados no início desta jornada, apesar da origem em contextos distintos, foram fundados no território paraense com finalidades político-partidárias, e mais, na década de 1980, usaram do jornalismo popular e seu segmento sensacionalista, estabelecendo uma competição mercadológica; por consequência, a manipulação das massas, aproveitando do poder de compra do público-leitor e da manobrável consciência social para operar as opiniões e gerar mais lucro ao seu negócio.

Seguindo a ordem cronológica do lançamento no mercado paraense, *A Província do Pará* é o que chamam de *imprensa tardia*²⁰⁹. Este periódico foi beneficiado pela *Belle Époque* amazônica, que aqueceu a economia e possibilitou a sua fundação no final do século XIX, no ano de 1876. Foi concebido por Joaquim José de Assis, seu redator, Francisco de Souza Cerqueira, o tipógrafo e Antônio Lemos o redator-gerente²¹⁰, sendo este último intendente de Belém no período de 1897 a 1911. Este jornal se destacou como o precursor do “processo de complexificação da produção periódica diária de Belém”²¹¹ na virada do século XIX para o século XX²¹². O periódico permaneceu ativo por 125 anos, e deixou de circular em 2001²¹³.

²⁰⁸ Primeiro, por serem produzidas com os testemunhos dos envolvidos no fato narrado e, segundo, pelo testemunho indireto que eu (pesquisador) percebo em relação a elas. Tal reflexão parte das teorizações de José de Assunção Barros (2012) sobre os tipos de fontes e a posição dos historiadores em relação a elas. Fontes diretas, para o autor seriam fontes em que o pesquisador teve acesso vivo, ou seja, presenciou o fato ou teve acesso a um documento do período produzido por agente histórico que o vivenciou; já a fonte indireta é um documento produzido por outros, um intermediador, alguém que não presenciou, mas escreveu posteriormente sobre aquilo.

²⁰⁹Luca, Tânia Regina.; MARTINS, Ana Luiza. *Imprensa tardia: implantação (1808 a 1889)*. In: *Imprensa e Cidade*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

²¹⁰ Corrêa, F.; Claudino, L.; Costa, S. **História do Jornalismo no Brasil E no Pará, da Colônia à República Velha**. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação VI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação da Região Norte, Belém-PA. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/norte2007/resumos/r0246-1.pdf>.

²¹¹ Malcher, Maria Ataíde.; Marques, Jane Aparecida.; Paula, Leandro Raphael N. de. (Orgs.). **História, Comunicação, Biodiversidade na Amazônia**. São Paulo: Acquerello, 2012.

²¹² “Os grandes jornais utilizaram recursos tecnológicos e as edições ganharam mais conteúdo, entre novas editoriais e suplementos literários, modificando seus aspectos gráficos e editoriais.” (Seixas; Carvalho; Fernandes, 2012, p. 77).

Outro jornal que se uniria a ele nessa empreitada seria o jornal *O Liberal*. Nas pesquisas históricas sobre a imprensa, o jornal pode ser definido como a época da *imprensa livre*²¹⁴, assim ficaram definidos os jornais que experimentaram o curto processo de democratização do Estado brasileiro entre 1945 e 1964. Ele foi originado em 1946, após a ditadura do Estado Novo de Getúlio Vargas, caminhando pela breve experiência dos governos que sucederam a controversa Ditadura Civil-militar iniciada em 1964. Na época do seu surgimento pertencia ao Órgão do Partido Social Democrático do Pará (PSD), sendo vendido posteriormente para Rômulo Maiorana em 1966.

Quando foi fundado por Luiz Geolás de Moura Carvalho, o jornal tinha o intuito de entrar em conflito os ataques proferidos por adversários políticos do senador Joaquim Cardoso de Magalhães Barata. Este foi interventor do Estado do Pará no período de 1943 a 1945, vigente durante o período do Estado Novo, e viria a se tornar governador do ano de 1956 a 1959. O embate também aconteceu com o jornal *Folha do Norte*, pertencente a Paulo Maranhão, que era coligado ao Partido Social Progressista (PSP), opositor do PSD de Magalhães Barata²¹⁵.

Já o *Diário do Pará*, este surge em 1982, fundado pela família Barbalho no período de redemocratização do Estado Brasileiro, podendo ser incluído no rol de jornais chamados de *imprensa traída*²¹⁶, um periódico que surgiu ainda no período da ditadura, no entanto, já no seu fim. O termo “traída” se refere ao fato da imprensa, principalmente as de viés direitista, ter sido iludida pela ideia de liberdade, uma falsa independência propagada por governos de direita neoliberais. Porém, como este foi um governo de direita autoritário e extremista, quando os militares assumiram o comando do país muitos tiveram que ser fechados e censurados, levando muitos à falência, fato tratado pelo jornal em seu propósito.

Ele emerge em um período em que a imprensa está novamente ganhando espaço na sociedade. Em tempos de abertura, este jornal surgiria no contexto da década de 80 com um

²¹³ Atualmente *A Província do Pará* tornou-se um jornal eletrônico que pode ser acessado através do URL: <https://aprovinciadopara.com.br/>.

²¹⁴ Luca, Tânia Regina.; MARTINS, Ana Luiza. Imprensa livre (1946 a 1964). In: _____. **Imprensa e Cidade**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

²¹⁵ Seixas, Netília Silva dos Anjos.; Castro, Avelina Oliveira de Castro. Imprensa e poder na Amazônia, guerra discursiva do paraense *O Liberal* com seus adversários. **Revista Comunicação Midiática**, v.9, n.1, p.101–119, jan./abr. 2014.

²¹⁶ Luca, Tânia Regina.; MARTINS, Ana Luiza. Imprensa traída (1960 a 1987). In: _____. **Imprensa e Cidade**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

discurso crítico e contundente, apoiando o retorno da democracia no país e no Estado do Pará, exemplificado pela manchete da capa que exclamava “Eleição Limpa”²¹⁷.

Mesmo se declarando um jornal com poucos “recursos técnicos em um Estado pobre”²¹⁸, não se eximiu de sua responsabilidade em informar a população que, para o periódico, estavam “marginalizados da vida pública regional pela absoluta impossibilidade de acesso aos restritos veículos de comunicação”²¹⁹, estando igualmente submetidas aos esquemas de facção e as elites privilegiadas que não tem o menor interesse de lutar pelos direitos das classes trabalhadoras.

Esse discurso de luta pelos menos favorecidos se eterniza nas páginas de jornal quando uma das principais características do *Diário do Pará* ao tratar do caso de Klaus é rememorar o assassinato deste, e de outros com morte semelhante. Sempre informando a população da ineficácia das investigações e negligência com as outras vítimas.

No entanto, há o outro lado da moeda, com a imprensa agindo de duas formas: informando, seguindo os seus códigos de conduta, porém, também atendendo a lógica mercadológica de uma empresa que obedece às regras do jogo. Ou seja, utiliza do acontecimento para vender uma mercadoria, e assim ela potencializa o fato com métodos que tornem atrativa a notícia para a população.

Figura 5 - Manchete sobre a morte do professor Klaus Keller no jornal a *Província do Pará*.



Fonte: A Província do Pará (1983).

“QUEM ASSASSINOU KLAUS KELLER?” É um exemplo clássico da forma de “sensacionalizar” uma notícia. Para aqueles que não conheciam o professor, o nome em caixa alta e a associação dele a um assassinato aguça a curiosidade do leitor da notícia, ainda mais pelo fato de não saberem quem o matou. A pergunta é direcionada ao público, como construção narrativa da matéria, para chamar a atenção e despertar o interesse e, para quem

²¹⁷“Eleição Limpa”. *Diário do Pará: um jornal da Planície*, Belém, ano 1, n. 1, 22 ago. 1982, capa. p. 1.

²¹⁸ Nosso Propósito. *Diário do Pará: um jornal da Planície*, Belém, ano 1, n. 1, 22 ago. 1982, capa, p. 1.

²¹⁹ Ibid.

sabe, este possa ter respostas para solucionar o mistério, mesmo que a polícia já estivesse trabalhando para desvendar o crime.

Essa chamada funcionaria para atrair novas testemunhas, assim como suspeitos, que surgiriam no decorrer dessa intrincada narrativa. Produzida pelo jornal *A Província do Pará*, esta notícia seria acompanhada de outras que se estenderiam por até um ano. Foram, ao todo, encontradas 12 notificações no jornal. Estas estão na **Tabela 1** nos **Apêndices**, no qual a maioria das notícias foram encontradas na seção Polícia, e uma da seção *Circuito Forense*, que opinava sobre o desenvolvimento das investigações e trazia informações sobre os julgamentos que ocorriam na cidade de Belém e região. A seção Polícia se concentrava geralmente nas últimas páginas do jornal, de numeração 6, 7 e 8²²⁰.

Durante a pesquisa considerei que a má organização e a falta de políticas para a conservação desse jornal prejudicaram uma catalogação precisa. Ao longo do trabalho encontrei muitas páginas danificadas ou perdidas no tempo²²¹, dificultando a leitura e a inventariação, danos que possivelmente foram “provocados aos documentos no momento do manuseio e na realização de intervenções impróprias de conservação e restauração nos documentos”²²² ou até mesmo ocasionado por “furtos e vandalismo aos quais os acervos documentais estão sujeitos, seja pelo seu possível valor financeiro, seja pela simples necessidade de vandalizar, adulterando ou desconfigurando um documento durante a realização de uma pesquisa”²²³.

O Liberal, pelo contrário, como já foi tratado na introdução, se apresentou bem preservado. Ao longo da pesquisa constatei que este jornal, na época de sua fundação, construiu uma narrativa de repulsa por jornais de “baixo calão”²²⁴ quando primou o seu lançamento no mercado, para pautar sua diferença em relação a eles. No entanto, *O Liberal* possuía as mesmas técnicas e recursos usados pelos seus adversários. Deste modo, recorreu igualmente a recursos gráficos como método para atrair o leitor, com o título da notícia vindo em maior destaque, seja na capa ou na seção específica, geralmente em caixa alta, e com uma mensagem chocante. Rosa Nívea Pedroso, ao analisar o jornal sensacionalista *Luta*, explica que

²²⁰ A partir de 1988 que os números passaram a ser entre os números 10 a 14.

²²¹ O mesmo aconteceu com os anos de 1982 e 1983 do jornal *Diário do Pará*.

²²² Brito, Luciana. et. al. A conservação dos documentos de arquivo: a atuação de autoadesivos nos documentos textuais em suporte papel. **TransInformação**, Campinas, 28(3): 297–307, set./dez., 2016. p. 302.

²²³ *Ibidem*.

²²⁴ Nosso Objetivo. **O Liberal**, Belém, ano 1, n. 1, 15 nov. 1946. Capa, p. 1.

A construção dos títulos [...] precisa que o efeito de reconhecimento erótico-chocante se imponha de imediato. Por isso, abre um espaço em branco em torno da palavra escolhida, principalmente daquela que o leitor-receptor desconhece. Isso contribui para envolvê-la em um halo de indefinição, impregnando-a das mais diversas sugestões. Com essa *poética da sedução*, os títulos colocam-se intencionalmente abertos à livre fruição, no momento em que ele para em frente ao jornal exposto na banca e lê sua manchete²²⁵.

E nessa dinâmica de sedução e incerteza diante do que está escrito, em concordância, as “imagens, legendas e os subtítulos, seguem a mesma linha, [...] produzidas de acordo com o conteúdo do texto”²²⁶. Podemos observar o segundo exemplo de como isso acontecia, com o título da notícia exposta na figura abaixo:

Figura 6 - Manchete sobre a morte de Klaus Keller no O Liberal.



Fonte: O Liberal (1983).

Nesta manchete²²⁷ do jornal *O Liberal*, o título traz outra informação, ele anunciava, precisamente, que o professor havia sido morto devido a duas facadas. Uma mensagem que choca a primeiro momento, principalmente pelo seu subtítulo (um pouco ilegível) que fala do mau cheiro causado pelo estado de putrefação do seu corpo. A morte dele teria acontecido nos mesmos dias da semana informados pelo jornal *A Província do Pará*.

Após os títulos e subtítulos, nessa mesma notícia, seguem imagens e legendas: em uma delas é apresentada uma fotografia 3x4 de Klaus, com uma legenda que além de revelar os seus atributos profissionais, pela segunda vez, foi possível observar a exposição da sua sexualidade. Klaus Keller é nessa descrição “[...] professor, poliglota, contabilista de bordo, e colaborador na comissão imprensa”²²⁸. Mas também “Ficou famoso por sua postura gay,

²²⁵ Pedroso, Rosa Nívea. **A construção do discurso de sedução em um jornal sensacionalista**. São Paulo: Annablume, 2001. p. 110.

²²⁶ Lima, Sérgio.; Araújo, Rosângela. O Jornalismo Popular no Caderno de Polícia da Folha de Pernambuco. In: XXXIV CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 34., 2011, Recife. *Anais* [...] Recife: Intercom — Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2011. p. 1-15. p. 7.

²²⁷ Klaus, 1983, p. 16.

²²⁸ Ibid.

quando tal atitude era um tabu”²²⁹. Pois ser gay na década de 1980, de certo modo, era estar vinculado a vadiagem e a prática de atos imorais, entrando em contraste “[...] com os rumos e conquistas que a homossexualidade obteve ao longo desse período, seja no âmbito político, social, ou em meios midiáticos, como a televisão e imprensa”²³⁰.

Partindo da manchete e da legenda acima, *O Liberal* se iguala com A Província do Pará em discurso e objetivo mesmo que em seu lançamento no mercado paraense o jornal tenha compartilhado o intento de não se igualar a outro jornal, não reproduzindo a “[...] conduta odiosa e os processos torpes de campanhas mesquinhas, vazada em estilo desrespeitoso e baixo, somente ao sabor dos que cultivam a licenciosidade”. Tecendo uma crítica para outros da imprensa que, segundo ele, tinham tendências a indisciplina e a indecência.

No discurso proferido em 1946, na primeira página, *O Liberal* disse que os outros jornais eram produtores de “torpesas” e comandados por “pseudojornalistas”, indignos de adentrar os lares de “gente educada e limpa que se prese e dê-se o respeito”²³¹. Declarava ser, naquele momento, o jornal mais adequado para os cidadãos paraenses, direcionando ao público um voto de confiança no seu trabalho. Um público que seria tratado como “nosso”, mas não qualquer público, o discurso era direcionado a elite, aos alfabetizados, e os que moravam no centro da cidade, enquanto os não educados, sujos, marginalizados que não se davam o devido respeito, deveriam pertencer aos seus inimigos.

O mesmo discurso completava sua fala tratando da linguagem e dos aspectos gráficos que outros jornais utilizavam em suas edições, criticando e realizando comparações preconceituosas ao relacionar os outros como “senzalas africanas”²³². *O Liberal*, ao contrário disso, seria um periódico com revestimento e “alto grau de educação” do seu meio, não descendo ao “[...] relaxamento cínico da linguagem utilizada [...]”²³³ por aqueles que não tem respeito pela coletividade, pois são imorais na escrita e usam as letras garrafais transmitindo a ideia de que “[...] as expressões mais despudoras substituíram as palavras limpas do nosso vocabulário”²³⁴.

²²⁹ Ibid.

²³⁰ Brito Neto, 2018, p. 6.

²³¹ Nosso, op. cit., p. 1.

²³² Ibid.

²³³ Ibid.

²³⁴ Ibid.

No entanto, as notícias expostas na **Tabela 2**, disponíveis nos **Apêndices**, provariam o oposto. *O Liberal* desceria ao nível dos seus rivais, e nas 23 notificações encontradas sobre o caso de Klaus Keller, iria se mostrar imoral e um cínico praticante das letras garrafais em suas manchetes.

Seguindo o exemplo de grandes periódicos da imprensa brasileira, este jornal, assim como *A Província do Pará*, empregaram em seus escritos metodologias que se aproximavam. Inicialmente, do jornalismo popular, até então, caracterizado como a prática no qual a linha editorial de um jornal se modifica para atrair ou se adequar a determinado público-leitor. Já trabalhado em outro texto publicado por Brito Neto²³⁵, este diz que:

Essa adaptação às massas explica as razões que os jornais populares, tachados de sensacionalistas, reorganizaram seus escritos para se ajustar a “ditadura do leitor”²³⁶, mas estrategicamente a manutenção da “preocupação” da indústria cultural com as mentalidades das massas. A indústria cultural e a manipulação pelas classes dominantes, isto é, os donos da imprensa e aqueles que financiam a notícia, passaram a pensar mais no lucro, logo, a qualidade das notícias diminuíram. E, considerando que a sociedade brasileira era mais desigual e subdesenvolvida, a população refletia ignorância e uma suscetibilidade as ideias impressas.

Segundo o conceito de *mass media*, a imprensa, está encaixada em um “circuito comercial”, logo, está submetida a “lei da oferta e da procura”, presenteando o público com o que ele deseja, indo do melhor ao pior conteúdo, obedecendo às regras do consumo e da persuasão publicitária²³⁷. Portanto, atingir massivamente as classes sociais populares, diminuir os preços e a qualidade das informações, estrategicamente, resultou em êxito na guerra mental-mercadológica, pois os jornais usaram de uma linguagem que se aproximava ao máximo da realidade social do leitor.

Convenhamos dizer que, ao se tornarem contemporâneos na década de 80, a imprensa, naquela conjuntura, usou do “popularesco”, pois o cenário social e histórico da época demandou e se fez próspero para a práxis. Além disso, os meios de comunicação estavam

²³⁵ Brito Neto, Pedro Antonio de. A imprensa da década de 1980: o popular e o sensacionalista na representação das sexualidades e identidades dissidentes (Belém-PA) no GT História, Mídia e Amazônia. In: Link, Rogério Sávio; Rabello, Antonio Cláudio Barbosa; Fonseca, Dante Ribeiro da. (Org.). **Cultura Popular na Amazônia: Anais do I Congresso Internacional de História da Amazônia**. 1ªed. Cacoal: Karywa, 2023, p. 215–227.

²³⁶ Expressão que cunhada por Amaral (2006) para designar a transformação que os impressos passaram na década de 1980, em que o público passou a ser visto não apenas como leitor, como também consumidor.

²³⁷ Eco, Umberto. “Cultura de Massa e ‘Níveis’ de Cultura” In: _____. **Apocalípticos e Integrados**. São Paulo: Perspectiva, 2008. p. 33–67.

rompendo as mordanças que censuraram suas vozes em anos anteriores, e que os impossibilitaram de divulgar os acontecimentos de interesse público. Deste modo, passaram a redefinir o seu papel social-democrático na sociedade no processo de abertura “lento, gradual e seguro” da nação. Sem códigos de ética ou conduta até 1985²³⁸, cravou seus pés no que ela considerou a melhor estratégia para levar a informação, apostando no que era mais baixo, indecoroso e sórdido, se ramificando para o popular, e do popular para o sensacionalista. Abarcou não só as camadas sociais que constituíam a base da pirâmide, mas os capturou para a leitura, aqueles que viviam no topo, ou próximo a ele.

1.1 O Jornalismo Popular e Sensacionalista: a morte em imagens

O sensacionalismo é uma prática recorrente desde o século XV, na Europa, especificamente na França, mas que se efetivou na imprensa a partir do século XIX, principalmente nos Estados Unidos²³⁹. No citado século, dois importantes jornais surgiram na década de 1880 como modelos de uma imprensa sensacionalista, *New York World* e o *Morning Journal*. Estes produziram títulos extensos em suas notícias, publicando informes desnecessários, dados deturpados, provocando “fraudes de todos os tipos, como falsas entrevistas e histórias e, também, quadrinhos coloridos e artigos superficiais”²⁴⁰. Eles foram o grande marco do sensacionalismo americano, acontecendo com o *New York World* a disseminação da expressão “imprensa amarela”²⁴¹.

No Brasil, de maneira diferente, o amarelo ganhou pigmentos roxos, e dele originou o marrom, assim “imprensa marrom”²⁴². As origens são diversas, mas Marília Amaral considera

²³⁸ A imprensa não possuía códigos de conduta e de ética que os orientasse, pois as primeiras regras pós-ditadura só foram elaboradas no ano de 1985. E somente em 1986, no XXI Congresso Nacional de Jornalistas, realizado em São Paulo, sob orientação de reivindicações do diretório dos movimentos homossexuais, o ativista Antônio Mascarenhas e o jornalista Carlos Tosta apresentaram a tese de modificação do art. 10 do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros. Se anteriormente o artigo afirmava que o jornalista não podia “Concordar com a prática de perseguição ou discriminação por motivos sociais, políticos, religiosos, raciais, de sexo”. Após o congresso de 86, ocorreria o com acréscimo da não discriminação ou perseguição por “orientação sexual”, portanto a ideia era que o jornalista não poderia mais exercer esse tipo de discriminação. (Simões.; Facchini, op. cit. e FENAJ. **Manual de Assessoria de Imprensa**. 1. ed. São Paulo: Comissão Permanente e Aberta dos Jornalistas de Assessoria de Imprensa do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo, 1986).

²³⁹ “O surgimento dos jornais sensacionalistas foi, em geral, “explicado”, tanto nos Estados Unidos quanto na Europa, em função do desenvolvimento das tecnologias de impressão e da concorrência entre as grandes empresas jornalísticas. Na América Latina, quando a imprensa sensacionalista é estudada, é para apresentá-la como exemplo palpável da penetração dos modelos norte-americanos que, situando os negócios acima de qualquer outro critério, corromperam as sérias tradições do jornalismo independente” (Martín-Barbero, 1997.p. 244–245).

²⁴⁰ Amaral, 2006. p. 18.

²⁴¹ A referência ao “amarelo” está ligada a um personagem de história em quadrinhos publicada no jornal *New York World*, que utilizava uma camisa amarela (Amaral, 2006).

²⁴² “[...] possivelmente uma apropriação do termo francês para procedimento não muito confiável. [...] o senso de “marrom” Como coisa ilegal, clandestina, aparece no início do século xix na França. Segundo o “dictionnaire des

a afirmação do jornalista Alberto Dines, que disse ser um termo cunhado por Calazans Fernandes, que mudou a expressão em uma notícia do jornal *Diário da Noite*, no Rio de Janeiro, em 1960. O marrom, então, estaria estabelecendo relação com as fezes humanas, a “cor de merda”²⁴³.

Inicialmente, veríamos características do sensacionalismo ganhando forma na literatura de cordel, em que se mesclava as notícias ao poético e a narração cantada. Mas, quando a informação dos versos passou a ter mais destaque do que a poesia, se desenvolveu nos textos das cantigas características intrínsecas ao jornalismo ambicionado para atingir as massas, ou seja, de acordo com Martín-Barbero se via “os grandes títulos chamando a atenção para o principal fato narrado em versos, importância assumida pela parte gráfica, com desenhos ilustrando o texto, a melodramatização de um discurso que parece fascinado pelo sangrento e o macabro”²⁴⁴.

O sensacionalismo se fez um termo generalizante que tachou o tipo de produção jornalística que usava das distorções, do mau gosto, tornando o que era produzindo uma mercadoria. O conceito de sensacionalismo, relativamente, não se aplica para designar o material jornalístico considerado popular ou que provoque sensações no leitor, esta classificação, para tais produtos é errônea, já que o sensacionalismo estaria encaixado em diversas adequações²⁴⁵, mas geralmente

[...] a palavra passa a designar com frequência o jornalismo que privilegia a superexposição da violência por intermédio da cobertura policial e da publicação de fatos considerados chocantes, distorcidos, usando uma linguagem que não raras vezes apela a gírias, palavrões, e inclui no seu repertório expressões de fácil entendimento para os grupos populares²⁴⁶.

O fato de ser produzido para grupos populares poderia significar um atrelamento ao conceito de cultura popular, mas não especificamente. Cultura popular tende a ser pensada

expressions et locution roberts”, a origem possível do termo marrom teria sido uma apropriação do adjetivo cimarron, que se aplicava na metade do século xv aos escravos fugidos ou em situação ilegal. De acordo com a enciclopédia Larousse, tratasse de um adjetivo aplicado a pessoas que exercem uma profissão em condição irregular, “médecin marron”, “avocat marron”. A expressão “imprensa marrom” Ainda é amplamente utilizada quando se deseja lançar suspeita sobre a credibilidade de uma publicação.” (Agrimani Sobrinho, op. cit., p. 22).

²⁴³ Amaral, op. cit.

²⁴⁴ Martín-Barbero, op. cit.

²⁴⁵ Amaral, op. cit.

²⁴⁶ Barbosa, Marialva.; Enne, Ana. O jornalismo popular, a construção narrativa e o fluxo do sensacional. **Eco-pós**, Rio de Janeiro, v.8, n.2, p. 67–87, ago./dez. 2005. p. 68.

para o “povo” e pelo “povo”, amplamente vista, mas não é regra que ela tem que ser engendradora para significante público²⁴⁷.

E como a indústria cultural se fortaleceu no Brasil a partir dos anos 1960 e 1970, durante o período da ditadura militar, segundo o sociólogo brasileiro Renato Ortiz²⁴⁸, a partir da década de 80 podíamos visualizar um mercado cultural bem estabelecido. Em 1982, o jornal *Diário do Pará* surgiria com um discurso pretendido ao “povo” e se utilizando da indústria cultural, em seu propósito, exposto na capa da primeira edição o *Diário do Pará* dizia: “Chegamos para ficar. E para lutar. E para vencer. Sempre com o povo, pelo povo e para o povo”²⁴⁹. O objetivo deste jornal era se unir as camadas populares, ao grande público, direcionado um discurso para os leitores e eleitores para, principalmente, alavancar a candidatura de Jader Barbalho ao governo do Estado do Pará.

Este jornal agiria como complemento a análise sobre o crime que vitimou Klaus Keller. Mas apesar de poucos detalhes a acrescentar, foi um dos únicos que de tempos em tempos rememorava o caso. Na **Tabela 3**, também disponível nos **Apêndices**, estão demonstradas as 19 notificações encontradas sobre Klaus neste jornal, sendo este o único no qual o professor fora citado em anos posteriores a 1984, e fora do recorte cronológico estabelecido para a pesquisa.

Nesse sentido, em uma disputa mercadológica, e na produção do popular e do sensacionalista, o jornal utilizará de métodos para prender o leitor, atendendo as exigências do cliente, independente de qual estrato social ele pertença. Mas, o “customer is not king, as the culture industry would like to have us believe, not its subject but its object”²⁵⁰. Deste modo, parte intrínseca da indústria cultural, a imprensa usa o cliente como objeto para manipular sua mentalidade, logo, manipular as massas. Sendo que as “masses are not the measure but the ideology of the culture industry, even though the culture industry itself could scarcely exist without adapting to the masses”²⁵¹.

Logo, a prática popular e seu segmento sensacionalista foi precisa, por projetar nos discursos das notícias as evidências e os traços do sensacionalismo que originaram de outra

²⁴⁷ Davis, Natalie. Toward Mixtures And Margins. *The American Historical Review*, v. 97, n. 5, p. 1409–1416, Dec., 1992. p. 1411.

²⁴⁸ Ortiz, Renato. *A Moderna Tradição Brasileira — Cultura Brasileira e Indústria Cultural*. São Paulo, Brasiliense, 1988.

²⁴⁹ Nosso, op. cit., p. 1.

²⁵⁰ Adorno, Theodor. Culture Industry Reconsidered. *New German Critique*, Ithaca, n. 6, p. 12-19, Mar./Jun., 1975. P. 12.

²⁵¹ *Ibid.*, p. 13.

vertente cultural, esta “simbólico-dramática, a partir da qual são modeladas várias das práticas e formas da cultura popular. Uma matriz que não opera por conceitos e generalizações, mas sim por imagens e situações”²⁵². Ou seja, o sensacionalismo da imprensa buscou na matriz cultural popular a fonte das suas notícias, remodelando a seu bel-prazer.

Assim, a estratégia sensacionalista destinava suas notícias para determinadas classes sociais, que para os jornalistas, seriam os mais ávidos em consumir suas notícias. Logo, seus jornais caracterizar-se-iam como

[...] produtos destinados às classes B, C e D, que recebem essa classificação porque, trazem manchetes “impactantes”, que causam sensações nos leitores, dão mais espaço à cobertura de fatos policiais em que predominam a violência, trazendo imagens chocantes de pessoas mortas, esfaqueadas, baleadas, etc²⁵³.

O interesse pela morte ressurge, pois esta, segundo Ariès

[...] volta a ser aos nossos olhos o que havia deixado de ser desde o final do Romantismo: um tema inesgotável de histórias. Isso sugere que o público dos leitores de jornais começa a se interessar pela morte, de início talvez como uma coisa proibida e um tanto obscena²⁵⁴.

A morte retorna como um produto, um acontecimento vendável, um espetáculo. Como expõe a citação, é um tema com múltiplas possibilidades, pois ela não acontece de um único modo. A morte tem diversos motivos, e com o advento da imprensa em massa, ela se tornou mais presente no dia a dia. O público acabou sendo preenchido do perecimento dos outros, do mais simples ao mais trágico.

Ao falar da morte do professor Klaus e como ele foi encontrado, a reportagem do *O Liberal* visou utilizar como recurso narrativo as imagens. Apesar de não expor explicitamente o corpo morto, o jornal é detalhista em outros quesitos, mostrando partes por partes da casa, dos familiares, e da multidão que esteve presente no dia em que o corpo foi encontrado. A pesquisadora Ana Maria Maud ao tratar dos usos da fotografia como fonte de pesquisa em história diz que “[...] deve-se considerar a fotografia como imagem/documento e como imagem/ monumento [...]”, pois²⁵⁵ esta é a

[...] marca de uma materialidade passada, na qual objetos, pessoas, lugares, nos informam sobre determinados aspectos desse passado, como as condições de vida, moda, infraestrutura urbana ou rural e condições de trabalho.[...] a fotografia é um símbolo, aquilo que, no passado, a sociedade estabeleceu como a única imagem a ser

²⁵² Martín-Barbero, op. cit., p. 246

²⁵³ Lima; Araújo, op. cit., p. 4

²⁵⁴ Ariès, 2012, p. 214-215

²⁵⁵ Mauad, Ana Maria. Fotografia e história — possibilidades de análise. In: CIAVATTA, Maria; ALVES, Nilda (Orgs.). **A leitura de imagens na pesquisa social: história, comunicação e educação**. São Paulo: Cortez, 2004 *apud* Sônego, Márcio. A fotografia como fonte histórica. **Historiæ**, Rio Grande, v. 1, n. 2, p. 113-120, 2010. p. 114.

perenizada para o futuro. Todo documento é monumento; se a fotografia informa, ela também conforma determinada visão de mundo²⁵⁶.

Esta citação indireta no texto de Márcio Sônego, nos leva a interpretar que as fotografias expostas sobre o caso de Klaus são uma construção do passado para o futuro. Ao mesmo tempo que é um registro da realidade em dado momento, pode também se configurar uma manipulação de determinado fato, uma ideia a ser deixada para a posteridade. Citando Peter Burke²⁵⁷ entendemos que a fotografia está sujeita ao manejo do fotógrafo ou daqueles que tem o intuito de modificar a realidade para atender os objetivos do jornal, ou do que o público leitor gostaria de ver. A imagem manipulada pereniza a violência, e trazendo a questão da violência simbólica tratada por Pierre Bourdieu²⁵⁸, aqui não mais são as palavras que ferem a dignidade de Klaus, que violentam a sua pessoa simbolicamente, mas as imagens, e a utilização expressiva destas nas páginas de jornal.

A violência, que não é física, aqui se apresenta na invasão da imprensa à privacidade da vítima, pois esta reportagem é seguida de 11 (onze) imagens. Abaixo apresento a **Figura 7**:

Figura 7 - O quarto de Klaus.



Fonte: O Liberal (1983).

Ela expõe o quarto de Klaus, e nesta imagem podemos observar ao fundo o cruxifixo mencionado no primeiro capítulo, e ao lado o que poderia ser a imagem de Nossa Senhora da Conceição. Mais detalhes são difíceis de perceber em razão do mal estado da fotografia. A

²⁵⁶ Ibid. p. 114-115.

²⁵⁷ Burke, Peter. **Como confiar em fotografias**. Folha de S. Paulo, Caderno Mais, 04 fev. 2001. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs0402200105.htm>. Acesso em: 02 fev 2024.

²⁵⁸ Vide Bourdieu, Pierre. **O poder simbólico** (2002) e **A dominação masculina** (2003).

imagem é acompanhada da legenda: “No quarto, ao lado da cama, o corpo de Klaus Keller foi encontrado”²⁵⁹.

Este fato formularia um problema na fala de Cybelle Miranda, pois esta diria que Klaus havia sido “[...] assassinado no porão de sua casa, fato narrado por vários moradores que conviveram com ele”²⁶⁰. Levando-me a pensar que essas narrativas se apresentavam distintas não só pelas informações que eram produzidas nos jornais, mas também pelas perspectivas múltiplas obtidas através dos testemunhos de vizinhos, amigos e familiares.

Vale considerar que não foi somente a imprensa que buscou o protagonismo a partir do caso, pois existiam outros personagens envolvidos nessa história intrincada. O anseio deles e de outros agentes por informações verídicas, concretas, que combinassem com as provas obtidas pela polícia a partir das análises periciais, se fez urgente na resolução desse caso.

Como populares que assistiram o caso da arquibancada, sendo a casa o campo, e Klaus o jogador ferido, estas testemunhas tinham o desejo de contribuir para a penalização dos jogadores que cometeram a falta ou vaiaar o que sofreu a contusão. Nesse envolvimento acabavam envolvidos no processo de investigação, possibilitando a transformação deles em notícia, e assim eles poderiam se ver refletidos e representados na reportagem. Úteis, até certo ponto, mas inúteis quando os depoimentos eram divergentes. Uma dissonância, por vezes, capciosa, que atrapalhava até mesmo o andamento do caso, como veremos mais adiante.

Os vizinhos e familiares tinham conhecimento da sua sexualidade e do que, eventualmente, acontecia na sua casa quando recebia visita de outros homens, mas não se importavam. No entanto, tinham conhecimento de todos os problemas enfrentados pelo professor. Este era um livro aberto e, aparentemente, nada tinha a esconder. Os vizinhos e familiares sabiam quem o visitava, e a polícia teve conhecimento, principalmente por conta da sua agenda de visitas.

Prosseguindo com as imagens, a segunda figura no jornal *O Liberal*, trazia uma fotografia 3x4 do professor, que por razões de má resolução do microfilme não foi possível fazer uma foto com qualidade para ser exposta aqui. No entanto, dias depois outra imagem foi divulgada pelo *O Liberal*, em outra notícia²⁶¹, no qual vemos o professor posando para uma

²⁵⁹ Klaus, 1983, p. 16.

²⁶⁰ Miranda, Cybelle Salvador. **Cidade Velha e Feliz Lusitânia**: cenários do patrimônio cultural em Belém. 2006. 262 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Belém, 2006. p. 152.

²⁶¹ Laudos, op. cit.

foto com o seu cão. Não há dados sobre quem realizou a fotografia, ou como ela foi obtida, no entanto, a imagem abaixo é uma representação de Klaus ainda em vida, bem-vestido, e sorridente. É uma imagem que contrasta em intensidade com a representação da sua morte. Sempre tratada de modo trágica, tenebrosa, como um resultado de seus vícios e modo de vida.

Figura 8 - Klaus e seu cachorro.



Fonte: O Liberal (1983)

Um outra imagem apresentou o que era o cofre em que Klaus guardava suas joias, mas a fotografia apresenta apenas alguns papéis, pois os pertences valiosos haviam sido roubados. Tal fato é narrado no jornal *A Província do Pará*, na notícia *MISTÉRIO pode ser desvendado*²⁶², seção *Novas perícias na residência*²⁶³, onde foi constatado que não houve sinais de arrombamento na casa, ou seja, o criminoso teria entrado pela porta da frente. Dando a entender que Klaus, literalmente, havia aberto as portas da sua casa para a morte entrar, e esta levaria consigo uma importância em joias do cofre pessoal do professor, que estava sem sinais de arrombamento.

Na quarta imagem do jornal *O Liberal*, vemos a exposição do seu corpo enrolado no que seria uma rede, a legenda diz: “O corpo putrefato, enrolado numa rede, sendo engavetado no rabeção do IML”²⁶⁴. Esta seria a primeira vez que é mostrado de forma implícita o estado cadavérico de Klaus Keller. Pois nem em *A Província do Pará*, muito menos no *Diário do Pará* essa exposição aconteceu.

²⁶² Mistério, op. cit.

²⁶³ Ibid.

²⁶⁴ Klaus, 1983, p. 16.

Figura 9 - O corpo de Klaus enrolado em uma rede sendo posto no carro do IML.



Fonte: O Liberal (1983).

A quinta imagem é de um quarto, que não seria o de Klaus. Pela legenda, não apresentava sinais de luta. No entanto, no segundo quarto, que seria onde fora encontrado o seu corpo, tudo estava revirado. Para o jornal, isso era um sinal claro de que havia acontecido luta corporal. Mas dias depois a perícia concluiria que não houve nenhuma luta no interior da casa²⁶⁵, o que desfez a hipótese apresentada pelo jornal na notícia anterior. O fato era que, o quarto não estava naquele estado por haver uma briga, mas por um estado natural de desarrumação.

Figura 10 - Quarto desarrumado na casa de Klaus com sinais hipotéticos de luta.



Fonte: O Liberal (1983).

²⁶⁵ Laudos revelam detalhes da morte do professor Keller. **O Liberal**, Belém, ano 37, n. 20965, sexta-feira, 01 jul.1983, 1º Caderno/Polícia. p. 20.

Contou *O Liberal* que antes da entrada da perícia, “[...] nas duas salas e no primeiro quarto, nada parecia mexido [...]”²⁶⁶, após as averiguações, “[...] deixaram gavetas abertas, o telefone fora do gancho, papéis por cima das mesas”²⁶⁷. O quarto em que fora encontrado o corpo, sim, desde o princípio, se encontrava um caos, “sangue podia ser visto no chão; nas paredes do corredor [...] podia ver manchas de sangue secas [...] deixadas por mãos se arrastando na parede, um pouco abaixo do parapeito [...]”²⁶⁸. Um ponto que corrobora com o dito pelo jornal *A Província do Pará* em *Novas perícias na residência*²⁶⁹. Relembrando que este citou a distração da perícia não ter notado tais manchas na primeira visita, ele diria que “devido determinadas circunstâncias, não notou”²⁷⁰. Circunstâncias estas, não trabalhadas no texto do jornal.

Havia a possibilidade do corpo do professor, provavelmente, ter sido deslocado de um cômodo para o quarto devido às manchas de sangue encontradas no corredor da casa, fato que poderia concordar em parte com a fala de Miranda²⁷¹. A tese era que uma só pessoa não podia lidar com o homem que era “lutador de judô e karatê, e não era pessoa fácil de ser dominada, numa briga corporal”²⁷². Nesta passagem nos deparamos com uma incoerência do jornal que, anteriormente, havia tratado da relação do corpo e sexualidade. Se, na citação anterior, havia o paradoxo que relacionava a sua sexualidade à fraqueza corporal, o tornando uma presa fácil de ser devorada, Klaus Keller agora se tornava um corpo difícil de ser dominado, havendo a possibilidade do seu assassinato ter sido cometido por duas pessoas, quiçá, três, como veremos mais a seguir.

O Liberal diria que o corpo encontrado no chão do quarto era um “achado macabro”, pois²⁷³ ele estava “[...] estirado no chão, deitado de costas, trajando apenas short, em adiantado estado de putrefação, entre a cama, a cômoda e o santuário”²⁷⁴. Construiu-se uma cena grotesca e repugnante à medida que a sua estrutura física se despedaçava nas mãos quando foi recolhido pelo IML²⁷⁵. Ao encontrar Klaus, o cunhado Moacyr, marido da irmã Clarisse, prontamente entrou em contato com a polícia. Eles, chegaram as 21:00 horas, com a

²⁶⁶ Klaus, 1983, p. 16.

²⁶⁷ Ibid.

²⁶⁸ Ibid.

²⁶⁹ Mistério, op. cit.

²⁷⁰ Ibid.

²⁷¹ Miranda, op. cit., p. 152.

²⁷² Uma lista de nomes na agenda de Keller. *O Liberal*, ano 37, n. 20950, quinta-feira, 16 jun. 1983, 1º Caderno/Polícia. p. 22.

²⁷³ Klaus, 1983, p. 16.

²⁷⁴ Ibid.

²⁷⁵ Ibid.

delegada Rosa Navegantes, e saíram com corpo da casa às 23:00 horas, sem fazer nenhuma declaração sobre a causa da morte.

Na sexta e sétima imagem exposta no *O Liberal*, este jornal mostrou a curiosidade da vizinhança que se amontoou na frente da casa do professor para ver a retirada do corpo, e a fotografia seguinte havia uma mulher arrumando a mobília da casa que, segundo o jornal, havia sido quebrada pela perícia, demonstrando um descuido dos agentes em lidar com as provas do caso.

Figura 11 - Fotografia (1) pessoas amontoadas na frente da casa do professor; fotografia (2) mulher arrumando a mobília da residência.



Fonte: O Liberal (1983).

Por fim, as três últimas imagens divulgadas na notícia mostram, primeiro, o guarda-roupa de Klaus; segundo, uma fotografia da sua sobrinha, Maria das Graças, apurando o que havia sido roubado pelo assassino; e terceiro, uma fotografia da sua irmã, Clarisse, que pela legenda narrava “os detalhes do achado do corpo e a vida de Klaus”²⁷⁶.

O que se manifesta é que, a utilização expressiva de imagens e de manchetes impactantes, deveriam causar uma sensação de curiosidade no receptor do veículo, impulsionando-o para a compra e a leitura da notícia. No entanto, o uso desses mesmos artifícios jornalísticos não teria o objetivo de passar a notícia ou uma informação relevante, mas, sim, provocar sensações, mexer com os sentimentos em relação àquilo que está sendo noticiado²⁷⁷. Logo, com as notícias que envolviam a violência, presente em todas as classes sociais, elas teriam que passar por um trato diferente, ou seja, o leitor seria habituado ao acontecimento-notícia, em que, se por acaso ele fosse protagonista de algum fato violento, seria transformado em notícia, e assim poderia se ver refletido e representado na reportagem, e nas imagens apresentadas.

²⁷⁶ Klaus, 1983, p. 16.

²⁷⁷ Lima; Araújo, op. cit.

A transposição de uma história comum e cotidiana da realidade social do leitor estavam nos cadernos ou editoriais policiais, pois eram esses segmentos dos jornais da época que retratavam a violência e os acontecimentos mais comuns enfrentados pelas populações da área urbana central e periférica. E o jornalismo popular policial possuía as características objetivadas para atingir as classes mais populares, produzindo uma linguagem coloquial, caracterizada como “exagerada, podendo usar gírias e palavrões”²⁷⁸.

Apesar dessas características estarem atreladas ao sensacionalismo, que facilmente afirmaram como uma promoção da burguesia tencionada em manobrar e alienar as massas; consta nas discussões de Osvaldo Sunkel que foi preciso coragem para afirmar que “por trás da noção de sensacionalismo, como exploração comercial da reportagem policial, da pornografia e da linguagem grosseira se esconde uma visão purista do popular”²⁷⁹.

Isto é, o sensacionalismo funciona como o espelho da cultura popular. E essa reprodução da cultura popular, seja através do texto ou das imagens e apoiada na afirmação de que a “cultura orienta, desenvolve, domestica certas virtualidades humanas”²⁸⁰, como também pode inibir e proibir certos sujeitos e práticas, enquadrando as identidades de gêneros e sexualidades dissidentes na violência, tornando-os grotescos, irrisórios, criando textos ácidos e preconceituosos, “ênfatizando a estigmatização dos sujeitos e a negação de identidades e orientações sexuais”²⁸¹, devido as suas frágeis moralidades, bem como os vícios sexuais, e o abuso de substâncias ilícitas, afirmação costumeira na cobertura jornalística sensacionalista²⁸².

Os textos usaram da opinião comum sobre as sexualidades/identidades de gênero, para reafirmar o que já era julgado pela sociedade, desenvolvendo “sempre uma ação socialmente conservadora”²⁸³. Assumindo atitudes e práticas do que consideram a cultura popular, os textos não se construíram através das culturas de baixo, mas, sim, por imposições vindas da cultura de cima, e da genuína cultura popular, em sua essência, nada portam²⁸⁴.

1.2 O julgamento da sexualidade: Klaus na berlinda do sensacionalismo

Sobre a sexualidade do professor, além de ter sido citada no jornal *A Província do Pará*, uma citação indireta é realizada no *O Diário do Pará* que o adjetivou como uma pessoa

²⁷⁸ Ibid., p. 7

²⁷⁹ Martín-Barbero, 1997, p. 246

²⁸⁰ Morin, 1997, p. 14

²⁸¹ Ferreira Junior, Sérgio.; Costa, Alda. Dissidentes, violentos e violentáveis: LGBTs nas narrativas de violência da Amazônia Paraense. *Revista Rua*, Campinas, v. 2, n. 22, p. 525–551, nov. 2016. p. 526

²⁸² Ibid.

²⁸³ Eco, op. cit., p. 42.

²⁸⁴ Ibid.

muito conhecida e celebrada na cidade de Belém, tal como descreveram os jornais anteriores. Ao tratar da sexualidade, o Diário do Pará deixa implícito que Klaus Keller não poderia ser lutador e homossexual, pois a representação da homossexualidade era a de seres delicados e afeminados, diferente da imagem de um lutador, geralmente associado a um homem forte, provido de músculos e de aspecto carrancudo. O texto integral do *Diário do Pará* segue abaixo:

No final dos anos 50 ele surgia como uma das mais badaladas figuras da cidade.

Ainda não era conhecido pelo pseudônimo famoso que serviu para identificá-lo até na morte. Ele era apenas o professor Caetano que por sua postura diferente, mas assumida, era motivo de comentários quanto à sua valentia de lutador de catch, um paradoxo para seu comportamento sexual, achavam alguns.

Culto, educado e sobretudo gente, Klaus Keller levou alegria e ensinamentos aos seus petizes alunos do Baby Talking durante muitos anos pelo curso de inglês radiofônico que matinha na Rádio Difusora, hoje Liberal, seu trágico fim foi deplorado pelos que o conheceram como figura humana de muito valor²⁸⁵.

O fato deste homem ser bastante conhecido no meio, leva a imprensa a intuir que, ele tinha uma vida desregrada, se arriscando ao levar homens desconhecidos para dentro de sua casa. O jornal *A Província do Pará* deixa implícito que a morte foi causada por irresponsabilidade da própria vítima, apesar deste ser considerado “[...] um homem forte, lutador de judô, tendo outras habilidades que dificilmente permitiriam que fosse apanhado de surpresa”²⁸⁶. Se observa pelo discurso que a virilidade e força de Klaus são atenuadas, mas não foram suficientes, já que a sua vida de homem gay público permitiu a viabilização da morte, já que “era seu costume sair para conversar e fazer novos amigos que os levava ou não para a sua casa, às vezes sem conhecê-los perfeitamente”²⁸⁷. Higo Okita conta que

Na grande imprensa, a questão da homossexualidade está sempre ligada à criminalidade. Os jornais dedicados ao noticiário policial, principalmente, coloca-se claramente anti-homossexuais, promovendo os crimes praticados por eles e usando uma linguagem desmoralizante e agressiva ao se referir a estes casos. Jamais se lê uma manchete: “Heterossexual mata amante”. Poucos noticiam crimes praticados contra os homossexuais, que são agredidos nas ruas, moral e fisicamente, fazendo aumentar mais ainda o desinteresse da sociedade, a qual além de não dar a mínima atenção para estes fatos, recebe com maior simpatia e humor essas agressões²⁸⁸.

Este julgamento da imprensa se apoia na percepção do período sobre a homossexualidade. Nas décadas anteriores ao assassinato a homossexualidade já era representada como o réu, sendo o juiz o jornal, e a sociedade o júri. Mas é também uma

²⁸⁵ Klaus Keller. *Diário do Pará*, Belém, Ano 1, n. 237, quinta-feira, 16 jun. 1988, 1º Caderno/Repórter Diário.p. 3.

²⁸⁶ Quem, op. cit., p. 8.

²⁸⁷ Ibid.

²⁸⁸ Okita, H. *Homossexualidade: da opressão à libertação*. São Paulo: Sundermann, 2007. p. 85–86

violência simbólica²⁸⁹, baseada em um discurso prévio, onde não há violência física, mas evidencia um ato que culmina na prática do violentar, de usar da força, para impor uma ideia opressiva. Logo,

[...] a violência simbólica se institui por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante (e, portanto, à dominação) quando ele não dispõe, para pensá-la e para se pensar, ou melhor, para pensar sua relação com ele, mais que de instrumentos de conhecimentos que ambos têm em comum e que, não sendo mais que a forma incorporada da relação de dominação, fazem esta relação ser vista como natural²⁹⁰.

Deste modo, aqui temos um discurso dominante agindo sobre uma cultura marginal, a impossibilitando de reagir diante dessa subjugação que, em dado momento, será tratada como natural, imutável. Perseverando sociedades desiguais, uma sociedade de dominantes e dominados.

O discurso da imprensa cria essa violência baseada no pré-julgamento, uma violência construída nas palavras ditas nas páginas de jornal, no insinuar que Klaus Keller recebia homens em sua casa para satisfazer as suas vontades sexuais, e no dizer que dessas visitas ele tenha sucumbido à morte. Uma morte ora tratada com grande revolta pelo discurso estabelecido, ora entendida como o livramento de uma pessoa que transgredia as regras sociais, e influenciava outros a seguirem o mesmo passo.

Os papéis desempenhados por essas identidades desviantes tornam-se, então, modo de participação no universo da marginalidade, o qual transcende e inclui o universo da ordem institucional. Ao mesmo tempo, em que o universo marginal simbólico legitima a biografia individual das identidades destoantes, legitima a ordem institucional por meio de uma operação econômica ordenadora, que põe cada coisa no seu devido lugar²⁹¹.

A morte de Klaus, mesmo que não inclusa nos aspectos do mundo marginal, torna-se, por ser a morte de um homossexual, e logo, simboliza uma morte marginalizada. E ao colocá-la nessa categoria, exerce sobre ela uma manipulação, transformando-a em mercadoria extremamente lucrativa. Pois o fato de estar estampado nas páginas por quase uma década foi mais do que necessário para entender que essa história movimentou a sociedade belenense, revelando a capacidade da imprensa em se adaptar aos sentimentos e aos gostos do público. Estes, ora estavam preocupados com a resolução do caso, ora estavam apenas sendo alimentados, de modo que, a oferta dessas notícias legitimou o preconceito contra a

²⁸⁹ Bourdieu, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2003.

²⁹⁰ Ibid., p. 47.

²⁹¹ Pedroso, Rosa Nívea. **A construção do discurso de sedução em um jornal sensacionalista**. São Paulo: Annablume, 2001. p. 98.

sexualidade da vítima. Isso demonstrou a divergência de opiniões e sensações que um caso poderia causar na população.

A violência, literalmente, provinha e batia da/na porta da sociedade belenense, e tinha certa afeição pelos agentes dissidentes. Ser um corpo estranho em meio ao cenário de violência significava estampar a primeira página da editoria polícia, e, às vezes, dependendo do jornal e do caso, eram destinados dias, folhas, textos, imagens, e, principalmente, tinta para imprimir essas narrativas. A violência e a sua transposição eram um negócio rentável que chegava de muitas formas. Primeiro, na execução do ato violento; segundo, na transposição deste para as páginas, ou seja, quando ela chegava no povo através dos jornais.

Não bastava só citar as particularidades sobre a personalidade/sexualidade de Klaus, ressaltando ou desdenhando de seus atributos, tinham que, igualmente, apresentar como decorreu a sua morte: esfaqueado, com os golpes sendo “desferidas de baixo para cima”²⁹². Em conclusão prévia, o possível assassino teria saído pela porta da frente após desferir dois golpes de faca em Klaus. E o culpado teria atacado o professor de surpresa, não tendo ele a chance de reagir após a primeira facada no abdômen, com a segunda sendo desferida no pescoço quando Klaus “tombou para a frente”²⁹³. Ele estaria “de pé, ao lado da cama, quando foi ferido, e foi surpreendido”²⁹⁴, isso permitiu ao jornal mais, expor como o corpo fora encontrado, segundo a imprensa a razão seria por estar “saindo mau-cheiro do interior da residência do professor”²⁹⁵, o que levou os vizinhos a alertarem os familiares.

Dessa maneira, com a imprensa, retransmitindo os ideais da violência simbólica, da cultura popular, e do jornalismo que apelava para o popularesco, reposicionou os sujeitos dissidentes à margem da sociedade, perenizando o discurso da subversão, expressa na sua homofobia e transfobia²⁹⁶. Esta, hipoteticamente, se manifestou pela não aceitação dos próprios desejos sexuais desviantes de quem escrevia as notícias, fazendo com que os jornalistas produtores do sensacionalismo submetessem seus escritos à exigência moral da época. Deste modo, além de criar uma égide com o discurso homofóbico, protegendo a recusa

²⁹² Ibid.

²⁹³ Laudos, op. cit.

²⁹⁴ Ibid.

²⁹⁵ Ibid.

²⁹⁶ Assim como homofobia, o conceito de transfobia remete a processos violentos em níveis massificados ou coletivos, não apenas se reportando a comportamentos individuais ou à literalidade do sufixo “fobia”, [...] A transfobia é uma sanção normalizadora à transição de gênero e à violação das normas de gênero que se inscrevem no corpo. A violência transfóbica atua em um nível discursivo, por discriminações sutis, de modo que a rejeição à transgeneridade circula nos discursos, entre as pessoas antes mesmo que elas iniciem suas transições e entendam-se pessoas trans. (Podestà, 2019, p. 375)

da sua própria sexualidade, o jornalista também provoca no leitor da notícia efeito semelhante, pois como cliente, este reforça o discurso ao aceitá-lo e reverberar a mensagem de preconceito e intolerância²⁹⁷.

Ao apresentar a sexualidade da vítima e expor a sua ambiência,

O jornal realiza a representação do universo da marginalidade (da vida das classes social e economicamente inferiores da população) enquadrando-o em áreas periféricas da zona urbana, nas quais os habitantes caracterizam-se: pela desocupação (ou desemprego?), pela perversão, pela desordem, pela criminalidade, pela adesão a religiões de origem africana (consideradas atrasadas, de negros e de pessoas ignorantes) e pela radicalidade da violência que cometem contra a sociedade²⁹⁸.

Klaus não morava na periferia de Belém, no entanto, a sua sexualidade, partindo do discurso jornalístico, trazia a marginalidade experimentada nesses espaços para os bairros mais próximos dos centros urbanos. Não era desempregado, mas a sexualidade lhe dava essa característica. Supostamente, não era criminoso, porém cometia atos de insensatez, levados pela raiva, o impulso. Conforme a sua agenda, também era praticante de religião de matriz africana, o que lhe conferia a condição do homem homossexual que “bate tambor em terreiros”. Por fim, tratamos da radicalidade da violência, não aquela cometida por ele, mas a cometida contra ele. Ou seja, o marginal deixar de figurar a persona de Klaus e tornam-se a ser aqueles que cometeram os esfaqueamentos, retirando-lhe a vida, e os que perenizaram essa violência através do preconceito: a imprensa.

Sinteticamente, o preconceito jornalístico tem origem na negação da própria sexualidade não-heteronormativa, de forma que o jornal e o leitor agem como principais reprodutores desta fobia, que infere na rejeição ou aversão das sexualidades e identidades transgressoras na notícia. Deste modo, a homofobia jornalística caracteriza-se igualmente por uma atitude derivada do heterossexismo, termo mais correto “para designar a discriminação experimentada por homossexuais e por todos aqueles que desafiam a heterossexualidade como parâmetro de normalidade em nossas sociedades”²⁹⁹.

A afirmação da identidade implica sempre a demarcação e a negação do seu oposto, constituído como sua diferença. Esse “outro” permanece, contudo, indispensável. A identidade negada é constitutiva do sujeito, fornece-lhe o limite e a coerência e, ao mesmo tempo, assombra-o com a instabilidade. Numa ótica desconstrutiva, seria demonstrada a mútua implicação/constituição dos opostos e se passaria a questionar

²⁹⁷ Agrimani Sobrinho, op. cit., p. 69

²⁹⁸ Pedroso, op. cit., p. 98.

²⁹⁹ Rios, Roger. Homofobia na Perspectiva dos Direitos Humanos e no Contexto dos Estudos sobre Preconceito e Discriminação. In: Junqueira, Rogério. (Org.). **Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009. p. 53-84.p. 60.

os processos pelos quais uma forma de sexualidade (a heterossexualidade) acabou por se tornar a norma, ou, mais do que isso, passou a ser concebida como “natural”³⁰⁰.

Uma naturalidade que submete a homossexualidade, e condiciona as identidades e sexualidades dissidentes, fazendo agir sobre elas a culpa da existência, do ato que, independente do que tenha ocorrido com elas na notícia, vítimas ou não do fato violento, cometem sobre a identidade o sentido da culpa. A estigmatização, a marca da exclusão, e o pertencimento a um grupo minoritário, faz com que sofram uma dupla discriminação, neste caso não só o fato do desvio heteronormativo, mas a própria abordagem que as notícias de jornal constroem em seu discurso³⁰¹.

Portanto, quando são cometidos pela violência, ou assassinados, o jornal sensacionalista imprime na notícia um conjunto de ações, que vão atrelar o ato criminoso com a identidade/sexualidade da vítima do acontecimento. Tendo a finalidade de possivelmente “parece ser o de “justificar” (ou pelo menos “compreender”) o ato violento³⁰². Assim, aquele que cometeu o ato, ou seja, o real criminoso, não está mais fixado no topo da hierarquia do crime cometido, sua condição é modificada, sendo “identificado como transgressor de “importância” especial, por ter punido um transgressor mais temido, inconscientemente, pelo tecido social”³⁰³.

Deste modo, estaria “justificado” que a exclusão, a marginalidade, e a condenação, seria porque, sendo o jornal um veículo destinado às classes populares, o periódico estaria reproduzindo as características morais e homofóbicas do seu público. Enquadrando os homossexuais masculinos, as travestis e as lésbicas, sendo esta marcada pelo uso e abuso de uma linguagem pejorativa e pelo estigma da sua identidade. Aparecendo de modo nociva, violenta, indesejável e não legítima, só pelo fato de ousar perturbar a ordem convencional dos comportamentos masculinos e femininos, socialmente determinados³⁰⁴, pois de a noção que traz o jornal é que “[...] o defeito de toda lésbica é absorver do homem o que há de mais negativo e repulsivo neste, ou seja, a truculência”³⁰⁵.

Logo, em ambas as notícias há o estabelecimento da discriminação e do estigma social, marcando as identidades pela condenação social, “[...] como elemento cômico, anormal, que

³⁰⁰Louro, Guacira Lopes. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 541–553, 2001. p. 549

³⁰¹ Agrimani Sobrinho, op. it.

³⁰² Ibid., p. 70

³⁰³ Ibid.

³⁰⁴ Pedroso, op. cit.

³⁰⁵ Com ciúmes, o “sapatão” feriu a própria amada. **O Liberal, jornal da Amazônia**, Belém, ano 36, n. 20.740, domingo, 08 de agosto de 1982. 1º Caderno/Polícia, p. 15.

é assassinado em decorrência de seu comportamento desviante [...]”³⁰⁶, acompanhado de um discurso antiquado sobre a orientação sexual. Assim, eles também aparecem de forma perversa, pervertida, “cuja conduta fere a “normalidade” e coloca em risco as instituições”³⁰⁷. O jornal endossa uma personalidade escandalosa, consolidando a sua ridicularização frente ao público que, igualmente, o definiu como provocativo, subversivo e violento, pois o seu desvio da convenção tradicional dos papéis de gênero masculino e feminino, é reprovado socialmente, tratado como “imundo”, e associado à doença³⁰⁸.

E na incompreensão dessas sexualidades, o jornalista na década de 80, ao arrancar dos seus depoentes, as histórias, e aprofundar a narrativa para as páginas de jornal, empregou nelas a difamação, o preconceito e a transposição da violência contra os inconcebíveis homens e seus desejos sexuais. Insufinou os comportamentos considerados hiperbólicos, que partiam da representação generalizada e imutável que homossexualidade possuía no período.

Concordando assim com o mercado da morte, um negócio apoiado na violência que provinha das instituições, e se disseminava em micro poderes, criando uma política que poderia definir a existência ou o silenciamento dos homossexuais, uma política que ficaria conhecida como “deixar viver ou morrer”, base reflexiva do próximo capítulo.

³⁰⁶ Agrimani Sobrinho, op. cit., p. 123

³⁰⁷ Ibid. p. 66.

³⁰⁸ Pedroso, op. cit.

CAPÍTULO III - A POLÍTICA DO DEIXAR VIVER, MORRER OU SILENCIAR: A VIOLÊNCIA NÃO SIMBÓLICA NA TENTATIVA DE DAR UM FIM AO CASO

A violência ela tende a acontecer de muitas formas. Ao analisar esta pesquisa, podemos vê-la através das palavras, das imagens, pré-violências conscientes e inconscientes, atos tratados como simbólicos, enraizados nas relações e dinâmicas sociais estabelecidas, relativamente, com teoria de Bourdieu sobre a relação de dominação dos homens sobre as mulheres³⁰⁹. Esta teoria se relaciona, se formos considerar a dicotomia presente no pensamento de Joan Scott sobre as relações de gêneros³¹⁰. Mas, no caso desta pesquisa, as relações acontecem entre a heteronormatividade e a homossexualidade, a dominação do corpo, do gênero e da sexualidade tradicional sobre uma sexualidade construída socialmente como mais frágil, incapaz de reagir diante das adversidades, tratada como transgressora, perigosa e desviante. Para Bourdieu

[...] a forma particular de dominação simbólica de que são vítimas os homossexuais, marcados por um estigma que, à diferença da cor da pele ou da feminilidade, pode ser ocultado (ou exibido), impõe-se através de atos coletivos de categorização que dão margem a diferenças significativas, negativamente marcadas, e com isso a grupos ou categorias sociais estigmatizadas. Como em certos tipos de racismo, ela assume, no caso, a forma de uma negação da sua existência pública, visível. A opressão como forma de “invisibilização” traduz uma recusa à existência legítima, pública, isto é, conhecida e reconhecida, sobretudo pelo Direito, e por uma estigmatização que só aparece de forma realmente declarada quando o movimento reivindica a visibilidade. Alega-se, então, explicitamente, a “discrição” ou a dissimulação que ele é ordinariamente obrigado a se impor³¹¹.

Em outras palavras, a homossexualidade ou ao homossexual é imposta uma invisibilização, um ocultamento opressivo, no qual eles permanecem no estado velado para não recair sobre a sua pessoa a marca de seres unicamente sexuais. E estando os homossexuais incluídos neste tipo de estigma, seriam grupos “desacreditados” e “desacreditáveis”, ou seja, o primeiro é quando o seu estigma já é identificado, seria o caso, por exemplo, quando eles reivindicam a sua visibilidade, enquanto o segundo é quando o seu

³⁰⁹ Base da teoria de Pierre Bourdieu sobre a dominação masculina exercida sobre o ser feminino.

³¹⁰ Em suas proposições, Joan Scott explica que “(1) gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder” (Scott, 1995, p. 86). Ou seja, as disparidades de gênero são fundamentais em sua maneira de dar forma e construir as relações de subordinação e superioridade, bem como, o uso do gênero enquanto categoria de análise é essencial para compreender os marcadores diferenciais gerados baseadas no corpo, na cultura, na convivência social e, politicamente, entre homens e mulheres.

³¹¹ Bourdieu, 2003, p. 143

estigma não está visível ou aparente, e assim ele pode causar o “ocultamento”, ou mesmo o “encobrimento” da sua identidade³¹².

O ato de velar sua identidade estaria relacionado à retração que o estigmatizado teria das possíveis reações de pessoas ao seu redor. O homossexual, provavelmente esperando uma reação não muito receptiva, agiria com hostilidade em resposta a qualquer atitude, ou não atitude do outro. Pois, o indivíduo que possui o estigma, apesar de tentar se aproximar amigavelmente, não possui ideia do que provavelmente os outros estão pensando dele, e este contato por mais amistoso que seja

[...] pode provocar nos outros uma série de respostas desagradáveis. Pode-se acrescentar que a pessoa estigmatizada algumas vezes vacila entre o retraimento e a agressividade, correndo de uma para a outra, tornando manifesta, assim, uma modalidade fundamental na qual a interação face-to-face pode tornar-se muito violenta³¹³.

O estigma é esclarecido por Erving Goffman como uma criação da sociedade, que implica na necessidade em marcar e categorizar pessoas com atributos depreciativos. Tais atributos irão definir a sua identidade social, e essa pessoa não será aceita em determinadas ocasiões sociais, por justamente carregar esta marca. Goffman aborda três tipos de estigmas, um, ligado às abominações do corpo, que frisa as deformações físicas; o tribal de raça, relacionado a questões de nacionalidade, religião, ou mesmo linhagem familiar, e por último o estigma conectado às culpas de caráter individual, que seriam

[...] percebidas como vontade fraca, paixões tirânicas ou não naturais, crenças falsas e rígidas, desonestidade, sendo essas inferidas a partir de relatos conhecidos de, por exemplo, distúrbio mental, prisão, vício, alcoolismo, homossexualismo, desemprego, tentativas de suicídio e comportamento político radical³¹⁴.

Este comportamento fez com que a sexualidade experimentasse o “emprego oficial da violência e do terror para contê-las ou eliminá-las”³¹⁵, e aqui falo do emprego estatal da violência, não somente a simbólica, mas aquela capaz de arrancar desses indivíduos depoimentos capazes de mudar o rumo de uma narrativa, e usar deste testemunho para punir o sujeito, mesmo isento de culpa. Definindo assim, a sexualidade como o escopo dos agentes oficiais, para eliminá-la das ruas, isolar da sociedade, ocultar o seu corpo dissidente dos olhares moralistas.

³¹² Goffman, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

³¹³ Ibid., p. 18

³¹⁴ Ibid., p. 7

³¹⁵ Linebaugh, Peter.; Rediker, Marcus. **A hidra de muitas cabeças**: marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 08–24. p. 24

No caminhar do caso de Klaus, puderam ser visualizados três momentos em que a violência se fez física. A primeira delas é o homicídio de Klaus, uma violência que resultou em morte. No entanto, há outras duas ainda não foram mencionadas, violências que derivam de tempos de tortura, da recente Ditadura-Civil Militar, que em 1983 ainda se fazia presente através da força policial para com os suspeitos do assassinato.

Jacy, o adolescente mencionado no primeiro capítulo, e que teve sua prisão efetivada, conforme com a notícia *MORTE de Klaus Keller: suspeito espancado*³¹⁶, a partir de relatos do próprio garoto, este revelou que na manhã de sexta-feira, dia 17 de junho de 1983, quando foi transferido para a Divisão de Menores³¹⁷, foi interrogado, ameaçado e seviciado por dois investigadores do caso, no qual os jornais não citam os nomes. Disse o adolescente que: “[...] os homens lhe fizeram ameaças e o seviciaram, estando o seu tórax com marcas visíveis de sevícias [...]”³¹⁸. Além disso, declarou que a delegada ao lhe transferir para o bairro do Coqueiro, no município vizinho, Ananindeua, onde ficava a Divisão de Menores, falou que ele “[...] seria submetido ao afogamento, espécie de castigo no qual o preso é afogado num tanque tantas vezes quantas necessárias até a confissão”³¹⁹.

Esta seria uma prática recorrente no que o jornal chama de “depósito do Coqueiro”. Uma ação vinda direto dos porões da ditadura³²⁰ que caminhava para o seu fim naquele contexto. Mas que, mesmo em 1983, ainda sobrevivia através de tão bárbaro método para fazer alguém confessar o crime que, no caso das vítimas da ditadura brasileira, tinha o objetivo de fazer a pessoa entregar os opositores políticos do governo instaurado pelo Golpe de 1964.

Segundo o defensor Freitas Leite, o advogado de Jacy, este não poderia sofrer qualquer tipo de violência devido a sua condição “menor de idade”. Mas como já foi dito na

³¹⁶Morte de Klaus Keller: suspeito espancado. **A Província do Pará**, Belém, Ano 107, n. 27.615, sábado, 18 jun. 1983, 2º Caderno/Polícia. p. 8.

³¹⁷ Após a defesa, soube pela professora Dr.^a Eli do Socorro Gonçalves Pinheiro que existia na década de 1980 uma Divisão Social de Proteção ao Menor (DSPM), e que os adolescentes em situação de conflito com a lei eram geralmente enviados ao Centro de Recuperação Masculino (CRM) que ficava em Ananindeua. Ao longo das fontes pesquisadas não encontrei dados sobre essas duas instituições, e se uma ou ambas estavam ligadas à Divisão de Menores citada no texto da dissertação.

³¹⁸ Ibid.

³¹⁹ Ibid.

³²⁰ Muitos depoimentos de torturados pela ditadura brasileira falam sobre a técnica de afogamento. Extraído do livro *Projeto: Brasil Nunca Mais*, de 1985, é revelado que foram feitas 17 denúncias sobre a prática do “afogamento”, e outras 14 do “afogamento em pau de arara”. Esse tipo de tortura, assim como outros tipos, foram “[...] sistematicamente aplicada aos acusados de atividades consideradas “subversivas” [...] a incidência retratada nos procedimentos judiciais é bem menor que sua real extensão e intensidade. Isso porque os Conselhos de Justiça Militar [...] evitavam que as denúncias de tortura fossem consignadas aos autos das ações penais”. (Arquidiocese de São Paulo. **Brasil: Nunca Mais**. 33. ed. Petrópolis: Vozes, 2003, p. 2).

introdução desta dissertação que a polícia de Belém não poupava nem mesmo as crianças, o que poderíamos supor sobre um adolescente de 17 anos? Por Jacy estar em condição de suspeito e não de culpado, tais sevícias seriam ilegais, discurso reforçado pelo jornal que revela, além disso, o diagnóstico de epilético do garoto.

O terceiro exemplo no qual a violência se fez física foi através de outro depoimento exposto nas páginas policiais, fato que faria decair mais ainda a credibilidade do trabalho da polícia que, naquele momento, já estava questionável. Em uma entrevista concedida exclusivamente ao jornal *A Província do Pará*, “Carlão” um dos últimos suspeitos do crime, também citado no primeiro capítulo, diria: *Fui obrigado a confessar*³²¹, causando “uma completa reviravolta”³²² no caso de Klaus.

No presídio de São José (hoje o Polo Joalheiro São José Liberto)³²³, “Carlão” revelaria com detalhes como foi obrigado pela polícia a confessar a autoria pela morte de Klaus. Estas revelações estariam presentes na declaração que prestaria à justiça no dia 14 de outubro de 1983, praticamente quatro meses após a polícia ter encontrado o corpo de Klaus em estado de putrefação em sua residência na Cidade Velha.

“Carlão” contou que foi sequestrado por três policiais. Estes o levaram para as matas do 40 horas, um bairro da cidade vizinha, Ananindeua, e lá o “ensinaram a confessar o homicídio”³²⁴. Isso aconteceu na tarde do dia 2 de agosto de 1983, segundo contou o rapaz.

Em seu depoimento ao jornal, revelou nunca ter conhecido o professor Klaus, apenas soube da sua história através do noticiário, e que não sabia dizer como teve seu nome envolvido no caso, pois estava em uma festa de terreiro no dia do assassinato, já que “Carlão” era umbandista. Após esse dia, notou um estranho movimento de policiais no bairro para onde se mudou, o Cidade Nova, em Ananindeua. O seu endereço era o Conjunto VI, na Travessa WE-65, casa 511, quando a polícia invadiu a residência o acusando do crime.

Transportado para a viatura, os policiais começaram a lhe passar informações nos mínimos detalhes sobre a morte do professor, para que “Carlão” gravasse na memória. Como

³²¹ Fui obrigado a confessar. *A Província do Pará*, Belém, Ano 107, n. 27.727, sábado, 08 out. 1983, 2º Caderno/Polícia. p. 8.

³²² Ibid.

³²³ O “Espaço São José Liberto, fazendo oposição à antiga denominação de Presídio São José, onde os condenados do sistema judiciário cumpriam suas penas, palco de rebeliões violentas que marcaram a história do sistema prisional paraense [...]” Hoje, “[...] também é chamado de Polo Joalheiro, passou a abrigar exposições de joias e artesanato regionais com o objetivo de ser uma vitrine para os artistas locais comercializarem seus produtos” (Kettle, 2021. p. 78).

³²⁴ Fui, op. cit.

resistiu, segundo conta, o levaram para as matas e lá o torturaram, ameaçaram com tiros de armas de fogo ao seu redor, o assustando e o deixando acuado para assumir o crime tal como os policiais lhe teriam dito.

Para ele, o amigo “Silvinho”, acusado do crime junto a “Carlão”, foi “envolvido de graça no assassinato”³²⁵, lhe comprometendo após expressiva exposição de violência policial. Quando chegou na delegacia, acreditou que o delegado poderia lhe salvar, pensou que este não sabia das atitudes de seus subordinados para com ele. Mas se enganou, pois quando chegou para prestar depoimento e falar a sua verdade, foi torturado mais uma vez. “Me ajoelhei diante do delegado, com as mãos algemadas para trás, quando comecei a falar, fui chutado, jogado de cara no chão”³²⁶. Disseram os policiais para ele: “A boneca não quer confessar, está precisando de mais uns carinhos.” Depois disso, “Carlão” falou que eles lhe violentaram mais ainda.

Recebeu choques elétricos, principalmente nos pulsos, e a partir disso não teve mais condições de negar o crime. Falaria a uma emissora de TV sob ameaça, assumindo a autoria. Tornando-se para muitos o assassino de Klaus. Mas de forma alguma o interino, pois “Silvinho” também seria culpabilizado. Ao prestar testemunho para o escrivão redigir, conta que se enganou mais uma vez que poderia ser verdadeiro consigo mesmo e não sucumbir as ameaças, mas da mesma maneira foi ameaçado. O escrivão chegou a lhe amedrontar com uma faca e posteriormente com um revólver, encostando o objeto na sua cabeça. Disse o escrivão, de acordo com suas palavras: “Olha, cara, vais ter de confessar agora, no papel, caso contrário te arranco as unhas, uma por uma [...]”³²⁷; depois lhe ameaçou de morte: “Continua a falar direitinho senão vais morrer aqui e já”³²⁸.

Assinou as laudas do depoimento sob o cano de um revólver apontado para seu crânio. Após isso, foi transferido no dia 04 para a DCCPE, e lá ficou sob o olhar do delegado Otacílio Mota, que deu continuidade ao processo de intimidação e violência. “Decididamente eu estava perdido. Nem a presença de meu pai melhorou a situação. Eu era, na verdade, o matador do professor e disso teria que me conscientizar”³²⁹ - completou “Carlão”.

³²⁵ Ibid.

³²⁶ Ibid.

³²⁷ Ibid.

³²⁸ Ibid.

³²⁹ Ibid.

No jornal *O Liberal*, declararia a mesma história. Em *Acusados da morte de Keller depõem*³³⁰ são acrescentados novos detalhes da denúncia de violência e sevícias cometidas pela polícia contra “Carlão”. A acusação de “Carlão” recai principalmente sobre o investigador “Lili Cartucheira” citado em um informe do dia 12 de outubro³³¹, quando o requerimento do criminalista foi atendido, e a juíza Carmenci Cavalcante sustou o mandado de prisão que estava de posse do delegado Otacílio.

“Lili cartucheira”, teria sido o homem responsável por levar “Carlão” as matas do 40 horas, fato abordado pelo jornal anterior³³², sendo nesse lugar que ele fora seviciado e obrigado a assumir a autoria do crime. Ainda segundo “Carlão”, “Lili Cartucheira” estaria lhe intimidando na prisão, ameaçando lhe violentar caso o acusasse em juízo. Lili teria dito que não gostava de falhar nas suas missões, e que o “otário” do “Carlão” iria assumir a morte de Klaus³³³.

Quando foi levado para as matas do Coqueiro, e não mais para o 40 horas³³⁴, “Carlão” foi espancado e instruído nos mínimos detalhes para que o depoimento não tivesse inconsistências. Na DVG foi submetido a choques elétricos nos testículos e ameaçado de espancamento caso não confessasse a imprensa e ao delegado. Ao ser levado para a DCCPE, viu que o delegado Otacílio era conivente com a tortura.

O rapaz não teve alternativa, a não ser falar aquilo que o delegado quisesse. Sendo preso e ameaçado constantemente. *O Liberal* corrobora com *A Província do Pará* ao tratar da tentativa de Otacílio em evitar que “Carlão” fosse entrevistado por uma emissora de televisão, ocasião em que falou pela primeira vez das sevícias. A tentativa de impedimento pelo delegado foi repelida pelo repórter que entrevistou o acusado, declarando que “a imprensa era livre e eles iam publicar o que o declarante tinha falado”³³⁵. Toda a história, inclusive o envolvimento de “Silvinho” era “invencionice da polícia”³³⁶. Após esse depoimento, foi

³³⁰ Acusados, op. cit.

³³¹ Caso Klaus. **O Liberal**: jornal da Amazônia, Belém, Ano 37, n. 21068, quarta-feira, 12 out. 1983, 1º Caderno/Polícia/PESO DA LEI. p. 19.

³³² Fui, op. cit.

³³³ Acusados, op. cit.

³³⁴ *A Província do Pará* disse em notícia anterior que “Carlão” havia sido levado para as matas do bairro 40 horas, o que causou divergência sobre o local em que o rapaz havia sido seviciado.

³³⁵ Acusados, op. cit.

³³⁶ Ibid.

transferido para o São José, e após ter sido novamente ameaçado, procurou os diretores do presídio que lhe disseram para não ter “medo, pois, ali nada iria lhe acontecer”³³⁷.

Ao analisar esse ponto da narrativa, poderia considerar que orientado por seu advogado, “Carlão” tenha elaborado essa história para fazer a sua defesa e se ver livre da acusação e prisão. Considerando que a polícia já tinha o histórico de violência contra possíveis culpados, mais uma desconfiança na lista, mais um fato, mesmo que falso de violência policial, poderia pôr à prova o trabalho e a moral dos agentes responsáveis pela segurança do Estado, e conseqüentemente, os responsáveis pela investigação da morte de Klaus. Mas seria mesmo um falso testemunho? Podemos considerar que “Carlão” tenha tomado consciência da sua posição de ser dominado, e em revelia, em resistência ao controle, começou a agir como aquele que dita as próprias regras, invertendo a lógica da bio política/necropolítica.

Para Foucault, a bio política trata da regulamentação do Estado sobre a vida humana, ou seja, as medidas de controle da população. Tais medidas são responsáveis por causar impacto sobre a existência dessas pessoas, e aqui está o biopoder³³⁸. Para ele, há uma mudança entre a bio política implementada antes do advento do capitalismo, e após o desenvolvimento da sociedade industrial. Se antes, com a existência do poder monárquico era “fazer morrer ou deixar viver”, com o rei decidindo o destino de seus súditos, após o capitalismo a regra se fez “fazer viver ou deixar morrer”, pois o sistema não poderia mais desperdiçar vidas, já que estas se tornaram importantes mãos de obra e consumidoras, agindo na manutenção e permanência do sistema vigente³³⁹.

O que antes era definido pelo macro, com o destino das pessoas estando concentrado nas mãos de uma única pessoa, após essa mudança de cenário e dinâmica socio-econômica, o poder de controle ou preservação da vida seria distribuído em partes, em micro poderes. E a partir deste ponto estaríamos falando do controle dos corpos por qualquer pessoa, mesmo que esta estivesse subordinada por outra, assim construindo uma hierarquização do poder, que sustentariam o poder-mor³⁴⁰.

No entanto, a teoria de Foucault, não poderia responder em sua totalidade pela realidade de países que experimentaram o processo de colonização. Por isso, em crítica a

³³⁷ Ibid.

³³⁸ Foucault, Michel. **Nascimento da bio política**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

³³⁹ Ibid.

³⁴⁰ Ibid.

teoria bio política/biopoder do pensador francês, Achille Mbembe um teórico africano, desenvolveria a sua teoria, chamada de necropolítica, ampliando o conceito inicial de Foucault. Na teoria do camaronense, a necropolítica consegue abarcar as políticas de “deixar viver e deixar morrer” estabelecidas em Estados que enfrentaram os processos coloniais e neocoloniais, incluindo os contextos históricos-sociais africanos, e de países latino-americanos, logo, o Brasil³⁴¹.

É uma política sustentada no foco ao determinado grupo, e aqui eles podem ser definidos pela, etnia, identidade, e no caso a que estamos tratando: da sexualidade, portanto, a homossexualidade. Também à raça, pois ambos os acusados, segundo as imagens a serem apresentadas, eram pretos. Todavia, posso incluir outras duas categorias, a religião de “Carlão”, e a condição de “débio mental” estabelecido para “Silvinho”, já que a loucura, historicamente, sempre passou por esse controle estatal, no qual os portadores desse estigma eram tratados como “animais daninhos e ferozes”³⁴², e para proteger a sociedade dos seus comportamentos “animalescos”, eram confinados, fiscalizados, estudados, medicalizados, os isolando do meio social, funcionando como um “mecanismo de segregação social no qual os loucos foram pegos”³⁴³. O controle sobre o destino de “Carlão” e “Silvinho” agiu através do macro e do micro poder, sendo o macro representado pelo interesse do Estado, e o micro pelos dirigentes do caso, responsáveis por incriminá-los.

3.1 Nem “Silvinho” nem “Carlão”: o “matador de Klaus ficará impune”.

Os nomes dos acusados apareceriam na lista de suspeitos em agosto de 1983, a partir de um telefonema anônimo atendido pela escritã da DVG, Ocimar ou Osiná Maria Filo Creão Garcia (há uma divergência em relação ao nome da agente)³⁴⁴. “Carlão” se chamava Carlos Alberto dos Santos Rodrigues, e “Silvinho”, era o apelido de Silvio Borges de Araújo. Estes se tornavam os novos agentes, incluídos nessa história pela força da violência, através da tortura física e psicológica, levando-o a confissão, anteriormente abordada.

Nas imagens a seguir temos “Silvinho” na **Figura 13**, aparentemente distraído, posando para a câmera, lhe conferido uma imagem de um rapaz absorto do que estava

³⁴¹ Mbembe, Achille. NECROPOLÍTICA: soberania estado de exceção política da morte. **Arte & Ensaios - Revista do PPGAV/EBA/UFRJ**, Rio de Janeiro, n. 32, p. 123–151, 2016.

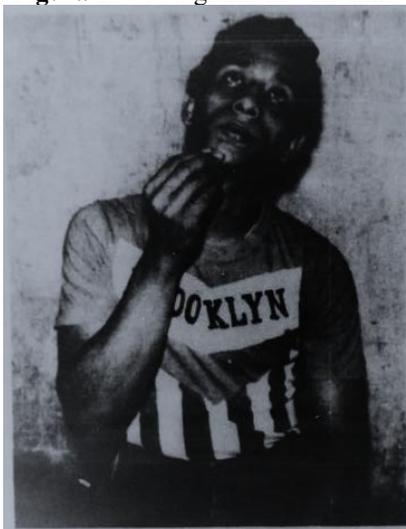
³⁴² Foucault, Michel. **História da Loucura**. São Paulo: Perspectiva, 2012b. p. 439

³⁴³ Foucault, Michel. O poder, uma besta magnífica. In: **Repensar a política**. Ditos e escritos VI. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2013, p. 25–27. p. 155.

³⁴⁴ Caso Klaus. **O Liberal**: jornal da Amazônia, Belém, Ano 37, n. 21074, terça-feira, 18 out. 1983, 1º Caderno/Polícia/PESO DA LEI. p. 19 e Matador de Klaus Keller ficará impune. **O Liberal**: jornal da Amazônia, Belém, Ano 38, n. 21261, quinta-feira, 26 abr. 1984, 1º Caderno/Polícia. p. 19.

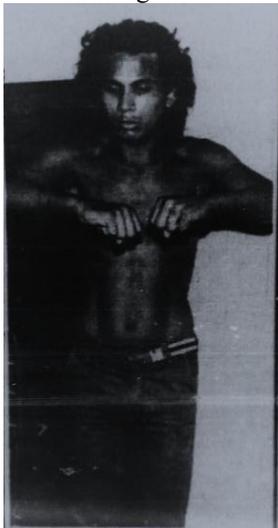
acontecendo. A mão no queixo remete ao pensamento, voltado para si e alheio aos outros. Na **Figura 14**, “Carlão” está em pé, sem camisa, e de acordo com sua posição, provavelmente explicando para a imprensa como aconteceu ao seu depoimento via tortura policial.

Figura 12 - Fotografia de “Silvinho”



O Liberal (1983).

Figura 13 - Fotografia de “Carlão”.



O Liberal (1983).

Este depoimento seria conforme a imprensa uma documentação forjada, uma falsificação derivada da violência policial, pois, “Carlão”, apesar de assassino confesso, declarou posteriormente à inocência, pois teria prestado falso testemunho devido à pressão que sofreu na delegacia, quando foi recolhido pelo delegado do caso. Ou seja, inocente e culpado até que se provasse o oposto.

Tal declaração de inocência, prestada a uma emissora de televisão após a sua prisão na DCCP, viria tumultuar mais ainda o caso, disse a imprensa, pois a juíza Raimunda do Carlos

Gomes, da 7ª Vara Penal, havia pedido informações sobre a revelação de “Carlão”, podendo conceder em favor do acusado um *habeas corpus*. Assim como, para “Silvinho”, que não fora detido, mas que se apresentaria a DCPPE já munido de uma medida judicial para não ser preso.

Quando “Silvinho” foi entrevistado pelo *O Liberal*, umas das características ressaltadas pelo jornal foram os sinais claros de debilidade mental: “visíveis cacoetes”³⁴⁵, “bater a cabeça com a mão”³⁴⁶, e através da própria fala do rapaz de 21 anos, que a ainda cursava a 1ª série do primário (hoje, primeiro ano do fundamental). Silvinho disse à época, “Sei lá, difícil as coisas entrarem na minha cabeça. Imagina que eu não sei nem assinar meu nome direito”³⁴⁷. Declarando ainda que não havia se entregado a polícia, orientado por seu advogado e por sentir medo de ser espancado pelos agentes policiais. Isso, de certo modo, colocaria Silvinho na posição

[...] *do louco enquanto vítima*, enquanto sujeito que sofre com sua patologia e se torna vítima de si, da sociedade e do sistema em que vive. Essa categoria pode ser identificada tanto nos discursos nos quais o louco é vítima de alguma violência devido a sua patologia, como também naqueles em que o louco se torna digno de pena, ao qual lhe é imposto o papel de coitado, de não responsável por si, pois já não tem condição de um autocuidado³⁴⁸.

Isto significa que, por mais que a loucura, em certas circunstâncias, lhe qualificasse como uma pessoa perigosa, isso os categorizava como pessoas doentes, portanto, além de vítimas da condição, tornavam-se sujeitos com necessidade de cuidados, ou seja, “o louco passa a se tornar responsabilidade de outras pessoas ou outras instituições, menos de si mesmo”³⁴⁹.

Portanto, para não se tornar a categoria de análise em que o louco é visto “enquanto responsabilidade da polícia”³⁵⁰, como aconteceu a “Silvinho”, não por sua culpa, mas pela incriminação de outro, este era protegido por seu advogado, o Dr. José Edmundo Carneiro Cutrim, e por sua mãe. Logo, o relacionando com a categoria em que “o louco é visto como

³⁴⁵ Matador de Keller nega acusação. **O Liberal**: jornal da Amazônia, Belém, Ano 37, n. 21002, domingo, 07 ago. 1983, 1º Caderno/Polícia, p. 24.

³⁴⁶ Ibid.

³⁴⁷ Ibid.

³⁴⁸ Franklin, Camila Fortes Monte.; Teixeira, Juliana Fernandes. A construção da figura do louco no Piauí no jornal *O Dia*: um panorama de 1970 a 2019. **Revista Brasileira de História da Mídia**, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 177–197, jan./jul. 2021. p. 183.

³⁴⁹ Ibid. p. 184.

³⁵⁰ “Essa categoria apresenta o estado de vigília em que a polícia se encontra ao tratar de sujeitos considerados loucos em espaços públicos” (Franklin; Teixeira, 2021, p. 184).

responsabilidade da família”³⁵¹. E por estar tutelado, não foi preso, muito menos torturado como “Carlão”.

Considerando a atuação da polícia no contexto da década, e os antecedentes de violência e desvirtuamento da moralidade ante os suspeitos do caso, há de considerar que “Carlão” tenha, sim, sido vítima de espancamento para que confessasse a autoria do crime, ao ponto de envolver um amigo, declarando este o responsável pelas facadas que retiraram a vida de Klaus. “Silvinho”, inclusive, diria ao *O Liberal* que tinha conhecimento da violência policial e da confissão através da violência “e de muitos outros que a gente sabe através dos jornais, televisão e rádios”³⁵².

Apesar do diagnóstico não muito bem esclarecido sobre qual era a deficiência intelectual de Silvio, o rapaz era consciente da sua inocência e do que poderia acontecer caso fosse preso. Enquanto o protagonismo no jornal *A Província do Pará* era dado a “Carlão”, no *O Liberal* foi exclusivo de “Silvinho”. A equipe de reportagem do jornal à época o procurou para ter uma exclusiva, e extrair dele a sua opinião sobre a acusação de “Carlão”. “Silvinho” disse ao jornal que não conhecia Klaus, a não ser quando o viu pela televisão, e que “Carlão” estava o acusando, pois estava namorando uma mulher chamada Nazaré, que no passado havia sido amante de “Carlão”, que foi seu gigolô; e também por este “ter sido barrado numa festa de umbanda realizada na casa de “Silvinho”³⁵³, sob a justificativa de sua mãe Celina “que não queria homossexual na festa”³⁵⁴. A mãe, aqui, atua não só, como aquela que protege o filho das mãos bárbaras da polícia, mas de natureza igual aquela que lhe tutora para não se envolver com pessoas que ela julgava não serem a melhor companhia para seu descendente. Além disso, impede que “Carlão” frequente sua casa, exerce o micro poder para que ele não fosse ao seu terreiro.

Quando os rapazes foram acusados, recaiu sobre os dois que, após uma farra no Bar do Parque, na praça da República, foram, juntamente com Klaus Keller, para a residência deste, e “[...] depois de áspera discussão [...]”, Carlos “[...] manietou o professor por trás, enquanto “Silvinho” aplicava as duas facadas”³⁵⁵. Em sua defesa, o rapaz com “sintomas de

³⁵¹ Aqui podem ser percebidos “[...] dois caminhos pelos quais a família é responsável pelo louco. O primeiro, baseado na vergonha e na necessidade de esconder da sociedade a figura de um louco na família, e o segundo, em que o louco já não pertence mais às barreiras familiares e causa transtornos na cidade, mas todos sabem à qual família pertence e lhe impõem a obrigatoriedade de um cuidado familiar”. (Ibid.)

³⁵² Matador, 1983, p. 24.

³⁵³ Ibid.

³⁵⁴ Ibid.

³⁵⁵ Ibid.

debilidade mental, comprovada através de declaração do Dr. José Edmundo Carneiro Cutrim³⁵⁶, disse estar “sendo acusado injustamente pela morte de Klaus Keller”³⁵⁷, completando os dizeres com o fato de nunca ter visto o professor ou ter frequentado o Bar do Parque, e muito menos ter bebido em uma farra.

Para ele, “Carlão” o odeia, “tem raiva de mim [...] inclusive certa vez ele mandou recado para mim dizendo que ainda cortaria a minha cara”³⁵⁸ — disse Silvio ao jornal. Foi ao contar isso a sua mãe, que as razões da proibição de comparecer na festa de umbanda surgiram.

Carlos possuía infortúnios, mas isso significava que ele era o assassino? Ou que ele estivesse mentido em seus depoimentos? As investigações avançariam e, antes da sua confissão de inocência, quando ainda era considerado culpado, no dia 12 de agosto de 1983 aconteceria o segundo pedido de prisão preventiva, perpetrado pela delegada Rosa Navegantes³⁵⁹, que usou da sua primeira confissão para emitir o mandado. “Carlão” apresentou detalhes antes não mencionados, como a tentativa de Silvinho de se apossar de uma pulseira que estava sendo usada por Klaus no dia do incidente, provocando o desentendimento que levaria “Carlão” a “manietar”, ou seja, imobilizar Klaus pelas costas, permitindo que o outro lhe esfaqueasse duas vezes. O depoente teria dito que o crime aconteceu na cozinha e depois o corpo de Klaus foi arrastado para o seu quarto e lá fora jogado no chão, destoando do resultado da perícia, que expôs a tese do ato ter ocorrido no quarto.

Além disso, a notícia cita uma terceira pessoa que teria um mandado de prisão emitido pela delegada. Ele seria um rapaz chamado Reginaldo, amigo de “Silvinho”, que segundo “Carlão” não estava na casa de Klaus no momento do esfaqueamento. “Carlão” teria livrado ele do crime, mas o jornal dá a entender que a polícia não acreditava na sua inocência.

Passado um mês após a primeira prisão preventiva, no dia 18 de agosto de 1983, lhe foi negada a liberdade, conforme o dito no informe do Circuito Forense, do jornal *Província do Pará*, em *Juíza nega HC para acusado da morte de Klaus Keller*³⁶⁰. Mas não seria a juíza

³⁵⁶ Ibid.

³⁵⁷ Ibid.

³⁵⁸ Ibid.

³⁵⁹ Delegada pede a segunda preventiva para Carlão. **O Liberal**: jornal da Amazônia, Belém, Ano 37, n. 21007, sexta-feira, 12 ago. 1983, 1º Caderno/Polícia. p. 18.

³⁶⁰ Juíza nega HC para acusado da morte de Klaus Keller. **A Província do Pará**, Belém, Ano 107, n. 27.276, quinta-feira, 18 ago. 1983, 2º Caderno/Polícia/Circuito Forense. p. 6.

da 7ª Vara Penal, e, sim, a da 4ª Vara Penal, a juíza Heralda Rendeiro. Esta deduziu “[...] que as alegações do impetrante não [...] mereceram acolhimento, [...] sendo inoportuno o deferimento da medida”³⁶¹. Portanto, assim denegando a ordem pedida pelo advogado de “Carlão”, o defensor João Lima.

As alegações do advogado eram porque “[...] não havia ordem escrita da autoridade competente ou mesmo auto de prisão em flagrante”³⁶². “Carlão” havia sido preso, estando na sua residência no momento do ato, e durante o período de um mês em que esteve preso, “[...] foi submetido a uma série de interrogatórios [...] confessando sua participação no crime”³⁶³. Porém, essa confissão, mais uma vez proferida pelo jornal, e repugnada pelo advogado de “Carlão”, foi “[...] arrancada por meios violentos, custódia que, no entender do advogado, era ilegal por ferir os dispositivos constitucionais”³⁶⁴. Até este momento, “Carlão” permaneceria preso na DCCPE até surgir “Silvinha”, uma vizinha de Klaus.

Na notícia de título de *Irmã de Klaus Keller inocenta os dois acusados do latrocínio*³⁶⁵, ela diria à irmã de Klaus, Clarisse, que nem “Carlão”, nem mesmo o seu amigo “Silvinho” seriam os responsáveis pela morte do professor. Mas que os agentes “Bel”, Louro e Fernando, tinham mais culpa na morte, por serem vistos duas vezes em frente à casa de Klaus nos dias que a polícia considerou para o seu assassinato. Fernando teria, inclusive, uma queixa efetuada pelo próprio Klaus por ameaça de morte, ficha de ocorrência que, segundo “Silvinha”, se encontrava desaparecida. E mais, este sujeito tinha seu nome citado no ponto cantado da agenda do professor tratado no primeiro capítulo desta dissertação.

Para a irmã, e a vizinha adolescente “Silvinha” “[...] há desconfianças de que a autoridade policial que presidente dos autos, “está fabricando criminosos”, pois [...]” acreditava Clarisse “[...] que os verdadeiros homicidas [...]” estavam sendo “[...] acobertados por gente influente [...]”³⁶⁶. A notícia completa que os familiares de “Carlão” e “Silvinho”, acreditavam “[...] que o inquérito policial não [...]” retratava “[...] a verdade dos fatos, que o mesmo apresenta falhas gritantes, escondendo os verdadeiros culpados”³⁶⁷.

³⁶¹ Ibid.

³⁶² Ibid.

³⁶³ Ibid.

³⁶⁴ Ibid.

³⁶⁵ *Irmã de Klaus Keller inocenta os dois acusados do latrocínio. A Província do Pará*, Belém, Ano 107, n. 27.281, terça-feira, 23 ago. 1983, 2º Caderno/Polícia. p. 8.

³⁶⁶ Ibid.

³⁶⁷ Ibid.

Aguardariam a decisão da juíza Maria do Carmo, da 7ª Vara Penal, se esta inocentaria ou não “Carlão”, e lhe concederia o habeas corpus. Mas essa decisão poderia vir de outra juíza, pois segundo a notícia *JUIZ pode libertar acusados da morte de Klaus Keller*³⁶⁸, seria a magistrada Carmenci Cavalcante a responsável pelo parecer. Nesta notícia, também foi informado que “Silvinho” não fora detido, pois estava hospitalizado em estado grave, devido a uma doença que o jornal definiu como “nervosa”.

Citam ainda um pedido de corpo de delito para “Carlão” que fora seviciado na DCCPE, mas não apresentam o resultado do referido exame. E, por fim, falam da “[...] hora oportuna para apresentar a adolescente “Silvinha” [...]” que teria visto os hipotéticos e reais assassinos de Klaus Keller”.

Tantas testemunhas, algumas priorizadas, outras simplesmente ignoradas; tantos suspeitos, alguns presos, outros violentados para prestarem falso testemunho. Nenhuma das diligências policiais surtiram efeito, pois não levaram a uma solução. Em 02 de março de 1984, quase um ano após a morte do professor, o caso estava para a imprensa, falido. E tal afirmação partiu do próprio jornal *A Província do Pará* na notícia de título *MORTE de Klaus Keller ficará insolúvel*³⁶⁹. A razão dessa manchete era o fato do depoimento prestado por “Silvinha” à juíza Carmenci. Esta, após o depoimento da garota, poderia declarar “Carlão” e “Silvinho” inocente das acusações. E assim, considerar o trabalho de acusação do delegado Otacílio, “[...] que por todos foi criticado, por ter sido achado direcionado a algum interesse [...]”, tornar-se-ia “[...] abstrato, infrutífero e decadente”³⁷⁰.

Em testemunho a juíza, “Silvinha” disse não reconhecer “Carlão”, nem mesmo “Silvinho” como um dos três homens que viu entrando pela porta dos fundos da casa de Klaus no sábado à noite, por volta das 23:00 horas. Esses homens foram na casa do professor em um fusca branco, bateram na porta da frente insistentemente, mas como não foram atendidos, entraram pela lateral indo em direção aos fundos, refutando a ideia de que Klaus havia aberto a porta da frente para o seu assassino.

Como a menina já tinha visto várias vezes outros homens frequentando a casa do professor, sabia reconhecer que “Carlão” e “Silvinho” não estavam na lista. Perguntada três

³⁶⁸ Juiz pode libertar acusados da morte de Klaus Keller. *A Província do Pará*, Belém, Ano 107, n. 27.704, sexta-feira, 16 set. 1983, 2º Caderno/Polícia. p. 8.

³⁶⁹ Morte de Klaus Keller ficará insolúvel. *A Província do Pará*, Belém, Ano 107, n. 27.865, sexta-feira, 02 mar. 1984, 2º Caderno/Polícia. p. 7.

³⁷⁰ *Ibid.*

vezes pela juíza se eram eles, a menina respondeu negativamente. Fazendo deste caso mais uma peça do “museu dos crimes insolúveis” cujo acervo, segundo *A Província do Pará* “é tristemente valioso.”

No dia 18 de outubro de 1983³⁷¹, *O Liberal* já falava que os depoimentos dos suspeitos do caso iriam revelar “num futuro bem próximo” que tudo não passou de “mais um erro policial, como muitos que têm ocorrido”. Essa afirmação é uma constatação de uma opinião compartilhada a respeito da atuação policial na condução de casos criminais. Tornou-se comum nesse período e em outros a acusação de pessoas que não tinham envolvimento, seja em crimes de latrocínio, homicídio, entre outros.

O depoimento de “Carlão” foi para o jornal “estarecedor”, por revelar um lado negligente da polícia belenense. Principalmente por parte do delegado Otacílio, que já estava com o seu nome envolvido em vários casos sem solução, e de “Lili Cartucheira”, aqui chamado por seu nome de registro, Leonidas Paruaná, o homem que comandou as sevícias contra “Carlão” e o forçou a assumir o crime³⁷².

Essas denúncias, aliado aos novos depoimentos, e ao processo de finalização do inquérito policial, cruzando com a insistência da irmã de Klaus para depor, tempestuava cada vez mais a narrativa sobre o caso. Para *O Liberal*, o depoimento da irmã era uma “bomba”, pois ela iria “contar tudo o que sabia “[...] e que não foi levado em consideração pela polícia, por ocasião da tramitação do inquérito policial”³⁷³.

No dia 21 de outubro³⁷⁴, o promotor de Justiça, Manoel Castelo Branco, havia dado parecer favorável a concessão de liberdade a “Carlão” e “Silvinho” por prisões preventivas, mesmo que “Silvinho” não tivesse sido preso, devido a sua condição de “débio mental”³⁷⁵. Mas a decisão final partiria da juíza Carmenci Cavalcante, que teria ouvido os dois em juízo. A notícia se encerrou enfatizando, mais uma vez, que os acusados disseram “que tudo foi “arranjando pela polícia para incriminá-los”³⁷⁶, dando evolução para a inocência dos dois a cada passo.

³⁷¹ Caso, 18 out. 1983, p. 19.

³⁷² Ibid.

³⁷³ Ibid.

³⁷⁴ Caso Klaus. **O Liberal**: jornal da Amazônia, Belém, Ano 37, n. 21077, sexta-feira, 21 out. 1983, 1º Caderno, Polícia/PESO DA LEI. p. 19.

³⁷⁵ Ibid.

³⁷⁶ Ibid.

No dia 25 de novembro³⁷⁷ os estereótipos ainda persistiam: Carlos, o “macumbeiro” ou “pai de santo”, e Sílvio, o “débio mental” e “doido” seriam reinquiridos pela juíza do caso. E no dia 15 de dezembro esta recolheria o depoimento do garçom do Bar do Parque, homem que trabalhava há 11 anos no estabelecimento, tendo declarado, segundo a notícia do dia 16 de dezembro,³⁷⁸ que, nunca havia visto “Silvinho” ou mesmo “Carlão” no recinto. E no dia da morte de Klaus, este não estivera no bar. “Por outro lado, afirmou ainda o garçom que, o professor Klaus Keller não era frequentador assíduo do Bar do Parque e, durante os 11 anos que ali [...]” trabalhou “[...] viu a vítima pouquíssimas vezes no estabelecimento comercial, mesmo assim sozinho e sem ingerir qualquer espécie de bebida alcoólica”³⁷⁹.

No dia 23 de dezembro³⁸⁰, dois dias antes do Natal, “Carlão” e “Silvinho” terias suas prisões preventivas revogadas pela juíza Carmenci. Esta disse em sua sentença “que ‘encerrada a instrução criminal’ cessou a razão primordial da custódia preventiva dos acusados”³⁸¹. A instrução criminal seria justamente “a fase do processo criminal (da ação penal), após o inquérito policial e a denúncia, em que são colhidas as provas. Assim, juntam-se os elementos capazes de convencer o juízo para a sentença penal, seja em favor de uma eventual condenação ou de uma absolvição”³⁸². Neste caso, houve a absolvição dos acusados. A irmã de Klaus diria que os verdadeiros culpados “foram outros elementos, que a polícia nunca procurou interrogar como deveria”³⁸³.

Ao sair do presídio São José, “Carlão”, novamente tratado como “macumbeiro” e “tendo como seu santo o “Tranca Rua”³⁸⁴ reforçando o estereótipo, “chorava de alegria”. E ao ser inquirido pelo jornal *O Liberal*, “[...] ele afirmou que, em breve estará provando sua inocência, juntamente com “Silvinho” que, como, foram duas vítimas da polícia”³⁸⁵. Mesmo

³⁷⁷ Caso Klaus. **O Liberal**: jornal da Amazônia, Belém, Ano 38, n. 21112, sexta-feira, 25 nov. 1983, 1º Caderno, Polícia/PESO DA LEI. p. 19.

³⁷⁸ Caso Klaus. **O Liberal**: jornal da Amazônia, Belém, Ano 38, n. 21133, sexta-feira, 16 dez. 1983, 1º Caderno/Polícia/PESO DA LEI. p. 23.

³⁷⁹ Ibid.

³⁸⁰ Suspeitos do assassinato de Keller já estão em liberdade. **O Liberal**: jornal da Amazônia, Belém, Ano 38, n. 21140, sexta-feira, 23 dez. 1983, 1º Caderno/Polícia. p. 15.

³⁸¹ Ibid.

³⁸² Art. 394 ao art. 405 do CPP Comentado: instrução criminal (projuris.com.br). Disponível em: [https://www.projuris.com.br/cpp/art-394-ao-art-405-do-cpp/#:~:text=\(1\)%20A%20instru%C3%A7%C3%A3o%20criminal%20%C3%A9,condena%C3%A7%C3%A3o%20ou%20de%20uma%20absolvi%C3%A7%C3%A3o.](https://www.projuris.com.br/cpp/art-394-ao-art-405-do-cpp/#:~:text=(1)%20A%20instru%C3%A7%C3%A3o%20criminal%20%C3%A9,condena%C3%A7%C3%A3o%20ou%20de%20uma%20absolvi%C3%A7%C3%A3o.)

³⁸³ Suspeitos, op. cit., p. 15.

³⁸⁴ Ibid.

³⁸⁵ Ibid.

recobrando a liberdade, não deixou de dizer que iria se sentir “amedrontado que qualquer represália por parte de algum policial que ele acusou à magistrada”³⁸⁶.

O medo não é mais proveniente do criminoso ou dos atos criminosos, mas da atuação da polícia, é um medo oficial, um medo do Estado, o medo da segurança pública, daqueles que deveriam garantir que a população não sentisse medo. É um temor que provém da tortura, do emparelhamento policial, da subjugação e coação da força pública. “Carlão” possuía esse medo, pois não foi só a sexualidade (esta podendo ser ocultada), que fez os agentes lhe perseguirem, mas o seu tom de pele e sua fama de “macumbeiro”, uma necropolítica que age consistentemente no sentido de fazer silenciar esse segmento, julgado pelo tom de pele e pelas práticas religiosas.

Antes que saísse a sentença final, o jornal diria que o crime cometido contra Klaus ainda daria “muito o que falar, pois para muita gente” ele não havia ainda sido “elucidado”³⁸⁷. Quando chegou em 1984, já nas suas alegações finais, o promotor Castelo Branco já havia entregado o seu parecer, e agora faltava ao criminalista Wilson Magalhães, defensor de “Carlão” e “Silvinho” fazer o mesmo, em obediência ao requerimento da juíza. Ademais, a notícia³⁸⁸ revelou que mesmo com o resultado da instrução criminal, três investigadores da polícia ainda iriam continuar trabalhando no caso, pois para muitos agentes a morte do professor ainda não havia sido desvendada. Permanecendo sem solução.

No dia 04 de fevereiro de 1984³⁸⁹ o jornal divulgaria o parecer final de Castelo Branco, que alegaria a falta de provas para a incriminação e a inexistência de antecedentes criminais. A condenação e pedidos de prisão preventiva perpetrada contra os suspeitos não poderia partir de uma denúncia anônima feita à escritã da DVG. É citado que a confissão, a única prova possível, foi resultado de coação policial, portanto, qualificada como inválida. Analisado todos esses quesitos, só restava ao defensor de “Carlão” e “Silvinho” entregar o seu parecer para a juíza lavrar a sentença. E, assim foi feito.

No dia 26 de abril de 1984, esta declaração era emitida no jornal:

“Lamentavelmente mais um grave crime cometido em nossa capital, vai ficar sem punição, por não serem encontradas provas da autoria, e isso acontece mais pelas

³⁸⁶ Ibid.

³⁸⁷ Ibid.

³⁸⁸ Caso Klaus. **O Liberal**: jornal da Amazônia, Belém, Ano 38, 21180, sexta-feira, 03 fev. 1984, 1º Caderno/Polícia/PESO DA LEI, p. 17.

³⁸⁹ Caso Klaus. **O Liberal**: jornal da Amazônia, Belém, Ano 38, n. 21181, sábado, 04 fev. 1984, 1º Caderno/Polícia/PESO DA LEI, p. 21.

grandes falhas ocorridas nas investigações iniciais, durante o inquérito policial, em que não foram ouvidas pessoas que muito poderiam esclarecer sobre o fato delituoso, e menos pelos esforços deste juízo durante a instrução criminal, que não permanecendo estática, chegou a determinar diligências para um melhor esclarecimento da verdade”³⁹⁰.

A pessoa que emitiu esse manifesto foi a juíza Carmenci, que considerou os depoimentos prestados para proferir a sentença de “Carlão” e “Silvinho”. Eles foram considerados inocentes e vítimas da ação policial que, segundo a juíza, tinha conhecimento do “método usado pelas autoridades — a violência — quando querem obter uma confissão”³⁹¹. Portanto, era reconhecido que a violência se fazia uma

[...] prática de ações voltadas para preservar interesses específicos através de instrumentos coercitivos explícitos ou sutis de qualquer natureza, em contraposição aos mais legítimos interesses e direitos coletivos, desqualificando a práxis democrática, crítica e reflexiva e instituindo, com a finalidade de perpetuar, fatos e situações intensas de força e desproporcionais à utilidade tolerável da aceitação da dominação como fruto das relações de poder, impondo, assim, um ambiente de não questionamento da realidade com o intuito de reproduzi-la³⁹².

Mas diferente de outros casos, essa violência foi questionada, investigada e denunciada. Em um contexto ditatorial, mas de abertura política, esta investigação foi uma retomada democrática, em defesa de suspeitos fabricados e de sexualidade evidente. Mesmo não provando que foi violentado, e ter confessado o crime através da tortura, a juíza considerou que “[...] a confissão não induz prova plena [...]”, pois “[...] para ser aceita necessário se torna que esteja de acordo com as demais provas [...]”³⁹³. Não havendo acordo, numa sentença de 26 laudas, ela impôs a absolvição dos acusados. Esta sentença também foi citada no jornal *Diário do Pará* que declarou a falta de provas. “Os acusados ganharam a liberdade, munidos do Alvará de Soltura, embora a opinião pública acreditasse na condenação de “Carlão” e “Silvinho”³⁹⁴.

Dentre os três jornais, as fontes do *Diário do Pará* foram as que menos tiveram participação nessa narrativa. Parte disso se deu pela falta de boa parte das edições do ano de 1983 que não se encontram disponíveis na Hemeroteca Digital Brasileira, muito menos nos arquivos do CENTUR. O nome de Klaus seria colocado ao lado de outros homens que, ao

³⁹⁰ Matador, 1984, p. 19.

³⁹¹ Ibid.

³⁹² Faria, José H., & Meneghetti, Francis K. A instituição da violência nas relações de trabalho. José H. Faria. (Org.) **Análise crítica das teorias e práticas organizacionais**. São Paulo: Atlas, 2007. p. 283.

³⁹³ Matador, 1984, p.19.

³⁹⁴ Fernandes, Wanderley. Carlão é absolvido. **Diário do Pará**: um jornal da Planície, Belém, Ano 2, n. 452, quinta-feira, 16 abr. 1984, 1º Caderno/Polícia/Lei dos Homens. p. 7.

longo da década de 80, igualmente tiveram suas mortes envolvidas em mistério, causando “[...] descrédito em determinadas autoridades investigantes”³⁹⁵.

Isto fazia com que o anseio de alguns jornalistas se mostrasse nas páginas do *Diário do Pará*, perguntando: “E quem matou o meu amigo professor Klaus Keller?”³⁹⁶ Mas, infelizmente, para o jornal, o caso já havia entrado “para a lista de crimes insolúveis”³⁹⁷. Tal discurso, se repetiria sempre que o caso era lembrado, associado ele a outros com semelhantes fins. Seriam adjetivados como enigmáticos, sem resolução, um resultado da imprudência policial, que fora negligente com a captação dos depoimentos, com o recolhimento das provas e com o apontamento de pessoas que nada tinham com o crime, a incriminando por meio da violência. Nesses tipos de caso, “nem sempre o autor do crime é aquele que figura as indagações policiais”³⁹⁸, como pudemos perceber ao longo da narrativa.

3.2 “Deixar morrer”: além de Klaus, outros casos no horizonte.

A morte de homossexuais na década de 80 era rotineira, um acontecimento tratado como normalidade. O historiador e antropólogo baiano Luiz Mott já dizia

“a violência contra os homossexuais brasileiros assume proporções ainda mais chocantes, havendo lastimavelmente um hediondo complô do silêncio contra sua divulgação. Enquanto matança de meninos de rua, índios, favelados e presidiários recebe justa repulsa internacional, os mesmos defensores dos direitos humanos ignoram ou se calam perante os assassinatos de gays e lésbicas”³⁹⁹.

Mas a história de Klaus tomava outras proporções, ela foi denunciada, reverberada, e a polícia cobrada. Dia após dia, a imprensa desejava saber quem havia entrado na casa da vítima, e no silêncio tirado a vida do professor.

Contudo, a abordagem predominantemente sensacionalista da imprensa, sobretudo durante a década de 1980 [...], favoreceu uma visão parcial da vitimização de homossexuais que muitas vezes tendia a “confirmar” — até mesmo para o próprio movimento — representações vigentes sobre a homossexualidade, nas quais a tragédia era, de alguma forma, efeito de fraquezas morais e de escolhas das próprias vítimas. Essas representações eram particularmente fortes no caso de as vítimas

³⁹⁵ Crimes insolúveis que tão cedo não serão esclarecidos. Descrédito. *Diário do Pará*, Belém, Ano 5, n.1693, quinta-feira, 10 mar. 1988, Polícia. p. 7.

³⁹⁶ Araújo, Luiz. Raspadas. *Diário do Pará*, Belém, Ano 7, n. 1365, sábado, 20 jan. 1990, Esportes/Esporte. p. B-3.

³⁹⁷ Linha Direta. *Diário do Pará*: um jornal da Planície, Belém, Ano 4, n. 1333, quarta-feira, 11 mar. 1987, 1º Caderno, Política/Repórter Diário. p. 3.

³⁹⁸ Crimes insolúveis e descaso policial. *Diário do Pará*, Belém, Ano 5, n. 1511, domingo, 06 set. 1987, Polícia/Lei dos Homens. p. 7.

³⁹⁹ Mott, Luiz. Os homossexuais: as vítimas principais da violência. In: VELHO, Gilberto & ALVITO, Marcos (Orgs.). *Cidadania e violência*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ: Editora FGV, 1996. p. 103.

serem travestis e no caso de assassinatos de homossexuais de classe média por garotos de programa⁴⁰⁰.

E não sendo a morte de Klaus a única em apresentar as características de ocorrências que a imprensa denominou de “Casos da “Histeria Coletiva”⁴⁰¹, em 1985, outro caso emblemático seria trabalhado nas páginas dos três jornais. No entanto, a morte de mais um homem homossexual, seria apenas uma adição em uma estatística que tendenciava para o crescimento. Mais uma vez, a vítima esteve estampada e tratada ultrajantemente, sendo o escopo da imprensa que, novamente, depositaria as dúvidas e criticaria o atraso na resolução do caso pela polícia.

As imagens utilizadas, desumanizaria o indivíduo homossexual, expondo o seu corpo morto como um estranho que não poderia ser reconhecido pelo seu estado cadavérico. Como mostra a imagem abaixo:

Figura 14 - Adarlindo Costa em foto 3x4 (à esquerda) e morto no banheiro (à direita).



Fonte: Diário do Pará (1986)

A morte, descoberta na tarde do dia 07 de outubro de 1985, foi desvendada no apartamento 03, da travessa Primeiro de Março, n. 656, no Bairro da Campina. Adarlindo Rodrigues da Costa de 63 anos foi encontrado morto no banheiro, somente de cueca, amordaçado e com perfurações pelo corpo, 12 no total. De acordo com Mott, “[...] o matador que desfere tantos golpes num parceiro homossexual não quer apenas matar aquele indivíduo em particular, e sim atingir toda a espécie dos veados, destruindo seu próprio desejo

⁴⁰⁰ Ramos, Silvia. Carrara, Sérgio. A Constituição da Problemática da Violência contra Homossexuais: a Articulação entre Ativismo e Academia na Elaboração de Políticas Públicas. **PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 16, n.2, p. 185–205, 2006. p. 191–192.

⁴⁰¹ Fernandes, Wanderley. O contraditório e a ótica do julgador. Acusados por Motta. **Diário do Pará**, Belém, Ano 5, n. 1694, sexta-feira, 11 mar. 1988, Polícia/Leis dos homens. p. 7.

homossexual”⁴⁰². No entanto, seria esse o caso? A manchete era clara sobre o número de facadas, mas ainda não dava para ter a certeza se quem o matou havia sido um parceiro homossexual, muito menos se havia uma negação dos seus desejos sexuais.

Figura 15 - Manchete: “APOSENTADO MORRE COM DOZE FACADAS”



Fonte: A Província do Pará (1985)

Adarlindo, a vítima, seria tratado tanto pelo periódico *A Província do Pará*, quanto pelo *Diário do Pará* como o “aposentado gay”, marcando a sua sexualidade em muitos momentos ao longo das narrativas. No entanto, o que tornaria este caso mais danoso não era só a morte e o uso da sexualidade como objeto manipulável à venda, mas como ela foi abordada nas páginas policiais, e mais, como a história das identidades de gênero e sexualidades dissidentes envolvidas se desenvolveram nas páginas dos jornais.

A narrativa iria se diferenciar das outras por conta da sua resolução, já que neste caso a polícia chegou aos culpados pelo crime. O primeiro sujeito que a imprensa nos apresenta é Mamãe Dolores, indivíduo cuja notícia de jornal é apresentada como o “epíteto” ou “apelido” de Antônio Pereira da Silva ou Antônio Pereira da Cruz (nome da “pia batismal”⁴⁰³ ou de “registro civil”). Ocasionalmente tratada pelo pronome masculino, e em momentos pelo pronome feminino, Dolores é categorizada como “homossexual” ou “travesti” pelas notícias e manchetes do jornal.

Sem residência fixa, quando não, moradora da Rua Henrique Gurjão, s./n., bairro do Reduto, Dolores tinha 23 anos, era solteira, travesti, paraense, negra⁴⁰⁴, frequentadora da

⁴⁰² Mott, 1996, p. 129.

⁴⁰³ Assalto no Jubileu. Pivete mostra como matou o aposentado gay. *Diário do Pará*, Belém, ano 3, n. 983, 18 jan. 1986. p. 8.

⁴⁰⁴ Vendo por uma perspectiva atual, Mamãe Dolores é uma mulher trans, porém o termo mais referido a essa categoria de gênero na década de 1980 é o travesti. Devido os seus marcadores de opressão, não foi permitido a ela expor e defender o seu gênero diante das notícias de jornal. O fato de ser negra também anula sua identidade, pois mulheres negras foram, por muito tempo, “vistas como lascivas, violentas, primitivas, “más mães” ou “matriarcas” abusivas” (Dorlin, 2016, p. 256). Tais classificações derivam do estereótipo da raça, que perenizou a exclusão das mulheres negras dos meios sociais dominados pelas ideologias e organizações de mulheres

Praça da República, do Bar do Parque, e da Avenida Assis de Vasconcelos. E utilizava desses espaços para desenvolver suas transas amorosas. No entanto, pelas autoridades policiais e as múltiplas notícias em que Dolores é citada, recaia sobre ela acusações de que circulava pelos logradouros para praticar o furto, aliciar adolescentes para o crime, fazer o trânsito de tóxico (venda de drogas ilícitas).

Ao longo das narrativas, descobriu-se que foi a transexual que realizou a intermediação do encontro de Adarlindo com seu assassino, encontro este que, conforme as fontes de jornal, estava premeditado para arrancar dinheiro do homem que era considerado “uma bicha” cheia do dinheiro”⁴⁰⁵. Dolores é tratada como um indivíduo excluído, marginalizado, com sua identidade e diferenças ocultadas e subordinadas pela ideia de nação⁴⁰⁶. Ou seja, de acordo o pensamento de Stuart Hall, ao construir e estabelecer uma nação, há a tentativa de homogeneizar sua população, e torná-los o povo por meio de dispositivos que forjam a identidade nacional. É uma lógica que de certo modo parte do biopoder, pois a sua tecnologia de disciplinarização tem o intuito de controlar o corpo do ser dissidente. E logo, a sociedade na totalidade através da bio política, regulamentando seu comportamento.

De um lado, da parte das disciplinas do corpo: adestramento, intensificação e distribuição das forças, ajustamento e economia de energias. Do outro, o sexo pertence à regulação das populações, por todos os efeitos globais que induz”⁴⁰⁷.

Mas o sexo de Dolores não é compreendido pela imprensa, muito menos sua identidade de gênero. Sua atuação como “mãe” no período, confunde aqueles que a tratam como um homem. Ela acolhia adolescentes em situação vulnerável, o que lhe conferia a representação de matriarca, e de uma transexual que se aproveitava desses adolescentes abandonados ou que fugiam de suas famílias para utilizá-los como massa de manobra para a venda e consumo de drogas. Prática que talvez tenha levado ela a conhecer o assassino de Adarlindo, Raimundo do Socorro Nascimento, chamado pelo apelido de “Pintinho Dadá”.

Ele, que já era um conhecido de longa data de Dolores, atuava na venda de tóxico (drogas) na cidade e era michê, fato que permitiu o cruzamento deste rapaz com Adarlindo. “Pintinho Dadá” foi condenado há 15 anos de prisão, após o processo de investigação que lhe

brancas, pois estas as classificavam como moralmente duvidosas. Portanto, Mamãe Dolores, negra e de identidade ininteligível, poderia ser homossexual, bicha ou travesti, mas mulher, estava fora de questão.

⁴⁰⁵ Ibidem, 18 jan. 1986, p. 8.

⁴⁰⁶ Hall, Stuart. **A identidade cultura na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DPYA, 2006. p. 7-76.

⁴⁰⁷ Foucault, Michel. **História da Sexualidade, volume 1: A vontade de saber**. São Paulo: Editora Graal, 2012, p. 158.

apontou como culpado após confissão. Foi julgado e condenado no dia 23 de novembro de 1987 pela juíza Yvone Santiago Marinho, no entanto, por recorrer da decisão, o defensor criminalista Djalma Farias o livrou da prisão. Em 1990, “Pintinho”, Dolores, e a travesti Alabá, citada nas notícias, mas pouco explorada no caso, permaneciam livres. Mantendo o caso de Adarlindo sem um culpado condenado.

O caso seguinte de morte de um homossexual conhecido na cidade de Belém seria o do assassinato do jornalista e advogado Paulo Souza. O crime bárbaro aconteceu em um cinema que ficava em frente a praça Justo Chermont, defronte a Basílica de Nossa Senhora de Nazaré, o famoso Cine Iracema, que contrastava com o sagrado a poucos metros dali exibindo o filme “22 Centímetros de Penetração Perfeita”, película cujas fontes de jornal denunciavam o atraindo de muitos homossexuais, entre eles Paulo Souza “[...] jornalista, advogado e colunista social [...]”⁴⁰⁸ — o homem assassinado. Segundo as principais manchetes, ele havia sido “crivado de bala”, e encontrado morto no chão do banheiro desta casa de espetáculos cinematográficos.

Figura 16 - Paulo Souza em decúbito ventral no chão do banheiro do Cinema Iracema.



Fonte: Diário do Pará (1988). Fotografia de Fernando Nobre.

O corpo estranho⁴⁰⁹ de Paulo, unido ao de Klaus e Adarlindo, julgados por seus comportamentos, estavam, ao mesmo tempo, desprezados e alheios das decisões que no mesmo contexto eram tomadas no centro do país. Com uma Assembleia Constituinte em

⁴⁰⁸ Assassino é um militar. **A Província do Pará**, Belém, ano 112, n. 30.218, terça-feira, 16 de agosto de 1988. 1º Caderno/Polícia, p. 12.

⁴⁰⁹ Esta forma de se referir ao corpo de Paulo Souza faz referência ao título do livro de Guacira Lopes Louro, *Um corpo estranho* (2020), citado no primeiro capítulo. Este discute a Teoria Queer e o título se refere aos sujeitos das identidades e sexualidades desviantes ou não-heteronormativa.

andamento e casos alarmantes de preconceito, violência e assassinatos de homossexuais e travestis em todo o território nacional. O corpo estirado no chão de Paulo Souza não foi suficiente para acrescentar na Constituição de 1988 os crimes de discriminação ou preconceito de orientação sexual e/ou identidade de gênero. Restando aos sujeitos envolvidos no assassinato a entrada no rol de casos, e fonte histórica para os ocorridos em Belém, na década de 80, pela ótica da imprensa.

Enquanto dois veículos de comunicação apontavam quatro disparos⁴¹⁰, outro revelava ter sido cinco tiros⁴¹¹. Tais projéteis marcaram o seu corpo, retirando a vida do jornalista, transformando este homem não apenas em um colunista social assassinado, mas em um homossexual igual a Klaus e Adarlindo, “mortos com certas prerrogativas”, pois conforme o discurso estabelecido, Paulo era “tarado”⁴¹², qualificação justificada pela sua ida ao banheiro com o propósito de se encontrar com outro homem e, intencionalmente, praticar sexo com outros que por ali aparecessem.

Pela imprensa, não podemos definir concretamente a consciência dos indivíduos e dos seus atos transgressores. Paulo Souza era um homem público, trabalhador, versado, e naturalmente, tinha conhecimento de seu ato imprudente. Fazer sexo em banheiro público era, e se mantém pelo Art. 233 do Código Penal Brasileiro, crime do ultraje público ao pudor. Quem o matou, quiçá tinha o saber da transgressão, e usou da libertinagem para chantagear, exigindo pagamento em dinheiro, crime de extorsão consoante o Art. 158 do Código anteriormente citado.

Este delito, conforme as testemunhas da reportagem, era práxis recorrente, já que muitos outros utilizavam o banheiro para cometer atos libidinosos, e eram pegos desprevenidos ou intencionalmente para a realização de seus desejos sexuais. Quem presenciou o caso apresentou diferentes versões, perspectivas múltiplas de um mesmo fato. Mas no fim, o discurso do jornal definiu: o homicida, o ser consciente, o herói que pune; enquanto Paulo Souza, o homossexual infrator ou o gay “tarado”.

Apesar da polícia ter chegado ao acusado pela morte de Paulo Souza, ainda havia a incerteza e possibilidade de ele não ser o verdadeiro culpado. Pois o trabalho da polícia estava sempre posto à prova, já que se perdia “nas diligências” e na identificação “de elementos

⁴¹⁰ *A Província do Pará e O Liberal*.

⁴¹¹ *Diário do Pará*.

⁴¹² Soldado Rodrigues, da PM, matou Paulo Souza. **Diário do Pará**, Belém, Ano 6, n. 1997, quarta-feira, 11 jan. 1989, Polícia/Polícia. p. B-7.

apenas suspeitos”. Na falta de pistas, muitas vezes paravam as investigações, e na conclusão do inquérito, “nem sempre o autor do crime” era aquele que figurava “[...] às indagações policiais, como aconteceu com o crime do professor Klaus Keller”⁴¹³.

Em 16 de agosto de 1988, na seção Repórter Diário, da editoria Política Local, o *Diário do Pará* declarava que “[...] a crônica policial de Belém tem pelo menos meia dúzia de registro de crimes em que as vítimas eram homossexuais. E, em todos os casos, os criminosos, apesar da repercussão dos crimes, por serem os assassinados pessoas conhecidas na cidade, permanecem impunes”⁴¹⁴.

Unidos ao caso de Klaus, Adarlindo, e Paulo Souza, também tínhamos “Ricardo Guerra ou “o Guerrinha”, [...] baleado na galeria do Cinema Palácio”, Wilkens “[...] colunista social [...] assassinado no elevador do edifício Nazaré; Carlota “[...] encontrado morto em um apartamento no edifício Fátima (King Hotel)”, e “[...] o ex-deputado Américo Silva” morto dentro do seu local de trabalho, a Companhia Brasileira de Alimentos (Cobal), extinto órgão do Ministério da Agricultura.

Sobre Wilkens, sua morte teria acontecido no início dos anos 70, em circunstâncias que o jornal declarou como não desvendadas⁴¹⁵, permanecendo insolúvel. Carlota, pelo contrário, teve seu assassinato solucionado, inclusive, o seu facínora, chamado Jânio, fora condenado há nove anos de prisão⁴¹⁶. Francisco Ferreira da Silva era o nome de batismo da travesti Carlota que era dona de uma casa de prostituição em Belém⁴¹⁷, ela foi morta no ano de 1979, e o julgamento do seu assassino se deu no ano de 1983, no mesmo período em que aconteciam as investigações sobre a morte de Klaus.

Sobre o ex-deputado Américo apesar de não haver indícios de que ele era homossexual, seu algoz conta que o motivo de lhe ter assassinado foi por legítima defesa, pois “não concordava com determinadas exigências, e chegou a ser ameaçado com uma arma de fogo, para ceder” sexualmente a Américo, versão que polícia descartou, considerando uma mentira “fantasiosa e enganadora”, que tinha por objetivo “sensibilizar a opinião pública e com isso influenciar o trabalho policial”. Rivleta, o assassino, era para o *Diário do Pará* uma

⁴¹³ Pelo menos em Belém o crime perfeito existe. Paulo Fonteles. **Diário do Pará**, Belém, n. 1623, terça-feira, 29 dez. 1987, Polícia. p. 7

⁴¹⁴ Repórter Diário. **Diário do Pará**, Belém, n. 1852, terça-feira, 16 ago. 1988, Política Local. p. A-3

⁴¹⁵ Ibid.

⁴¹⁶ Ibid.

⁴¹⁷ Ibid.

“verdadeira víbora rastejando à procura de novas vítimas” que teria arquitetado “friamente a ocultação do cadáver”.

O que nos leva a pensar, será que esses crimes estavam vinculados a uma única pessoa? O *modus operandi*⁴¹⁸ carregavam certas semelhanças, sempre homens mais velhos, encontrados e condições análogas. Seria o assassino de Klaus, Paulo, Wilkens, e “Guerrinha”⁴¹⁹ a mesma pessoa? Ou seriam as vítimas pessoas com práticas em comum, célebres, festivos e boêmios, que gostavam da companhia de outros rapazes, que em determinadas situações pagavam pelos serviços sexuais, ou caíam em ciladas, objetivadas ao latrocínio, e, conseqüentemente, ao homicídio?

Ou seria esta mais uma falta de assistência do Estado, de pessoas não interessadas em evitar a mortandade. Seria uma bio/necro política atuando nesse momento, não mais como simbólica diante da população homossexual? De fato, isto poderia estar ligado, por uma série de fatores, entre as quais, não só age a invisibilidade da identidade/sexualidade, como juntamente a atuação heterossexista dos órgãos governamentais. Este agindo através da instrumentalização, disciplina, e imposição de ideias que vão caracterizar as mortes como apenas mais um rito de passagem, em nada ligados a formas de opressão que decidem se eles devem viver, morrer ou serem silenciados.

De todo modo, as mortes não pararam, leis nunca foram aprovadas, de 1988 até os dias atuais não foi aprovada nenhuma legislação direcionada exclusivamente a população LGBTQIA+. A única garantia de direitos para quem sofre discriminação ou preconceito é a Lei 7.716/18, a Lei de Racismo, utilizando da mesma para punir as condutas homofóbicas e transfóbicas. Tal alteração não foi proposta pelo Congresso Nacional, mas modificada pelos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), em 2019.

As denúncias feitas pelo GGB, citadas na introdução desta dissertação, em sua maioria derivadas de notícias publicadas em jornais, e também através compartilhamento entre militantes⁴²⁰, ajudaram a expor os crimes e a violência que essa população enfrentava e enfrenta diariamente, dando oportunidade para que essas vidas perdidas pudessem dar um último suspiro.

⁴¹⁸ Termo jurídico que significa “o modo de operar/ modo de agir”. Geralmente utilizado como método de uma equipe investigativa para encontrar um assassino que comete crimes em série com certas semelhanças.

⁴¹⁹ Sobre esse caso não encontrei nenhuma fonte até o momento que me forneça mais detalhes do crime, sua data, e se por acaso encontraram um culpado.

⁴²⁰ “Em 2001, dos 132 assassinatos registrados pelo GGB, 76% tinham tido como fonte os jornais; 15% a internet e 9% informações orais, televisão ou cartas enviadas à entidade” (Mott et al, 2002, p. 56).

No entanto, os homossexuais, e demais pessoas que enfrentam o controle social de seus comportamentos, sexualidades e modos de vida, considerados dissidentes, perigosos e invisibilizados até que decidam reivindicar seus direitos, continuam desassistidos. Não serei tolo em dizer que a situação não melhorou, no entanto, as estatísticas não mentem. A lógica inclina-se para deixar morrer quem desobedece à norma vigente. Afinal, como bem definem, e com sucesso aqueles que aplicam a sexopolítica, corpos homossexuais quando expostos, estão ao dispor dos que detêm o poder, e neles exercem, manipulam, e matam a “anormalidade”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em junho de 1983, Klaus Keller fora morto. E em abril do ano seguinte o caso era encerrado sem um culpado do crime. Quarenta anos me separa desses fatos, quatro décadas em que o nome deste homem ficou no limbo até o seu resgate por uma nova geração de pesquisadores do gênero e sexualidade em Belém do Pará. Uma nova geração no qual estou incluso mediante um caminho que traço desde a graduação.

Trajetórias sempre são contadas no início das histórias. Mas, na real, penso que devemos fazer o inverso, por ser no fim, após grandes feitos que, recapitulamos o caminho feito para chegar até aqui. Não pensei jamais que a história Klaus seria o cerne desta dissertação. Em dado momento, até cheguei descartá-la da análise das fontes que obtive ao longo da pesquisa. Trabalhar com história da sexualidade, abordar os estudos da homossexualidade e o exame sobre múltiplas identidades e performances sexuais e de gênero eram, sim, o meu objetivo, mas não e, unicamente, a história de vida e morte de Klaus Keller.

O que me levou por esse caminho? Penso que as vivências, as leituras, as mídias consumidas, os relacionamentos pessoais, a morte precoce do meu pai, entre tantas outras coisas acontecidas e experimentadas ao longo desses quatro anos de idas em vindas desta pesquisa.

Mesmo distante no tempo, o professor e sua história nunca estiveram tão perto como agora. A trama social de Klaus e dos outros indivíduos tratados nessa dissertação entraram em um aspecto micro da história, o jogo de escalas, ou seja, aqui foram abordados acontecimentos que estão nas entrelinhas dos grandes fatos, mas que não são dissociados da ideia de totalidade, pois a sociedade é um organismo total e integrado.

Desse modo, o que ficou escrito nos caminhos dessa história deve ser entendido como um testemunho autêntico, interseccionado e integral. Isto é, as leituras e críticas feitas sobre os vestígios impressos devem não apenas complementar a história total, como igualmente se dedicar à inclusão de categorias deslegitimadas socialmente e excluídas do convívio e da história social, estes marcados pelo estigma e pelas opressões, sejam elas de classe, raça, etnia, gênero e, principalmente, sexualidade.

A invisibilidade desta história não aconteceu por falta de fontes, mas muito mais pela escolhas políticas na hora do fazer historiográfico⁴²¹. Dito isso, asseguro que esta pesquisa tem responsabilidade de, na posteridade, não tornar, novamente, ocultos aqueles e aquelas que das páginas dos livros acabaram sendo relegados para as fichas criminais e às análises clínicas.

De forma alguma, cogito empregar uma bio/necro política que age através do biopoder, controlando como as histórias devem ser contadas. Devemos ser críticos a isso. Mostrar visíveis nossos posicionamentos em relação a esse colonialismo contemporâneo, e deixar as fontes falarem por si. Questionar as palavras, as teorias, os conceitos que vem de cima e, por vezes, almejam falar pelas fontes e pelas sexualidades, impondo ideias e percepções nos e sobre os de baixo que, não se encaixam com a realidade vividas por essas formas de vidas marginalizadas.

Poderia nesse processo ter me aprofundado mais nas teorias, discorrer sobre a interseccionalidade das raças, religiões e sexualidades dos agentes retratados, no entanto, não o fiz. E a razão disso, não foi por não querer fazer, mas penso que ao abordar tais assuntos, demandaria mais tempo e dedicação aos conceitos e teorias que exigem uma leitura mais específica. Teria que fazer uma argumentação válida, e este, ainda não era o momento.

Por isso, mergulhei nesse mar de páginas, palavras e poeira, e fiz o necessário resgate, trazendo-os à superfície as relações sociais, os seus quereres, suas razões e explicações por trás das notícias veiculadas, bem como a apresentação dos personagens dos relatos como protagonistas e agentes de sua própria história, interpretando os determinantes dos atos conjunturais.

A forma que me comprometi a descrever tais narrativas teve aporte no meu presente, mas a imersão no passado foi necessária para que o detalhamento não fosse assíncrono. E, por mais que a minha escrita tenha se desenvolvido cometendo atos de anacronismo, a minha aproximação com as fontes do passado tornou esse trabalho menos ficcional e mais compromissado com a realidade transcorrida.

Conjecturei a partir do que as fontes me apresentavam. Reconstruí o contexto, os diálogos, a formas múltiplas de exposição da sexualidade, mas principalmente, denunciei a morte de um homem, não apenas um homossexual. Mas um homem que a história apagou.

⁴²¹VERAS, Elias Ferreira.; PEDRO, Joana Maria. "Os silêncios de Clio: "Escrita da história e (in)visibilidade das homossexualidades no Brasil. **Tempo & Argumento**, Florianópolis, v. 6, n. 13, p. 90 - 109, set./dez. 2014. p. 96.

Silenciou. Expôs sua vida, sua beleza, seus juízos, nas possibilidades do tempo que eu dispunha, cada vez mais frenético, preenchido, atestado.

Klaus Keller era um ser que não poderia prever o que iria acontecer consigo. Após sua morte ele se tornou apenas uma peça do xadrez, eliminada do jogo quando sua função foi exaurida. A imprensa instruída pelos donos do poder, obedecendo às regras da indústria cultural e da cultura de massa, perpetuou o preconceito e a intolerância não só em razão do reflexo social, mas também pelo do anseio do público, este que, em certas circunstâncias, foi considerado sagrado para a manutenção do jornal, mas que, equitativamente, esteve classificado apenas como mais um entre as massas suscetíveis à manipulação.

Manipular a sexualidade do Klaus, bem como contar o seu assassinato com insinuações a uma punição tinha finalidades propriamente lucrativas, pois a década de 1980, além de conservadora e neoliberal, experimentou uma crise econômica severa, no qual a indústria teve que se reinventar. Apostar no popular pareceu ser a melhor alternativa naquela conjuntura econômica e social. Considerando que a imprensa estava rompendo os seus grilhões, e as leis estavam sendo reformuladas, por que não apelar para aqueles que mais contribuem para a preservação do mercado?

Assim sendo, ressignificar o conceito do popular e escrachar as identidades e sexualidades que não obedecem ao padrão heteronormativo, não só foi necessário, mas demonstrou ser uma regra que os jornais paraenses e de todo o território nacional, tiveram que seguir em seus discursos, observando as transformações e os contextos que faziam esses dissidentes mais visíveis, seja pela participação nos movimentos sociais, que exigiam a volta da democracia, e a garantia dos direitos fundamentais, como também as associações ao submundo do crime, a prostituição, e a pandemia global de HIV-Aids.

Portanto, de modo a esperar que esta dissertação tenha cumprido com seu objetivo. Espero que a minha jornada pelos fios e rastros⁴²² do passado, reelabore como percebemos a realidade, não só acadêmica sobre a história da sexualidade no Pará, mas permita que a próxima geração de pesquisadores despertem suas consciências para, em coletivo, mudarem o paradigma atual. E que futuramente, esta pesquisa, e outras mais com semelhantes discussões, possam ir além da academia, e fazer-se acessível para a sociedade.

⁴²² “o fio do relato, que ajuda a nos orientarmos no labirinto da realidade — e os rastros [...], histórias verdadeiras que às vezes tem como objeto o falso” (GINZBURG, 2007, p. 7).

FONTES

Hemeroteca Centro Cultural e Turístico Tancredo Neves (CENTUR) - Microfilmes

ACUSADOS da morte de Keller depõem. **O Liberal**: jornal da Amazônia, Belém, Ano 37, n. 21071, sábado, 15 out. 1983, 1º Caderno/Polícia. p. 19.

ALGUÉM anda oferecendo as jóias roubadas de Keller. **O Liberal**: jornal da Amazônia, Belém, ano 37, n. 20953, domingo, 19 jun. 1983, 1º Caderno/Polícia. p. 24.

BELÉM cada vez mais assaltada. **O Liberal**: jornal da Amazônia, Belém, ano 36, n. 20.481, 20 nov. 1981. 1º Caderno/Polícia, p. 20.

BELÉM se transforma em cidade do medo. **O Liberal**: jornal da Amazônia, Belém, ano 35, n. 20.457, 27 ago. 1981. 1º Caderno/Polícia, p. 20.

CASO Klaus. **O Liberal**: jornal da Amazônia, Belém, Ano 37, n. 21074, terça-feira, 18 out. 1983, 1º Caderno/Polícia/PESO DA LEI. p. 19.

CASO Klaus. **O Liberal**: jornal da Amazônia, Belém, Ano 37, n. 21077, sexta-feira, 21 out. 1983, 1º Caderno, Polícia/PESO DA LEI. p. 19.

CASO Klaus. **O Liberal**: jornal da Amazônia, Belém, Ano 38, n. 21112, sexta-feira, 25 nov. 1983, 1º Caderno, Polícia/PESO DA LEI. p. 19.

CASO Klaus. **O Liberal**: jornal da Amazônia, Belém, Ano 37, n. 21068, quarta-feira, 12 out. 1983, 1º Caderno/Polícia/PESO DA LEI. p. 19.

CASO Klaus. **O Liberal**: jornal da Amazônia, Belém, Ano 38, n. 21133, sexta-feira, 16 dez. 1983, 1º Caderno/Polícia/PESO DA LEI. p. 23.

CASO Klaus. **O Liberal**: jornal da Amazônia, Belém, Ano 38, 21180, sexta-feira, 03 fev. 1984, 1º Caderno/Polícia/PESO DA LEI, p. 17.

CASO Klaus. **O Liberal**: jornal da Amazônia, Belém, Ano 38, n. 21181, sábado, 04 fev. 1984, 1º Caderno/Polícia/PESO DA LEI. p. 21.

CRESCER a violência. Mais polícia? **O Liberal**: Jornal da Amazônia, Belém, ano 37, n. 20.787, 2 jan. 1983, p. 17.

DELEGADA pede a segunda preventiva para Carlão. **O Liberal**: jornal da Amazônia, Belém, Ano 37, n. 21007, sexta-feira, 12 ago. 1983, 1º Caderno/Polícia. p. 18.

DELEGADO inocenta o suspeito apontado no caso Keller. **O Liberal**: jornal da Amazônia, Belém, Ano 37, n. 20959, Sábado, 25 jun. 1983, 1º Caderno/Polícia. p. 18.

ESTUDANTE é suspeito de ter matado Keller. **O Liberal**: jornal da Amazônia, Belém, Ano 37, n. 20958, sexta-feira, 24 jun. 1983, 1º Caderno/Polícia. p. 17.

KLAUS Keller morto com duas facadas. **O Liberal**: jornal da Amazônia, Belém, Ano 37, n. 20949, quarta-feira, 15 jun. 1983, 1º Caderno/Polícia. p. 16.

LAUDOS revelam detalhes da morte do professor Keller. **O Liberal**: jornal da Amazônia, Belém, Ano 37, n. 20965, sexta-feira, 01 jul. 1983, 1º Caderno/Polícia. p. 20.

MATADOR de Keller nega acusação. **O Liberal**: jornal da Amazônia, Belém, Ano 37, n. 21002, domingo, 07 ago. 1983, 1º Caderno/Polícia, p. 24.

MATADOR de Klaus Keller ficará impune. **O Liberal**: jornal da Amazônia, Belém, Ano 38, n. 21261, quinta-feira, 26 abr. 1984, 1º Caderno/Polícia. p. 19.

QUEIXA e nervosismo incriminam o menor. **O Liberal**: jornal da Amazônia, Belém, Ano 37, n. 20951, sexta-feira, 17 jun. 1983, 1º Caderno/Polícia. p. 20.

SUSPEITOS do assassinato de Keller já estão em liberdade. **O Liberal**: jornal da Amazônia, Belém, Ano 38, n. 21140, sexta-feira, 23 dez. 1983, 1º Caderno/Polícia. p. 15.

UMA lista de nomes na agenda de Keller. **O Liberal**: jornal da Amazônia, Belém, Ano 37, n. 20950, quinta-feira, 16 jun. 1983, 1º Caderno/Polícia. p. 22.

Jornais impressos

FUI obrigado a confessar. **A Província do Pará**, Belém, Ano 107, n. 27.727, sábado, 08 out. 1983, 2º Caderno/Polícia. p. 8.

“GAY” virou escoteiro. **A Província do Pará**, Belém, 14 jul. 1979, p. 15.

IRMÃ de Klaus Keller inocenta os dois acusados do latrocínio. **A Província do Pará**, Belém, Ano 107, n. 27.281, terça-feira, 23 ago. 1983, 2º Caderno/Polícia. p. 8.

JUIZ pode libertar acusados da morte de Klaus Keller. **A Província do Pará**, Belém, Ano 107, n. 27.704, sexta-feira, 16 set. 1983, 2º Caderno/Polícia. p. 8.

JUÍZA nega HC para acusado da morte de Klaus Keller. **A Província do Pará**, Belém, Ano 107, n. 27.276, quinta-feira, 18 ago. 1983, 2º Caderno/Polícia/Circuito Forense. p. 6.

KLAUS Keller e o Movimento Gay. **A Província do Pará**, Belém, 25 mai. 1979, jornaleco. n.p.

MATADOR já está preso. **A Província do Pará**, Belém, Ano 107, n. 27.621, sexta-feira, 24 jun. 1983, 2º Caderno/Polícia. p. 8.

MISTÉRIO pode ser desvendado. **A Província do Pará**, Belém, Ano 107, 27.614, sexta-feira, 17 jun. 1983, 2º Caderno/Polícia. p. 8.

MORTE de Klaus Keller ficará insolúvel. **A Província do Pará**, Belém, Ano 107, n. 27.865, sexta-feira, 02 mar. 1984, 2º Caderno/Polícia. p. 7.

MORTE de Klaus Keller: suspeito espancado. **A Província do Pará**, Belém, Ano 107, n. 27.615, sábado, 18 jun. 1983, 2º Caderno/Polícia. p. 8.

QUEM assassinou Klaus Keller? **A Província do Pará**, Belém, Ano 107, n. 27.613, quinta-feira, 16 jun. 1983, 2º Caderno/Polícia. p. 8.

Hemeroteca Digital Brasileira - Jornais digitalizados

ARAÚJO, Luiz. Raspadas. **Diário do Pará**, Belém, Ano 7, n. 1365, sábado, 20 jan. 1990, Esportes/Esporte. p. B-3.

ASSASSINO é um militar. **A Província do Pará**, Belém, ano 112, n. 30.218, terça-feira, 16 ago. 1988. 1º Caderno/Polícia, p. 12.

ASSALTO no Jubileu. Pivete mostra como matou o aposentado gay. **Diário do Pará**, Belém, ano 3, n. 983, 18 jan. 1986. p. 8.

BACANAL de lésbicas terminou em sangue. **Diário do Pará: um Jornal da Planície**. Belém, 10 nov. 1985. p. 7.

FERNANDES, Wanderley. CARLÃO é absolvido. **Diário do Pará: um jornal da Planície**, Belém, Ano 2, n. 452, quinta-feira, 16 abr. 1984, 1º Caderno/Polícia/Lei dos Homens. p. 7.

_____. O contraditório e a ótica do julgador. Acusados por Motta. **Diário do Pará**, Belém, Ano 5, n. 1694, sexta-feira, 11 mar. 1988, Polícia/Leis dos homens. p. 7.

CABO do exército morto a facadas. **Diário do Pará**, Belém, ano 113, n. 2320, segunda-feira, 04 dez. 1989, Polícia. n/p.

CAÇARAM espancaram e atiraram nas crianças. **Diário do Pará**, Belém, sexta-feira, 24 mar. 1989, p. B-7.

CASO Klaus Keller - Crime teria sido por vingança. **Diário do Pará: um jornal da Planície**, Belém, Ano 1, n. 240, domingo, 19 jun. 1983, 1º Caderno/Capa, p. 1.

CRIMES insolúveis e descaso policial. **Diário do Pará**, Belém, Ano 5, n. 1511, domingo, 06 set. 1987, Polícia/Lei dos Homens. p. 7.

CRIMES insolúveis que tão cedo não serão esclarecidos. **Diário do Pará**, Belém, Ano 5, n.1693, quinta-feira, 10 mar. 1988, Polícia. p. 7.

DVG encerra campanha de repressão do Gay Power. **Diário do Pará: um Jornal da Planície**, Belém, ano 2, n. 548, quarta-feira, 15 ago. 1984, Polícia, p. 7.

EXPURGO dos viciados. **Diário do Pará**, Belém, ano 2, n. 535, 01 ago. 1984. p. 8.

GAY agrediu moleque com um cano de ferro. **Diário do Pará: um Jornal da Planície**. Belém, 18 fev. 1986. p. 7.

KLAUS Keller. **Diário do Pará: um jornal da Planície**, Belém, Ano 1, n. 237, quinta-feira, 16 jun. 1983, 1º Caderno/Reporter Diário. p. 3.

LINHA Direta. **Diário do Pará: um jornal da Planície**, Belém, Ano 4, n. 1333, quarta-feira, 11 mar. 1987, 1º Caderno, Política/Repórter Diário. p. 3.

REPÓRTER Diário. **Diário do Pará**, Belém, n. 1852, terça-feira, 16 ago. 1988, Política Local. p. A-3

PAVÃO do Goeldi já tem uma companhia. **Diário do Pará**: um jornal da Planície, Belém, Ano 3, n. 797, terça-feira, 11 jun. 1985, 1º Caderno/Local. p. 6.

PELO menos em Belém o crime perfeito existe. Paulo Fontelles. **Diário do Pará**, Belém, Ano 5, n. 1623, terça-feira, 29 dez. 1987, 1º Caderno/Polícia. p. 7.

PIMENTEL JUNIOR, Antonio Carlos. Belém, uma cidade sob o signo da violência. **O Liberal**: jornal da Amazônia, Belém, Ano 43, n. 22171, domingo, 01 jan. 1989, 1º Caderno, Polícia. p. 21.

POLÍCIA caça matadores de Klaus Keller. **Diário do Pará**: um jornal da Planície, Belém, Ano 1, n. 237, quinta-feira, 16 jun. 1983, 1º Caderno/Capa. p. 1.

SOLDADO Rodrigues, da PM, matou Paulo Souza. **Diário do Pará**, Belém, Ano 6, n. 1997, quarta-feira, 11 jan. 1989, Polícia/Polícia. p. B-7.

UM Pierrot com muitas saudades de sua Colombina: o Remo leva sua tradição ao Lapinha **Diário do Pará**, Belém, Ano 5, n. 1661, sábado, 06 fev. 1988, Caderno D/Cidade. p. D-1.

Sites consultados

CARVALHO, Cleide. Brasil registrou 256 mortes violentas de LGBT+ em 2022, mostra Grupo Gay da Bahia. **O Globo**, Brasil, 19 janeiro 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2023/01/brasil-registrou-256-mortes-violentas-de-lgbt-em-2022-mostra-grupo-gay-da-bahia.ghtml>. Acesso em: 26 mar. 2023.

CORREIO BRASILIENSE. Brasil registra 257 mortes violentas de pessoas LGBTQIA+ em 2023. **Correio Brasiliense**, 23 de janeiro 2024. Disponível em: <https://www.correiobrasiliense.com.br/brasil/2024/01/6791647-brasil-registra-257-mortes-violentas-de-pessoas-lgbtqia-em-2023.html#:~:text=O%20Brasil%20registrou%20257%20mortes,mais%20antiga%20da%20Am%C3%A9rica%20Latina>. Acesso em: 24 jan. 2024.

DELINQUENTE. **Vade Mecum Brasil**. Disponível em: <https://vademecumbrasil.com.br/palavra/delinquente>. Acesso em: 04 abr. 2023.

DOL. Corpo amordaçado é encontrado dentro de apartamento de Belém. **Diário Online**, Belém, Notícias/Polícia, 26 março 2023. Disponível em: <https://dol.com.br/noticias/policia/802030/corpo-amordacado-e-encontrado-dentro-de-apartamento-de-belem?d=1>. Acesso em: 26 mar. 2023.

G1 PA. Homem é encontrado morto e com as mãos amarradas dentro de apartamento na Pedreira, em Belém. **G1 Pará**, Belém, 11 janeiro 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2021/01/11/homem-e-encontrado-morto-e-com-as-maos-amarradas-dentro-de-apartamento-na-pedreira-em-belem.ghtml>. Acesso em: 26 mar. 2023.

G1 PA. Polícia Civil prende homem suspeito de assassinar professor em Belém. **G1 Pará**, Belém, 12 fevereiro 2021. <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2021/02/12/policia-civil-prende-homem-suspeito-de-assassinar-professor-em-belem.ghtml>. Acesso em: 26 mar. 2023.

G1 PA. Polícia Civil prende homem suspeito de assassinar professor em Belém. **G1 Pará**, Belém, 12 fevereiro 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2021/02/12/policia-civil-prende-homem-suspeito-de-assassinar-professor-em-belem.ghtml>. Acesso em: 26 mar. 2023.

O LIBERAL. Servidor federal é encontrado morto dentro de apartamento em Belém. **Amazônia**, Belém, Polícia, 26 março 2023. Disponível em: <https://www.oliberal.com/policia/servidor-federal-e-encontrado-morto-dentro-de-apartamento-em-belem-1.661914>. Acesso em: 26 mar. 2023.

O LIBERAL. Vizinha percebe sumiço e idoso é encontrado morto dentro de casa. **Amazônia**, Belém, Polícia, 25 junho 2022. Disponível em: <https://www.oliberal.com/policia/vizinha-percebe-sumico-e-idoso-e-encontrado-morto-dentro-de-casa-1.553694>. Acesso em: 26 mar. 2023.

“O lugar do delito, perante o qual o acusado deve ser julgado.” **Vade Mecum Brasil**. Disponível em: <https://vademecumbrasil.com.br/palavra/distrito-da-culpa#:~:text=O%20lugar%20do%20delito%2C%20perante,o%20acusado%20deve%20ser%20julgado>. Acesso em: 23 mar. 2023.

PAIVA, José Vasconcelos. PROFESSOR KLAUS KELLER. *In: _____*. **Blog José Vasconcelos Paiva**, Belém, 19 mai. 2011. Disponível em: <http://paivaalfa1.blogspot.com/2011/05/professor-klaus-keller.html>. Acesso em 22 fev. 2023.

SCHMITZ, Alberto. Mortes violentas de LGBT+ Brasil: Observatório do Grupo Gay da Bahia, 2022 – Centro de Documentação Prof. Dr. Luiz Mott, **CEDOC**, Curitiba, jan. 2023. Disponível em: <https://cedoc.grupodignidade.org.br/2023/01/19/mortes-violentas-de-lgbt-brasil-observatorio-do-grupo-gay-da-bahia-2022/>. Acesso em: 26 mar. 2023.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Sérgio. A violência na sociedade brasileira. Juventude e delinquência como problemas sociais. **Revista Brasileira: adolescência e conflitualidade**, v. 2, n. 2, p. 01-11, 2010.

_____.; Bordini, Eliana.; Lima, Sergio. O adolescente e as mudanças na criminalidade urbana. **São Paulo Em Perspectiva**, v. 13, n. 4, p. 62-74, 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/spp/a/VL6ChVVNZ8h788wdLxdkJVD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 17 abr. 2023.

ADORNO, Theodor. Culture Industry Reconsidered. **New German Critique**, Ithaca, n. 6, p. 12-19, Mar./Jun., 1975. Disponível em: <https://intranet.royalholloway.ac.uk/mediaarts/documents/pdf/adornocultureindustryreconsidered.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2021.

AGRIMANI SOBRINHO, Danilo. **Espreme que sai sangue**: um estudo do sensacionalismo na imprensa. 1. ed. São Paulo: Summus, 1995.

AMARAL, Marília. **Jornalismo Popular**. São Paulo: Contexto, 2006.

AMARAL, Marília et al. "Do travestismo às travestilidades": uma revisão do discurso acadêmico no Brasil entre 2001-2010. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 26, n. 2, p. 301-011, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/dMZrH9BgyrHNGg8HFbrrdvp/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 16 ago. 2019.

ARIÈS, Philippe. "Reflexões sobre a história da homossexualidade". In: ARIÈS, Philippe; BÉJIN, André (Org.). **Sexualidades ocidentais: contribuições para a história e para a sociologia da sexualidade**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. **História da morte no ocidente**. Rio de Janeiro: Saraiva, 2012.

ARQUIDIOCESE de São Paulo. **Brasil: Nunca Mais**. 33. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

BARBOSA, Marialva.; ENNE, Ana. O jornalismo popular, a construção narrativa e o fluxo do sensacional. **Eco-pós**, Rio de Janeiro, v.8, n.2, p. 67-87, ago./dez. 2005. Disponível em: https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/1109/1050. Acesso em: 16 mai. 2018.

BARROS, José d'Assunção. Fontes Históricas: revisitando alguns aspectos primordiais para a Pesquisa Histórica. **Mouseion**, Canoas, n. 12, p. 129-159, mai./ago. 2012. Disponível em: <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Mouseion/article/viewFile/332/414>. Acesso em: 03 ago. 2019.

BIRMAN, Patrícia. Identidade social e homossexualismo no candomblé. **Religião & Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 2-21, ago. 1985. Disponível em: <https://religioesociedade.org.br/revistas/no-12-01>. Acesso em: 03 mai. 2023.

BLOCH, Marc. **Apologia da História, ou, O Ofício de historiador**. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRITO NETO, Pedro Antonio de. **A homossexualidade nas notícias policiais do Diário do Pará: um jornal da Planície (1982-1986)**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) - Faculdade Estácio de Castanhal, Castanhal, 2018.

_____. A imprensa da década de 1980: o popular e o sensacionalista na representação das sexualidades e identidades dissidentes (Belém-PA)" no GT "História, Mídia e Amazônia. In: LINK, Rogério Sávio; RABELLO, Antonio Cláudio Barbosa; FONSECA, Dante Ribeiro da . (Org.). **Cultura Popular na Amazônia: Anais do I Congresso Internacional de História da Amazônia**. 1ªed. Cacoal: Karywa, 2023, v. , p. 215-227.

BRITO, Luciana. et. al. A conservação dos documentos de arquivo: a atuação de autoadesivos nos documentos textuais em suporte papel. **TransInformação**, Campinas, v. 28, n.3, p. 297-307, set./dez., 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tinf/a/vb89n8YCSd4crrzjFwHhvbL/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 21 out 2021.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BURKE, Peter. **Como confiar em fotografias**. Folha de S. Paulo, Caderno Mais, 04 fev. 2001. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs0402200105.htm>. Acesso em: 02 fev 2024.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARNEIRO, Ailton. A morte da clínica: Movimento Homossexual e luta pela despatologização da homossexualidade no Brasil (1978-1990). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 28., 2015, Florianópolis. **Anais [...]** Florianópolis: ANPUH, 2015. p. 1-15. Disponível em: http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1439866235_ARQUIVO_Artigo-Amortedaclinica.pdf. Acesso em: 17 ago. 2018.

CARNEIRO, Edson. Uma 'falseta' de Arthur Ramos. In: _____. **Ladinos e crioulos**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1964. p. 223-227.

_____. **Candomblés da Bahia**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1978.

CARRARA, Sérgio.; VIANNA, Adriana. **A Violência Letal contra Homossexuais no Município do Rio de Janeiro: características gerais**. Disponível em: <https://sxpolitics.org/ptbr/wp-content/uploads/sites/2/2009/05/a-violencia-letal-carrara-e-vianna.pdf>. Acesso em: 08 out. 2022.

CASTRO, Alana. **Arco-íris em Prosa: representações das homossexualidades e de travestis na Ditadura Civil-Militar em reportagens do jornal A Província do Pará na década de 1970**. 2022. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Pará, Belém, 2022.

CHALHOUB, Sidney. "Introdução: Zadig e a história". In: _____. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravatura na Corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 13-28.

_____. O conhecimento da História, o direito à memória e os arquivos judiciais. *In: Curso de formação de multiplicadores em políticas de resgate, preservação, conservação e restauração do patrimônio histórico da Justiça do Trabalho no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Memorial do TRT 4ª Região, 2005.

Chartier, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Tradução de Maria Manuela Galhardo. 2. ed. Algés: DIFEL, 1988.

CORBIN, Alain. “A necessária manifestação da energia sexual”. *In: CORBIN, Alain.; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges. História da virilidade. O triunfo da virilidade: o século XIX. Vol. II*. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

CORRÊA, F.; CLAUDINO, L.; COSTA, S. **História do Jornalismo no Brasil e no Pará, da Colônia à República Velha**. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação VI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação da Região Norte, Belém–PA. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/norte2007/resumos/r0246-1.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2022.

DAVIS, Natalie. Toward Mixtures And Margins. *The American Historical Review*, v. 97, n. 5, p. 1409–1416, Dec., 1992. Disponível em: https://www.academia.edu/37223078/Natalie_Zemon_Davis_Toward_Mixtures_and_Margins_American_Historial_Review_97_5_December_1992_1409_1416. Acesso em: 10 abr. 2021.

DORLIN, Elsa. “Do uso epistemológico e político das categorias “sexo” e “raça” nos estudos de gênero”. **Periódicos - Revista de estudos indisciplinados em gêneros e sexualidades**, Salvador, v. 1, n. 5, mai./out. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicos/article/view/17191>. Acesso em: 20 fev. 2021.

ECO, Umberto. “Cultura de Massa e ‘Níveis’ de Cultura” *In: _____*. **Apocalípticos e Integrados**. São Paulo: Perspectiva, 2008. p. 33–67.

FAORO, Raymundo. **Assembleia Constituinte: a legitimidade recuperada**. 3. ed., São Paulo: Brasiliense, 1985.

FENAJ. **Código de Ética e Conduta dos Jornalistas Brasileiros**. Disponível em: <http://www.abi.org.br/institucional/legislacao/codigo-de-etica-dos-jornalistas-brasileiros/>. Acesso em: 05 mar. 2021.

FERREIRA JUNIOR, Sérgio.; COSTA, Alda. Dissidentes, violentos e violentáveis: LGBTs nas narrativas de violência da Amazônia Paraense. **Revista Rua**, Campinas, v. 2, n. 22, p. 525-551, nov. 2016. Disponível em: https://www.labeurb.unicamp.br/rua/artigo/capa?publicacao_id=121. Acesso em: 15 mai. 2018.

FARIA, José H.; MENEGHETTI, Francis K. A instituição da violência nas relações de trabalho. José H. Faria. (Org.) **Análise crítica das teorias e práticas organizacionais**. São Paulo: Atlas, 2007.

FOUCAULT, Michel; **História da sexualidade 2: o uso dos prazeres**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque; revisão técnica de José Augusto Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

_____. **Da amizade como modo de vida. De l'amitié comme mode de vie.** Entrevista de Michel Foucault a R. de Ceccaty, J. Danet e J. le Bitoux. Tradução: Wanderson Flor do Nascimento. Gai Pied, [S.l.], n. 25, p. 38-39, abr. 1985. Disponível em: <https://michel-foucault.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/amizade.pdf>. Acesso em: 08 jan. 2024.

_____. **Nascimento da biopolítica.** São Paulo, SP: Martins Fontes, 2008.

_____. **Microfísica do poder.** São Paulo: Graal, 2012a.

_____. **História da Loucura.** São Paulo: Perspectiva, 2012b.

_____. **História da Sexualidade, volume 1: A vontade de saber.** São Paulo: Editora Graal, 2012c.

_____. O poder, uma besta magnífica. *In:* FOUCAULT, Michel. **Repensar a política.** Ditos e escritos VI. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2013, p. 25-27.

FRANKLIN, Camila Fortes Monte.; TEIXEIRA, Juliana Fernandes. A construção da figura do louco no Piauí no jornal O Dia: um panorama de 1970 a 2019. **Revista Brasileira de História da Mídia**, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 177–197, jan./jul. 2021. Disponível em: <https://revistas.ufpi.br/index.php/rbhm/article/view/11651>. Acesso em: 15 fev. 2024.

FRY, Peter. Da hierarquia à igualdade: a construção histórica da homossexualidade no Brasil. *In:* _____. **Para inglês ver: identidade e política na cultura brasileira.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982. p. 87-115.

_____.; MACRAE, Edward. **O que é homossexualidade.** São Paulo: Abril Cultural, Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, v. 26, 1985.

GADAMER, Hans-Georg. “Problemas epistemológicos das ciências humanas”. *In:* **O problema da consciência histórica.** Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2003, p. 17–25.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros: o verdadeiro, falso, fictício.** Tradução de Rosa Freire d’Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GREEN, James. “Mais amor e mais tesão”: a construção de um movimento brasileiro de gays, lésbicas e travestis. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 15, p. 271-295, 2000. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8635596/3367>. Acesso em: 16 set 2019.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.** 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

HALL, Stuart. **A identidade cultura na pós-modernidade.** 11. ed. Rio de Janeiro: DPYA, 2006. p. 7-76.

HOBBSAWM. Eric. Entre historiadores. *In:* _____. **Tempos interessantes.** Uma vida no século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 311-327.

HUNT, Lynn. Apresentação: história, cultura e texto. *In:* _____. **A Nova História Cultural.** São Paulo: Martins Fontes, 1992.

KALIFA, Dominique. Virilidades criminosas? *In*: CORBIN, Alain.; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges. **História da virilidade**. O triunfo da virilidade: o século XIX. Vol. II. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

KETTLE, Wesley Oliveira. Espaço São José Liberto como “patrimônio difícil”: desafio para o ensino de História. **Revista História Hoje**, v. 10, n. 19, p. 77–101, 2021. Disponível em: <https://rhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/734>. Acesso em: 16 mai. 2023.

LACERDA, Paula. **O drama encenado**: assassinatos de gays e travestis na imprensa carioca. 2006. 127 p. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) - Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

LANDES, Ruth. Matriarcado cultural e homossexualidade masculina. *In*: _____. **A cidade das mulheres**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967. p. 283-296.

LAURENTI, Ruy. Homossexualismo e Classificação Internacional de Doenças. Saúde Pública. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 18, n. 5, p. 344-345, 1984. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/mPK5HhLVnFKvCJj5qN7R8n/>. Acesso em: 17 abr. 2018.

LIMA, Sérgio.; ARAÚJO, Rosângela. O Jornalismo Popular no Caderno de Polícia da Folha de Pernambuco. *In*: XXXIV CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 34., 2011, Recife. **Anais [...]** Recife: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2011. p. 1-15. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2011/resumos/R6-0217-1.pdf>. Acesso em: 08 set. 2017. p. 7.

LINEBAUGH, Peter.; REDIKER, Marcus. **A hidra de muitas cabeças**: marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

LOMBROSO, Cesare. **O Homem Delinquente**. Tradução de Sebastião José Roque. São Paulo: Ícone, 2007.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

_____.; MARTINS, Ana Luiza. **Imprensa e Cidade**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

MACRAE, Edward. **A construção da igualdade**. Identidade sexual e política no Brasil da “abertura”. Salvador: EDUFBA, 2018.

MADLENER, Francis. DINIS, Nilson Fernandes. A homossexualidade e a perspectiva foucaultiana A homossexualidade e a perspectiva foucaultiana **Revista do Departamento de Psicologia - UFF**, v. 19, n. 1, p. 49-60, jan./jun. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdpsi/a/9HqVnvwqJYnV93psMwV48pL/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 12 jan. 2024.

MALCHER, Maria Ataíde.; MARQUES, Jane Aparecida.; PAULA, Leandro Raphael N. de. (Orgs.). **História, Comunicação, Biodiversidade na Amazônia**. São Paulo: Acquerello, 2012.

MARTÍN-BARBERO, Jesus. **Dos meios às mediações**: comunicação. cultura e hegemonia. Tradução de Ronald Polito e Sérgio Alcides. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. 1997.

MAUAD, Ana Maria. Fotografia e história – possibilidades de análise. *In*: CIAVATTA, Maria; ALVES, Nilda (Orgs.). **A leitura de imagens na pesquisa social: história, comunicação e educação**. São Paulo: Cortez, 2004.

MBEMBE, Achille. NECROPOLÍTICA: soberania estado de exceção política da morte. **Arte & Ensaios - Revista do PPGAV/EBA/UFRJ**, Rio de Janeiro, n. 32, p. 123–151, 2016. Disponível em: <https://seer.assis.unesp.br/index.php/facesdahistoria/article/download/1562/1433/>. Acesso em: 15 dez. 2023.

MELÉM, Viviane. Jornalismo Policial: uma análise dos critérios de noticiabilidade do caderno Polícia, do jornal Diário do Pará. **Puçá: Revista de Comunicação e Cultura da Amazônia**, Belém, v. 1, n. 1, p. 26-50, jan./jun. 2011. Disponível em: <http://revistaadmmade.estacio.br/index.php/puca/article/view/94>. Acesso em: 18 mar. 2018.

MIRANDA, Cybelle Salvador. **Cidade Velha e Feliz Lusitânia: cenários do patrimônio cultural em Belém**. 2006. 262 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Belém, 2006.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, Universidade Federal de Ouro Preto, 2020.

MOREIRA, Rita. **Hunting Season** (Temporada de Caça), You Tube. 1988. 24 min. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=rjan_Yd0C5g. Acesso em: 12. Out. 2022.

MOTT, Luiz. Cupido na sala de aula: pedofilia e pederastia no Brasil Antigo. **Caderno de Pesquisas**, São Paulo, n. 69, p. 32-39, mai. 1989. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/1138>. Acesso em: 03 mar. 2023.

_____. Os homossexuais: as vítimas principais da violência. *In*: VELHO, Gilberto & ALVITO, Marcos (Orgs.). **Cidadania e violência**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ: Editora FGV, 1996.

_____. et al. **O crime anti-homossexual no Brasil**. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2002.

OKITA, H. **Homossexualidade: da opressão à libertação**. São Paulo: Sundermann, 2007.

OLIVEIRA, Gláucia da Silva Destro de. Construção, negociação e desconstrução de identidades: do movimento homossexual ao LGBT. **Cadernos pagu**, v. 34, p. 373-381, jan./jun. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/tBh7XXd8cLd6WMFLbXchYbH/>. Acesso em 08 ago 2023.

ORTEGA, Francisco **Amizade e estética da existência em Foucault**. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

ORTIZ, Renato. **A Moderna Tradição Brasileira — Cultura Brasileira e Indústria Cultural**. São Paulo, Brasiliense, 1988.

PEDRO, Joana. “Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea”. **Topoi**, v. 12, n. 22, p. 270-283, jan./jun. 2011. Disponível em:

https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-101X2011000100270. Acesso em: 08 nov. 2020.

PEDROSO, Rosa Nívea. **A construção do discurso de sedução em um jornal sensacionalista**. São Paulo: Annablume, 2001.

PERES, Maria. et al. Homicídios, desenvolvimento socioeconômico e violência policial no Município de São Paulo, Brasil. **Revista Panam Salud Publica**, v. 23, n. 4, abr. p. 268–76, 2008. p. 269. Disponível em: <https://www.scielosp.org/pdf/rpsp/v23n4/v23n4a07.pdf>. Acesso em: 06 abr. 2023.

PODESTÀ, Lucas Lima de. Ensaio sobre o conceito de transfobia. **Periódicus**, n. 11, v. 1 mai./out. 2019 p. 363-380, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/27873>. Acesso em: 15 mai. 2023.

QUINALHA, Renan. Uma ditadura hétero-militar: notas sobre a política sexual do regime autoritário brasileiro. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Márcio; FERNANDES, Marisa (Orgs.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2018.

RAMOS, Silvia. CARRARA, Sérgio. A Constituição da Problemática da Violência contra Homossexuais: a Articulação entre Ativismo e Academia na Elaboração de Políticas Públicas. **PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 16, n.2, p. 185-205, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/SXSFnDMKdGHG5yYTDyGLTwG/>. Aces.so em: 07 dez . 2023.

RICOEUR, Paul. Fase Documental: A Memória Arquivada. In: RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007

RIOS, Roger. Homofobia na Perspectiva dos Direitos Humanos e no Contexto dos Estudos sobre Preconceito e Discriminação. In: JUNQUEIRA, Rogério. (Org.). **Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009. p. 53-84.

ROZÁRIO, Elton. **“Para além das plumas e paetês”**: a atuação do movimento LGBT de Belém-PA no enfrentamento à LGBTfobia. 2016. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Pará, Belém.

SANTOS, Henrique. **As construções discursivas sobre Aids no jornal Diário do Pará (1985-1996)**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) - Universidade Federal do Pará, 2019.

SANTOS, Milton. Retrospectiva antropológica sobre a Homossexualidade nas religiões afro-brasileiras. **Interações: Cultura e Comunidade**, v. 4, n.5, p. 65-80, 2009. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/interacoes/article/view/6687/6119>. Acesso em: 21. out. 2022.

SAPORI, L. F. **Segurança Pública no Brasil: desafios e perspectivas**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 15 out. 2020.

SEIXAS, Netília Silva dos Anjos.; CASTRO, Avelina Oliveira de Castro. Imprensa e poder na Amazônia, guerra discursiva do paraense O Liberal com seus adversários. **Revista Comunicação Midiática**, v.9, n.1, p.101–119, jan./abr. 2014.

_____; CARVALHO, Vanessa.; FERNANDES, Phillippe. Imprensa paraense: um pouco da história da mídia na Amazônia. In: MALCHER, Maria Ataíde.; MARQUES, Jane Aparecida Leandro.; PAULA, Raphael N. de. **História, Comunicação, Biodiversidade na Amazônia**. São Paulo: Acquerello, 2012.

SILVA FILHO, Milton. “Eu sou a filha da Chiquita Bacana...” notas antropológicas sobre a Festa da Chiquita em Belém do Pará. **Gênero na Amazônia**, Belém, n. 6, p. 183-212, jul./dez., 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/generoamazonia/article/view/13206>. Acesso em: 04 jan 2022.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O Tempo da Ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

SILVA, Jaciely.; PRATES, Edmilson. O Ponto Cantado de Umbanda como fonte para o Ensino de História. **EM TEMPO DE HISTÓRIAS**, Brasília, n. 36, p. 29-46, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/emtempos/article/view/31750>. Acesso em: 23 mar. 2023.

SIMÕES, Júlio.; FACCHINI, Regina. **Na Trilha do Arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

SÔNIGO, Márcio. A fotografia como fonte histórica. **Historiæ**, Rio Grande, v. 1, n. 2, p. 113-120, 2010. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/hist/article/view/2366/1248>. Acesso em: 05 jan 2024.

SOUSA, Luana Neres. **A Pederastia em Atenas no Período Clássico: relendo as obras de Platão E Aristófanes**. 2008. 113f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Goiás, 2008.

VERAS, Elias Ferreira.; PEDRO, Joana Maria. “Os silêncios de Clio: “Escrita da história e (in)visibilidade das homossexualidades no Brasil. **Tempo & Argumento**, Florianópolis, v. 6, n. 13, p. 90 - 109, set./dez. 2014. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180306132014090/4161>. Acesso em: 4 dez. 2020.

VITAL, Ana Clara Dias. **Gênero e Homossexualidade nas Religiões de Matriz Africana: O papel do homossexual dentro das comunidades culturais tradicionais e religiosas de matriz africana**. 2020. Monografia (Bacharelado em Relações Internacionais) — Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais (FAJS), Centro Universitário de Brasília (UniCEUB), 2020.

WACQUANT, Loïc. Marginalidade, etnicidade e penalidade na cidade neoliberal Uma cartografia analítica. Tradução de Sérgio Lamarão. **Tempo Social** - Revista de sociologia da USP, v. 26, n. 2, p. 139-164, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/L5b6ZxLWyb9ZSnWWLg3cMnC/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 28 mar. 2023.

APÊNDICES

Tabela 1 - Notícias encontradas sobre o caso de Klaus no jornal A Província do Pará.

| Nº | TÍTULO DA MANCHETE | ANO | EDIÇÃO | DIA DA SEMANA | DATA | CADERNO | SEÇÃO | PÁG. |
|----|---|---------|--------|---------------|------------|------------|------------------------------|------|
| 1 | QUEM assassinou Klaus Keller? | Ano 107 | 27.613 | Quinta-feira | 16/06/1983 | 2º Caderno | Polícia | 8 |
| 2 | MISTÉRIO pode ser desvendado. | Ano 107 | 27.614 | Sexta-feira | 17/06/1983 | 2º Caderno | Polícia | 8 |
| 3 | MORTE de Klaus Keller: suspeito espancado. | Ano 107 | 27.615 | Sábado | 18/06/1983 | 2º Caderno | Polícia | 8 |
| 4 | POLÍCIA caminha para o fracasso | Ano 107 | 27.616 | Domingo | 19/06/1983 | 2º Caderno | Polícia | 8 |
| 5 | NENHUMA novidade ontem no caso Klaus Keller. | Ano 107 | 27.617 | Segunda-feira | 20/06/1983 | 2º Caderno | Polícia | 8 |
| 6 | MATADOR já está preso. | Ano 107 | 27.621 | Sexta-feira | 24/06/1983 | 2º Caderno | Polícia | 8 |
| 7 | “CARLÃO” agora diz que nada tem com a morte de Klaus Keller. | Ano 107 | 27.265 | Domingo | 07/08/1983 | 2º Caderno | Polícia | 8 |
| 8 | JUÍZA nega HC para acusado da morte de Klaus Keller. | Ano 107 | 27.276 | Quinta-feira | 18/08/1983 | 2º Caderno | Polícia/ Circuito Forense | 6 |
| 9 | IRMÃ de Klaus Keller inocenta os dois acusados do latrocínio. . | Ano 107 | 27.281 | Terça-feira | 23/08/1983 | 2º Caderno | Polícia | 8 |
| 10 | JUIZ pode libertar acusados da morte de Klaus Keller. | Ano 107 | 27.704 | Sexta-feira | 16/09/1983 | 2º Caderno | Polícia | 8 |
| 11 | FUI obrigado a confessar. | Ano 107 | 27.727 | Sábado | 08/10/1983 | 2º Caderno | Polícia | 8 |
| 12 | MORTE de Klaus Keller ficará insolúvel. | Ano 107 | 27.865 | Sexta-feira | 02/03/1984 | 2º Caderno | Polícia | 7 |

Fonte: A Província do Pará (1983-1984). Tabela elaborada pelo pesquisador.

Tabela 2 - Notícias encontradas sobre o caso de Klaus no jornal O Liberal.

| Nº | TÍTULO DA MANCHETE | ANO | EDIÇÃO | DIA DA SEMANA | DATA | CADERNO | SEÇÃO | PÁG. |
|-----------|---|------------|---------------|----------------------|-------------|----------------|----------------------------|-------------|
| 1 | KLAUS Keller morto com duas facadas. | ano 37 | 20949 | quarta-feira | 15/06/1983 | 1º Caderno | Polícia | 16 |
| 2 | UMA lista de nomes na agenda de Keller. | ano 37 | 20950 | quinta-feira | 16/06/1983 | 1º Caderno | Polícia | 22 |
| 3 | QUEIXA e nervosismo incriminam o menor. | ano 37 | 20951 | sexta-feira | 17/06/1983 | 1º Caderno | Polícia | 20 |
| 4 | ALGUÉM anda oferecendo as jóias roubadas de Keller. | ano 37 | 20953 | Domingo | 19/06/1983 | 1º Caderno | Polícia | 24 |
| 5 | ESTUDANTE é suspeito de ter matado Keller. | ano 37 | 20958 | sexta-feira | 24/06/1983 | 1º Caderno | Polícia | 17 |
| 6 | DELEGADO inocenta o suspeito apontado no caso Keller. | ano 37 | 20959 | Sábado | 25/06/1983 | 1º Caderno | Polícia | 18 |
| 7 | LAUDOS revelam detalhes da morte do professor Keller. | ano 37 | 20965 | sexta-feira | 01/07/1983 | 1º Caderno | Polícia | 20 |
| 8 | JUSTIÇA quer saber de Carlão. | ano 37 | 21001 | Sábado | 06/08/1983 | 1º Caderno | Polícia/ Plantão | 22 |
| 9 | MATADOR de Keller nega acusação. | ano 37 | 21002 | Domingo | 07/08/1983 | 1º Caderno | Polícia | 24 |
| 10 | DELEGADA pede a segunda preventiva para Carlão. | ano 37 | 21007 | sexta-feira | 12/08/1983 | 1º Caderno | Polícia | 18 |
| 11 | CASO Klaus. | ano 37 | 21028 | sexta-feira | 02/09/1983 | 1º Caderno | Polícia/ PESO DA LEI | 19 |
| 12 | CASO Klaus. | ano 37 | 21060 | terça-feira | 04/10/1983 | 1º Caderno | Polícia/ PESO DA LEI | 23 |
| 13 | CASO Klaus. | ano 37 | 21068 | quarta-feira | 12/10/1983 | 1º Caderno | Polícia/ PESO DA LEI | 19 |
| 14 | CASO Klaus. | ano 37 | 21070 | sexta-feira | 14/10/1983 | 1º Caderno | Polícia/ PESO DA LEI | 19 |
| 15 | ACUSADOS da morte de Keller depõem. | ano 37 | 21071 | Sábado | 15/10/1983 | 1º Caderno | Polícia | 19 |

| | | | | | | | | |
|----|---|-----------|-------|------------------|------------|------------|----------------------------|----|
| 16 | CASO Klaus. | ano 37 | 21074 | terça-feira | 18/10/1983 | 1º Caderno | Polícia/ PESO DA LEI | 19 |
| 17 | CASO Klaus. | ano 37 | 21077 | sexta-feira | 21/10/1983 | 1º Caderno | Polícia/ PESO DA LEI | 19 |
| 18 | CASO Klaus. | ano 38 | 21112 | sexta-feira | 25/11/1983 | 1º Caderno | Polícia/ PESO DA LEI | 19 |
| 19 | CASO Klaus. | ano 38 | 21133 | sexta-feira | 16/12/1983 | 1º Caderno | Polícia/ PESO DA LEI | 23 |
| 20 | SUSPEITOS do assassinato de Keller já estão em liberdade. | ano 38 | 21140 | sexta-feira | 23/12/1983 | 1º Caderno | Polícia | 15 |
| 21 | CASO Klaus. | ano 38 | 21180 | sexta-feira | 03/02/1984 | 1º Caderno | Polícia/ PESO DA LEI | 17 |
| 22 | CASO Klaus. | ano 38 | 21181 | Sábado | 04/02/1984 | 1º Caderno | Polícia/ PESO DA LEI | 21 |
| 23 | MATADOR de Klaus Keller ficará impune. | ano 38 | 21261 | quinta- feira | 26/04/1984 | 1º Caderno | Polícia | 19 |

Fonte: O Liberal (1983-1984). Tabela elaborada pelo pesquisador.

Tabela 3 - Notícias encontradas sobre o caso de Klaus no jornal Diário do Pará.

| | | | | | | | | |
|----|--|-------|------|--------------|------------|------------------|--------------------------|------|
| 1 | Polícia caça matadores de Klaus Keller | Ano 1 | 237 | Quinta-feira | 16/06/1983 | 1º Caderno | Capa | 1 |
| 2 | Klaus Keller | Ano 1 | 237 | Quinta-feira | 16/06/1983 | 1º Caderno | Reporter Diário | 3 |
| 3 | Caso Klaus Keller - Crime teria sido por vingança. | Ano 1 | 240 | Domingo | 19/06/1983 | 1º Caderno | Capa | 1 |
| 4 | Carlão é absolvido. | Ano 2 | 452 | Quinta-feira | 16/04/1984 | 1º Caderno | Polícia/Lei dos Homens | 7 |
| 5 | Polícia nega tortura | Ano 3 | 576 | Sexta-feira | 21/09/1984 | 1º Caderno | Polícia | 8 |
| 6 | Pavão do Goeldi já tem uma companhia | Ano 3 | 797 | Terça-feira | 11/06/1985 | 1º Caderno | Local | 6 |
| 7 | Travesti assassinado | Ano 3 | 899 | Terça-feira | 08/10/1985 | 1º Caderno | Capa | 1 |
| 8 | Trucidaram o gay | Ano 3 | 899 | Terça-feira | 08/10/1985 | 1º Caderno | Polícia | 8 |
| 9 | Linha Direta | Ano 4 | 1333 | Quarta-feira | 11/03/1987 | 1º Caderno | Política/Reporter Diário | 3 |
| 10 | Crimes insolúveis e descaso policial | Ano 5 | 1511 | Domingo | 06/09/1987 | Esporten.polícia | Polícia/Lei dos Homens | 7 |
| 11 | Quem matou Paulo, Salomão, Guto, Teshima, Ramos? | Ano 5 | 1573 | Domingo | 08/11/1987 | 1º Caderno | Polícia | A-11 |
| 12 | Pelo menos em Belém o crime prefeito existe. Paulo Fontelles | Ano 5 | 1623 | Terça-feira | 29/12/1987 | 1º Caderno | Polícia | 7 |
| 13 | Um Pierrot com muitas saudades de sua Colombina: o Remo leva sua tradição ao Lapinha | Ano 5 | 1661 | Sábado | 06/02/1988 | Caderno D | Cidade | D-1 |
| 14 | Crimes insolúveis que tão cedo não serão esclarecidos | Ano 5 | 1693 | Quinta-feira | 10/03/1988 | Esporten.polícia | Polícia | 7 |
| 15 | Fernandes, Wanderley. O contraditório e a ótica do julgador. Acusados por | Ano 5 | 1694 | Sexta-feira | 11/03/1988 | Esporten.polícia | Polícia/Leis dos homens | 7 |

| | | | | | | | | |
|----|-------------------------|-------|------|---------------|------------|----------------|-----------------|-----|
| | Motta. | | | | | | | |
| 16 | Repórter Diário | Ano 5 | 1852 | Terça-feira | 16/08/1988 | Política Local | Reporter Diário | A-3 |
| 17 | Paulo Souza | Ano 6 | 1858 | Segunda-feira | 22/08/1988 | Polícia | Polícia | n.p |
| 18 | Araújo, Luiz. Raspadas. | Ano 7 | 1365 | Sábado | 20/01/1990 | Esportes | Esporte | B-3 |
| 19 | Crimes sem castigo | Ano 8 | 2625 | Terça-feira | 13/11/1990 | Esportes | Polícia | B-9 |

Fonte: Diário do Pará (1983-1990). Tabela /elaborada pelo pesquisador.